

Maringá, 5 de abril de 1979
Jane Quintiliano Guimarães Silva

Saudações

Com primeira saúde e felicidades a todos.
Eu qto nos tudo bem graças a Deus.
Eu com muitas saudades de vocês.

Mãe já mudou? Você acha que
é bom você mudar do barracão da
D. N. É o prédio ali da frente
você não alugar? E você não arrumaram
lote ou casa para comprar e o d.

**Um estudo sobre o gênero carta pessoal:
das práticas comunicativas aos indícios de
interatividade na escrita dos textos**

Mãe o qto... para... quer...
der o camarão comprar uma combr
e trabalhar de vender linguiça, mortadela
etc; este... este... pois tem
2 que vende a mãe vende qto leva
qto vende, pois o d... pagar
uma lancha para vender. Aqui a
despesa é... para o camarão aqui
tem muito serviço agora. E como não
a é... sempre... já compram
o seu... esta
contente na escola. 2002... já montou
uma máquina de arroz em Mato Grosso
-to, já compram do alqueires de terra (etc)

Jane Quintiliano Guimarães Silva

Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras – Estudos Linguísticos – da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Linguística, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Eliana Amarante de Mendonça Mendes

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2002

Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos

Jane Quintiliano Guimarães Silva

Banca Examinadora:

Professora Doutora Eliana Amarante de Mendonça Mendes (Orientadora – UFMG)

Professora Doutora Ida Lúcia Machado (UFMG)

Professor Doutor Luiz Antônio Marcuschi (UFPE)

Professora Doutora Maria de Lourdes Meirelles Matencio (PUC Minas)

Professora Doutora Regina Lúcia Péret Del' Isola (UFMG)

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2002

Para Antônio,
sempre no meu coração.

AGRADECIMENTOS

à Professora Eliana Amarante de Mendonça Mendes, a quem aprendi a admirar, pela orientação firme, segura e sempre aberta ao diálogo;

ao Professor Luiz Antônio Marcuschi, pela leitura atenta dos meus trabalhos, rica em sugestões e estímulos e por ter me despertado para o estudo científico do gênero textual;

à PUC MINAS, pelo apoio institucional;

aos alunos, colegas e amigos que me forneceram as cartas para a montagem do *corpus*;

à Professora Maria de Lourdes Meirelles Matencio, a grande amiga Malu, interlocutora brilhante, parceira de projetos, pesquisas e sonhos;

à grande amiga Juliana Alves Assis, de generosidade desmedida, interlocutora brilhante, que me fez sempre seguir em frente não só na pesquisa;

à Janete, ao Rominho, à Ana Luíza, à Carolina, à Marieta, ao Nelsinho, ao Frederico e à Isabela, meus grandes amores, por estarem sempre presentes comigo;

à minha mãe, Lurdinha, pelo amor e pela luz que dá à minha vida.

SUMÁRIO

Resumo	
Résumé	
Introdução	

CAPÍTULO 1

Uma Concepção de Gênero Textual

1	Interação, socialização e gênero
1.2	Gênero textual: uma delimitação conceitual.....
1.2.1	O dinamismo/dinamicidade inscritos nos gêneros
1.2.2	Gênero textual: reflexo de um trabalho sociocomunicativo.....
1.2.3	Gênero: modelo sociocognitivo
1.3	À guisa de conclusão.....

CAPÍTULO 2

As Práticas Comunicativas da Carta: Formas Interativas do Convívio Social

2.1	Práticas comunicativas
2.2.	A emergência das práticas comunicativas da carta
2.3.	Redes comunicativas.....
2.4.	Algumas considerações sobre o funcionamento de práticas comunicativas das cartas da esfera pública.....
2.4.1	Ofício.....
2.4.2	Memorando
2.4.3	Carta aberta
2.4.4	Carta comercial.....
2.4.5	Carta à redação
2. 5	À guisa de conclusão.....

CAPÍTULO 3

O Quadro da Situação Comunicativa da Carta Pessoal

3.1	Situação comunicativa e os seus componentes
-----	---

3.1.1	Uma concepção de situação comunicativa
3.1.2	Texto e situacionalidade
3.2	Quadro participativo da carta pessoal: da participação às trocas dialógicas
3.2.1	Definição de parâmetros.....
3.2.2	As relações e os papéis sociais inscritos na carta pessoal: a construção do espaço privado
3.2.2.1	Carta pessoal: espaço para construção de novas relações sociais
3.2.3	Alternância de papéis comunicativos: efeito do movimento dialógico da carta pessoal.....
3.2.3.1	A construção de interações simétricas nas cartas pessoais.....
3.2.3.2	O movimento das trocas
3.2.3.3	A troca de cartas: elo da rede comunicativa
3.2.4	Número de participantes no evento da carta pessoal
3.3	À guisa de conclusão.....

CAPÍTULO 4

Traços Globais da Composição Textual da Carta Pessoal

4.1	Estrutura composicional da carta, retomada de pressupostos
4.2	Estrutura composicional da carta pessoal: etapas e seqüências discursivas
4.2.1	Abertura do evento
4.2.2	Corpo do texto
4.2.3	Encerramento do evento
4.2.4	<i>Post scriptum</i>
4.3	A expressão de informalidade nas cartas pessoais
4.4.	À guisa de conclusão.....

CAPÍTULO 5

As Marcas de Interatividade na Escrita da Carta

5.1	Marcas de interatividade: uma noção
5.2	Marcas de interatividade e as rotinas de polidez
5.3	Rastreando as marcas de interatividade na escrita da carta: trabalho de descrição e análise.....

5.3.1	Marcadores discursivos
5.3.1.1	Marcadores discursivos interrogativos: entende?; tá?; viu?; lembra?; sabe?; não é ?; ok ? e heim?
5.3.1.2	Marcadores discursivos: bom, bem , ah, olha
5.3.2	Os enunciados interrogativos
5.3.2.1	As fórmulas de saudação
5.3.2.2	Perguntas: estratégia de envolvimento interpessoal.....
5.3.3	Dêiticos textuais.....
5.3.4	Formulações metadiscursivas
5.3.5	Diafonia
5.4	À guisa de conclusão.....
	Considerações Finais
	Referências Bibliográficas

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre o funcionamento sociocomunicativo do gênero carta pessoal. Ocupa-se em descrever analiticamente os fatores que concorrem para que esse gênero textual assumam um dado funcionamento que faz dele uma produção de linguagem, socialmente situada, que engendra uma forma de interação particular. O estudo contou com um *corpus* constituído de 108 cartas postadas, nas quais, em sua maioria, manifesta-se objetivamente uma relação de troca de cartas contínua entre os correspondentes. Inspirando-se em princípios teóricos e metodológicos advindos do sociointeracionismo e da etnometodologia, a investigação construiu o seu percurso metodológico sob uma direção que compreende uma abordagem macro e microanalítica do objeto, o que motivou incursões por diferentes dimensões do funcionamento do gênero. Os resultados obtidos na pesquisa conduzem à seguinte conclusão: o funcionamento do gênero carta pessoal é constituído por movimentos essencialmente dialógicos que atravessam as práticas comunicativas e se refletem no processo de textualização da escrita dos textos.

RÉSUMÉ

Ce travail présente une étude du fonctionnement socio-communicatif du genre lettre personnelle. Il s'occupe de décrire et d'analyser les facteurs intervenants dans le fonctionnement spécifique de ce genre faisant qu'il soit une production du langage socialement située qui engendre une forme d'interaction particulière.

L'étude a été basée sur un *corpus* constitué de 108 lettres effectivement expédiées, dans la plupart desquelles se manifestent des échanges continus entre les correspondants.

En s'inspirant des principes du socio-interactionnisme et de l'ethnométhodologie, l'investigation a construit son parcours méthodologique sous une direction qui comprend une approche macro et microanalytique de l'objet d'étude, ce qui a motivé l'analyse de différentes dimensions du fonctionnement du genre.

Les résultats obtenus dans la recherche conduisent à la conclusion suivante : le fonctionnement du genre lettre personnelle est constitué par des mouvements essentiellement dialogiques qui en traversant les pratiques communicatives se reflètent dans la textualité de la production écrite.

INTRODUÇÃO

1 A emergência da proposta da pesquisa

O estudo que ora apresento tem o objetivo de descrever e explicar analiticamente os fatores que concorrem para que o gênero carta pessoal assuma um dado funcionamento sociocomunicativo que faz dele uma produção de linguagem, socialmente situada, que engendra uma forma de interação particular.

O interesse em desenvolver um estudo dessa natureza é fruto basicamente de uma motivação cuja origem se assenta em meu trabalho de mestrado, realizado nos primeiros anos da década de 90, intitulado "*As tipologias textuais e a produção de texto na escola*".

No referido estudo, a problematização gira em torno da tipologia textual escolar, que compreende basicamente os tipos narrativo, descritivo e dissertativo. Como sabemos, essa tipologia textual, no universo das práticas de ensino de língua materna, possui uma longa história, na qual refletem as concepções de texto, de língua, de autor/produtor, de interlocutor, enfim, dos usos da linguagem e o seu ensino, as quais, no entanto, nem sempre levaram em conta a multiplicidade e heterogeneidade dos textos produzidos na vida cotidiana.

Embora à época a discussão sobre o ensino de gênero textual nas nossas escolas fosse relativamente tímida, com os resultados dessa pesquisa, fundamentada nas hipóteses da teoria do dialogismo bakhtiniano, ia ficando claro para mim que é através dos gêneros que as práticas de ensino de linguagem deveriam encarnar uma significação nas atividades de aprendizagem de textos. Noutras palavras, remetendo-me a uma das passagens do trabalho citado, as direções subsumidas por essa investigação pautavam-se no pressuposto de que:

na verdade, o que se aprende (ou se deve ensinar) a escrever são os gêneros discursivos que correspondem a atividades discursivas reais e concretas que o sujeito pratica no universo social em que está inserido. Desse modo, parece evidente que, para se apropriar da linguagem escrita, em seus processos diversos de funcionamento, que ocorrem e se manifestam sob a forma de texto, não basta uma prática escolar de escrita cuja diretriz se dá por meio de um tema qualquer e por indicação de tipos textuais. Escrevem-se, entre outras coisas, cartas, convites, diários, contos, crônicas, procuração, declarações, lista de compra, etc. São essas diferentes práticas de escrita, que figuram na sociedade, com usos e funções sociais diferentes, é que devem constituir o objeto de aprendizagem de língua na escola (cf. Silva, 1995: 202).

Convicta desse pressuposto e motivada por leitura de alguns autores, como Isenberg, 1987; Bronckart, 1987; André Petitjean, 1989; Maingueneau, 1989; Bakhtin, 1990, 1992, 1997; Marcuschi, 1995a, b, entre outros, nesse percurso, acabei por produzir um pequeno trabalho teórico sobre gênero discursivo (terminologia adotada por mim nos primeiros estudos) e tipo textual, no qual procuro desenvolver uma reflexão sobre a que funcionamento da linguagem as noções de “gênero discursivo” e “tipo textual” se referem, na atividade de classificação dos textos (cf. Silva, 1999). Aí, devo dizer, instalava-se o desejo de empreender um trabalho de investigação sistemática sobre os gêneros textuais que, a princípio, não havia a preferência por um ou outro gênero, vez que a intenção maior era a de, exploratoriamente, operar com a teoria dos gêneros e a sua aplicação.

Optando por essa frente de pesquisa, a proposta do projeto de doutorado me conduziu a uma interlocução mais intensa e metódica com o tema, mediante levantamento bibliográfico, na tentativa de construir parâmetros para operacionalizar teórica e metodologicamente com a categoria gênero.

Como se sabe, os estudos sobre gênero não são recentes. Em “*A Poética*”, Aristóteles tem como um dos centros de sua reflexão essa temática. Atualmente, reconhece-se que estamos diante de uma literatura extensa e caracteristicamente multidisciplinar. São métodos e princípios teóricos que se mesclam formando um campo de investigação com contribuições advindas de diferentes áreas do saber, como Psicologia, Sociologia, Antropologia e Lingüística, e subáreas desta última, como a Análise da Conversação, a

Análise do Discurso, a Lingüística Textual, a Sociolingüística, a Pragmática e a Psicolingüística.

A respeito disso, Bhatia (1997) comentando o crescente interesse sobre as questões do funcionamento do gênero, observa que, não obstante as diversidades das abordagens e as suas respectivas especificidades, a teoria dos gêneros apresenta uma considerável base comum que se estrutura em torno de três grandes premissas, quais sejam: o *conhecimento convencionalizado*, que confere a cada gênero a sua *integridade*; a *versatilidade da descrição dos gêneros, que opera em vários níveis, com o objetivo de detalhar a relação entre texto e contexto, o uso que as pessoas fazem da linguagem e o que isso torna possível*; e, por fim, a *tendência para a inovação*, advinda da natureza essencialmente dinâmica do gênero.

Bhatia lembra também que, no quadro da teoria dos gêneros, para responder às questões que se colocam às práticas comunicativas dos gêneros, leva-se em conta não somente os fatores socioculturais, mas também os fatores cognitivos, tentando, dessa forma, esclarecer tanto os propósitos comunicativos da comunidade discursiva, como as estratégias cognitivas empregadas por seus membros para atingir os propósitos em questão.

Nessa linha metodológica, opção em que se concentra grande parte das orientações assumidas por este estudo para compreensão do fenômeno da linguagem em exame – a carta pessoal –, prevê-se que o estudo sobre gênero textual pressupõe uma investigação que impele a uma incursão pelas várias instâncias constitutivas do funcionamento do gênero – social, pragmática, discursiva, cognitiva, textual e lingüística.

Sob essa perspectiva, que, sob certos aspectos, entendo aproximar-se das hipóteses teóricas dos estudos tanto da etnometodologia como do sociointeracionismo, o enfoque sobre as práticas comunicativas de um gênero e os textos que delas resultam são

tomados numa visão processual. Isso impede que a língua e a realidade social se constituam como algo objetivo, pronto e acabado, uma vez que ambas estão sendo constantemente construída pelos atores sociais. Nesse quadro, a língua é concebida como uma atividade social, cognitiva e caracteristicamente interativa, que somente ganha corpo e vida nos gêneros textuais, produções discursivas construídas em contextos sociais situados, para responder às necessidades comunicativas impostas pelas atividades sociais de uma cultura. Em resumo, nesse contexto situa-se o estudo que aqui se apresenta.

Ainda importa observar que, como o material com o qual opero são textos escritos, exemplares empíricos do gênero carta pessoal, os quais, a rigor, são o ponto de partida para a observação e descrição do fenômeno em exame, sou levada a admitir, com Beaugrande (1997), que, na manipulação desse material, está-se, na verdade, diante de um *iceberg*. Explico-me melhor, a materialidade lingüística do texto não deixa de ser apenas uma ponta de um *iceberg*, pois, por trás dela e nela, há uma história de outros tantos textos, de outros tantos eventos comunicativos, de saberes construídos sociocognitivamente, de práticas comunicativas que engendram o processo da produção, distribuição e recepção do texto.

Feitas essas considerações que entendo situarem as condições que provocaram a emergência desta pesquisa, passo agora a outra questão: a escolha do gênero carta pessoal como objeto de estudo.

2 A pesquisa: objeto de estudo, objetivo, diretrizes metodológicas e demilitação do *corpus*

2.1 Escolha do objeto de estudo

Tendo em vista a argumentação acima, poder-se-ia considerar que qualquer gênero que caísse na rede seria peixe. Isso, de uma certa forma, não deixaria de ser uma boa resposta, vez que o assunto em si é altamente instigante.

Mas a motivação primeira que me leva a investigar a carta pessoal tem a ver com uma ausência de trabalhos, no Brasil, que tomem esse gênero textual como objeto de estudo e na perspectiva a que se filia esta pesquisa. O que se vê com relativa frequência são propostas de investigação que recorrem aos textos desse gênero para constituir o *corpus* da pesquisa, objetivando verificar, na tessitura textual, basicamente elementos de natureza lingüística, como ocorre nos estudos de Pinto (1986) e Silva Paredes (1988), por exemplo. Há, de igual modo, uma gama de estudos sobre correspondências de pessoas públicas, com um enfoque centrado no conteúdo informacional ali veiculado e no relacionamento interpessoal e afetivo consolidado por meio das cartas. Esses estudos, geralmente, inserem-se no contexto das práticas da epistolografia do domínio da Literatura.

Já, em alguns países europeus - França, Suíça e Inglaterra - por exemplo, constata-se que há uma atenção voltada para descrever as práticas comunicativas da carta à luz das abordagens etnometodológica, sociointeracionista e pragmática. Somente para ilustrar, pois, no decorrer da exposição deste estudo, cito algumas pesquisas, faço referência ao belo trabalho organizado por Barton e Hall (1999), intitulado "*Letter Writing as a Social Practice*", no qual se reúne uma série de artigos, resultantes de pesquisas que exploram as atividades sociais pressupostas pelo gênero carta e, particularmente, pela carta pessoal.

A segunda motivação, que, a rigor, justifica o meu real interesse, está vinculada à intenção de compreender a própria natureza do funcionamento sociocomunicativo das práticas do gênero carta pessoal, isto é, de explorar e colocar à mostra o seu caráter

essencialmente dialógico e dialogal, interativo e interlocutivo, instaurado pelas idas e vindas de cartas, mediante a troca de correspondências entre as pessoas.

Norteadas por esse interesse, a incursão pelo mundo das práticas comunicativas da carta pessoal me conduz a um exame da constituição dos papéis comunicativos dos participantes, da identidade social construída e/ou manifesta nas relações interativas fundadas nos eventos comunicativos, bem como do trabalho de construção do texto, no que respeita, por exemplo, ao uso de estratégias interativas adotadas no curso da interação para promover uma série de efeitos de sentido desejados pelo remetente.

É preciso também salientar que, como as cartas pessoais são escritas na privacidade, sem a intenção de pronunciamento público, tal condição impõe muitas vezes ao analista um papel de *voyeur*, que, a meu ver, deve neutralizar toda e qualquer postura de bisbilhotice, para manter viva a curiosidade intelectual. Cômico dessa ética, a incursão pelo mundo das práticas comunicativas da carta pessoal leva o analista a participar das narrativas de um cotidiano íntimo e privado, de uma escrita de si (cf. Foucault, 1992), que deixa revelar o movimento da dialogicidade da linguagem, por um lado, gerado na singularidade dos eventos comunicativos; por outro, sedimentado nos processos das práticas comunicativas desse gênero.

Ainda, na esteira desta exposição, julgo oportuno ressaltar um outro dado relevante para este trabalho, que situa o seu ponto de vista no que toca ao *status* e ao papel dos gêneros epistolares e, particularmente, ao da carta pessoal numa sociedade tecnologicamente complexa como a nossa.

Embora muitos venham sugerindo que a carta pessoal é um gênero que parece estar em franca extinção ou declínio na cultura ocidental, em face do advento de várias formas de comunicação mediadas pela tecnologia eletrônica como, por exemplo, o telefone,

o correio eletrônico, *chats*, etc. (cf. Yates, 1999, entre outros), não se pode negar que a carta pessoal como os demais gêneros epistolares encontram-se ainda em uso na nossa cultura, cuja difusão dá-se tanto na sua forma postada, como ainda naquela que remonta à sua origem, a entregue em mão por terceiros, expediente previsto pelas cartas pessoais. Nesse quadro, o que não se pode perder de vista é que as práticas comunicativas epistolares se conjugam e se ambientam em um mesmo contexto sócio-histórico e cultural, no qual se efetivam as interações sociais mediadas por uma avançada tecnologia de comunicação que, sem sombra de dúvida, vêm se expandindo e facilitando as interações sociais.

A respeito desse fato, não vou deter-me em uma explicação que esclareça as suas razões, sejam as do ponto de vista histórico, sociológico ou cultural. Por ora, no entanto, acredito ser suficiente sinalizar que são bilhões de pessoas (alfabetizadas ou não) no nosso planeta que ainda não têm acesso ao mundo das práticas comunicativas efetivadas pela tecnologia eletrônica, inclusive as mediadas por telefone. Quanto a isso, deve-se levar em conta que não chega a 10 % da população mundial de 6 bilhões de habitantes o contingente de pessoas que têm real acesso aos meios de uma tecnologia avançada (cf. *Union Postal Universal*)¹. O certo é que muitas pessoas continuam utilizando uma tecnologia secular a fim de viabilizar interações a distância, via os serviços dos correios. Aliás, é importante registrar que, atualmente, a grande demanda de cartas pessoais, postadas por pessoas de baixa renda, levou o *Correios do Brasil* a implantar um novo serviço chamado *carta social*, cujo custo, por postagem, não chega a R\$ 0,05.

Afora uma visão etnocêntrica, senão profética, de muitos em relação à franca extinção ou ao declínio da carta pessoal, parece-me oportuno lembrar que, em relação aos livros, no seu formato convencional, uma onda pairou sobre nós, suscitando que eles passariam então a ser, quase exclusivamente, produzidos e difundidos no e pelo universo

¹ <http://www.upu.int/statistics/em/index.shtml>

das redes virtuais, ou seja, os bons e os maus livros em celulose ganhariam uma outra materialidade, o que, como sabemos, ainda não vem acontecendo. Afora uma postura nostálgica ou de resistência ao novo, parece-me mais sensato, por ora, não perder de vista com relação aos gêneros epistolares e, inclusive às cartas pessoais, que as coisas ainda não mudaram radicalmente tal como se anuncia. A rigor, assiste-se a uma realidade que evidencia que continuamos convivendo com práticas comunicativas que fomentam a história das trocas epistolares e incrementam as relações sociais entre os homens -, história que há ainda muito para ser investigado, como postula Bazerman (1999), e dela, sincrônica ou diacronicamente, de forma sistemática, somente se conhecem algumas facetas.

2.2 Objetivo e diretrizes metodológicas

A fim de explicar o funcionamento da carta pessoal, este estudo ocupa-se do exame dos fatores pragmáticos, discursivos e sociocognitivos que concorrem para delimitar as particularidades do funcionamento desse gênero epistolar e promover seu efeito de tipicidade. Assim, para acerrar-se desse propósito, o percurso teórico-metodológico e analítico assumido por este trabalho compreende uma abordagem tanto macroanalítica – as práticas comunicativas e os eventos comunicativos singulares – como microanalítica – os indícios de interatividade no texto.

2.3 Composição do *corpus*

Orientando-me pelo propósito descrito, coletei 108 cartas pessoais, exemplares de produções discursivas que retratam as práticas comunicativas em vigência em nossa sociedade. Essas cartas foram cedidas por diferentes pessoas, colegas, alunos e conhecidos. Para a coleta desse material, três critérios foram estabelecidos:

- a) todas as cartas deveriam ser postadas, de modo que a coleta dos textos se submetesse a um mesmo rigor técnico, assegurando também a naturalidade e autenticidade do material;
- b) nenhuma das cartas pessoais deveria ter como remetente ou destinatária a pesquisadora, objetivando garantir uma análise do material o mais objetiva e crítica possível;
- c) grande parte das cartas deveria manifestar objetivamente uma relação de troca efetiva e permanente entre os interlocutores.

Sobre constituição do *corpus* da pesquisa, convém salientar que cartas pessoais selecionadas foram produzidas por diferentes pessoas, com variação de idade, sexo, grau de escolaridade, profissão e naturalidade. Para a composição do *corpus*, não houve uma preocupação metodológica em trabalhar com uma variável de controle em relação ao informante e à carta por ele produzida. Resta ainda esclarecer que a delimitação de 108 exemplares do gênero em questão se apresentou adequada e suficiente para ilustrar o fenômeno em estudo.

Tal procedimento me parece pertinente, pois o foco central desta pesquisa incide sobre as práticas comunicativas epistolares construídas por indivíduos. Mais especificamente, somente para recordar, a minha atenção se volta para uma descrição dos fatores que definem a organização e o funcionamento das cartas pessoais e não para a ação de um indivíduo particular na produção ou na recepção de textos do gênero em questão; embora considere, evidentemente, o papel fundamental do agente no processo de produção e de recepção.

3 Organização do trabalho

A construção das reflexões teóricas e metodológicas e o trabalho de análise dispensado aos dados conferiram ao texto que ora ofereço à leitura uma organização que se estrutura em 5 capítulos.

No primeiro capítulo, tomando gênero textual como o conceito-chave das reflexões empreendidas para explicar o funcionamento sociocomunicativo da carta pessoal, pauto-me em princípios teóricos e conceituais advindos de estudiosos de gênero, para fundamentar a discussão sobre a noção de gênero que este estudo assume. Ainda nesse capítulo, partindo da premissa de que a interação verbal e o gênero textual são duas realidades do funcionamento da linguagem que se pressupõem, ocupo-me de uma reflexão sobre essa problemática.

O segundo capítulo é uma tentativa de descrever o contexto sócio-histórico e cultural e os fatores envolvidos tanto na emergência como na transformação das práticas comunicativas de alguns gêneros epistolares. Nessa parte do trabalho, à guisa de ilustração, ocupo-me também de uma breve descrição de gêneros epistolares da esfera pública – carta ofício, carta aberta, carta à redação, carta comercial e memorando –, com o objetivo de situar, comparativamente, o funcionamento sociocomunicativo da carta pessoal em relação ao das práticas comunicativas dos referidos gêneros.

Esboçado o contexto sócio-histórico e cultural em que se situam as práticas comunicativas da carta pessoal, a partir do terceiro capítulo encarrego-me de uma discussão sobre os fatores que concorrem para promover os efeitos de tipicidade do gênero em exame. Tenho como propósito descrever analiticamente alguns elementos que balizam a constituição da situação comunicativa da carta pessoal, particularmente, a organização e o funcionamento do quadro participativo engendrado por esse gênero. Enfoco aí os papéis

sociais e comunicativos assumidos pelos participantes no curso dos eventos e a troca de cartas entre os correspondentes através da qual se instauram os movimentos dialógico e dialogal inscritos na carta.

Dando continuidade à descrição da situação comunicativa do gênero em questão, o capítulo 4 empreende uma análise da estrutura composicional do texto da carta. Aí, a rigor, é feita uma incursão pelo texto epistolar a fim de descrever, do ponto de vista funcional, as etapas que compõem a estrutura do evento: abertura, o corpo da interação/carta, o encerramento. Ainda nesse capítulo, desenvolvo uma breve descrição de traços que expressam o caráter de informalidade da carta.

Finalmente, no capítulo 5, concluindo o percurso metodológico e analítico desenhado para explorar o *corpus* da pesquisa, encarrego-me de uma descrição de elementos microestruturais presentes na materialidade lingüística do texto que funcionam como indícios de interatividade. Para empreender uma incursão por essa dimensão do processamento verbal, o pressuposto que me orienta é o de que na superfície textual pode se projetar o resultado concreto do jogo de atuação interativa, discursiva, cognitiva e enunciativa engendrado pelo evento comunicativo da carta.

Na conclusão do trabalho, não só procuro ressaltar os resultados obtidos com esta investigação, mas também refletir sobre as possíveis contribuições que este estudo espera oferecer às frentes de pesquisa que se interessem pela problemática dos gêneros.

CAPÍTULO 1

UMA CONCEPÇÃO DE GÊNERO TEXTUAL

A entrada pela qual opto para refletir sobre o conceito de gênero textual adotado para empreender o estudo sobre as cartas pessoais é aquela que, logo de saída, traz à cena um dos pressupostos desta pesquisa: o gênero textual figura nas relações interpessoais como um dos elementos-chave para a construção das interações verbais, viabilizando assim a efetivação dos processos de socialização e sociabilidade dos indivíduos. Na tentativa de deixar clara a noção de interação verbal que permeia as reflexões aqui desenvolvidas sobre a noção de gênero, farei primeiramente uma exposição sobre esse tema, para, logo em seguida, acercar-me, com mais vagar, da discussão sobre a conceituação de gênero.

1.1 Interação, socialização e gênero

O conceito de interação foi introduzido pelos estudos desenvolvidos no âmbito da etnometodologia e da etnografia da comunicação e da antropologia, cujas referências são os trabalhos de Hymes (1972), Goffman (1974a) e Gumperz & Hymes (1974). No quadro das discussões desses teóricos, o conceito de interação verbal é cunhado na dimensão dos eventos comunicativos efetivados face a face, nos quais os participantes, em co-produção, constroem o texto, agenciando estratégias textuais, lingüísticas, cognitivas e interativas que possam levar a termo o projeto discursivo em pauta.

Embora, nesse quadro, a noção de interação restrinja-se a eventos comunicativos orais, que se concretizam fundamentalmente com e pela presença dos interlocutores, em um contexto de produção específico, tanto Goffman como Hymes jamais perderam de vista ou excluíram de suas reflexões uma noção mais larga de interação, que pode ser assim

traduzida: toda e qualquer atividade discursiva, atualizada a distância ou *in praesentia* se constitui num quadro interacional, regido por regras e normas pragmáticas, adequadas à situação comunicativa. Aí se reflete, em larga medida, o que foi construído social, histórica e culturalmente, em termos de padrões interacionais, pelas pessoas de uma dada sociedade.

Vista sob essa ótica, com a qual este estudo opera, a dimensão interativa envolve e caracteriza toda e qualquer produção discursiva, na qual se pressupõe a (inter)ação dos participantes sobre (e entre) si mesmos, sobre os saberes partilhados que abrangem os conhecimentos ditos enciclopédicos, os relativos ao funcionamento do gênero textual atualizado, as representações da situação comunicativa em que estão engajados, o(s) assunto(s) em questão. Resumidamente, pode-se dizer que se reserva a noção de interação verbal à situação de trocas (em seu sentido amplo) entre os interlocutores, a qual pressupõe a organização por ações coordenadas que se prestam a levar a efeito um propósito comunicativo.

Sem pretender simplificar uma discussão epistemológica certamente complexa, chamo atenção para o fato de que, na perspectiva sociointeracionista, aqui representada por Hymes e Gumperz (1974), Gumperz,(1998), Bakhtin (1990), Bronckart,(1999), Vion (1992), dentre outros, o fator da exterioridade social se configura como um elemento intrínseco à atividade discursiva na medida em que se concebe que as formas interacionais da língua, manifestadas em gêneros textuais, atualizadas na sociedade, resultaram (e resultam) de atividades comunicativas humanas, construídas no seio dos eventos comunicativos das esferas sociais (pública ou privada), e estas, com seus específicos sistemas socioculturais, organizam e constituem as práticas sociais.

Em outros termos, nessa corrente epistemológica, o contexto sócio-histórico e o quadro da situação comunicativa, são tomados de forma teoricamente significativa como um

dos elementos constitutivos do processo da construção e atualização de gêneros. Ainda nesse quadro, outro forte pressuposto defendido pode ser assim anunciado: é na (e pela) interação verbal que os sujeitos se constituem como tais à medida que interagem com os outros. Isso acaba por instaurar o chamado caráter de alteridade das relações humanas, já que o outro é imprescindível para a concepção do sujeito, isto é, ao homem é impossível construir valores para si unicamente a partir de si (cf. Bakhtin, 1990; Vigotsky, 1991a, b; Leontiev, 1978).

Avançando nesta exposição, admite-se que é no espaço interacional, permeado pelas injunções sociais, históricas e culturais, que se fundam e se desenvolvem os processos de socialização das pessoas, mediados e vivificados pelo trabalho lingüístico (no sentido mais amplo), construído coletivamente e regulado por regras e normas sociais pressupostas pelo jogo da linguagem, as quais têm origem na prática comunicativa (cf. Hymes, 1972, entre outros)

A esse respeito, Habermas (1987), dialogando com os princípios da vertente sociointeracionista, enfatiza que é, no processo de socialização e na relação de sociabilidade, que os indivíduos efetivam e asseguram a sua pertença a grupos sociais, construindo para tanto competências que não se restringem meramente ao uso do código lingüístico, mas recobrem outros tantos saberes, como os culturais, os interacionais, por exemplo, que habilitam as pessoas, em termos comunicativos e (socio)cognitivos, a falar, agir e, portanto, a participar de eventos comunicativos específicos das esferas sociais com as quais interagem e integram. Pode-se inferir das reflexões de Habermas que, entre os saberes necessários à ação de socialização, encontra-se como um dos fatores-chave o gênero, já que, para agir comunicativamente, é imprescindível o uso e o conhecimento de gêneros, por parte dos interlocutores.

Desse ponto de vista, Bronckart (1999) sinaliza que um dos mecanismos fundamentais para a socialização é a inserção efetiva das pessoas nas atividades comunicativas humanas, o que implica o conhecimento dos gêneros textuais. Essa formulação me conduz a um exemplo proposto por Marcuschi (1991:14-15) em seu livro "*Análise da Conversação*", para ilustrar uma pretensa interação entre a mãe e o bebê, a qual se prestaria, entre outros objetivos, a possibilitar à criança o acesso a uma das práticas comunicativas típicas do universo familiar a que ela se integra, no caso, a conversação. Transcrevo a citação, embora longa, por temor de prejudicá-la se a resumisse:

Se observarmos atentamente a interação da mãe com o nenê desde os primeiros dias de vida da criança, veremos que a mãe se dirige à criança dialogicamente, atribuindo-lhe turnos. Mas a mãe não só atribui turnos à criança, como também atribui (constrói) significados para os silêncios ou sons da criança, uma vez que põe conteúdos comunicativos naquelas manifestações. Não é fundamental saber se a mãe está inferindo corretamente ou não, o fundamental é que a criança está aprendendo a interagir; está internalizando estilos entonacionais e prosódicos, e montando uma complexa matriz de valores simbólicos. Inserida num aprendizado sistemático e culturalmente marcado, onde as atenções para as regras de uso se sobrepõem às meramente lingüísticas, ela está se introduzindo na atividade conversacional.

A relevância desse exemplo proposto por Marcuschi reside fundamentalmente no fato de que começamos exatamente a construir a nossa história conversacional (ou interacional) através da introdução na atividade conversacional, no interior das relações familiares, em que se promovem os nossos primeiros processos de socialização com o outro e com o mundo.

Nesse sentido é que entendo que os gêneros textuais se apresentam como forma de ação social para viabilizar e construir a interação verbal, por conseguinte, como forma de instaurar as práticas de socialização dos (e entre) os sujeitos. Acredito, de igual modo, que, sem a relação de socialização e sociabilidade dos (e entre) sujeitos, no seio das práticas comunicativas, os gêneros historicamente não existiriam.

Vion (1992: 99) observa que a nossa história interacional é feita e refeita ao longo de uma vida inteira, visto que ampliamos e diversificamos as nossas relações sociais e

interativas, ao participarmos, como interlocutores, de práticas comunicativas produzidas em diferentes espaços institucionais. Noutros termos, ainda para Vion, a nossa história interacional é constituída pela totalidade das interações das quais efetivamente participamos, seja como (co)produtor e/ou ouvinte/leitor de textos pertencentes a uma multiplicidade de gêneros produzidos na sociedade.

No conjunto das orientações da vertente do sociointeracionismo, concebe-se que as pessoas, ao participarem de eventos comunicativos, colocam em interface um conjunto de conhecimentos já construídos sobre a configuração e o funcionamento do evento em curso, sobre como nele agir, sobre como processar o texto (produção e recepção) que se constrói no quadro do evento comunicativo em funcionamento. Ou seja, nas palavras de Goffman (1988:197): *é claro que cada participante entra numa situação social portanto uma biografia de interações vividas com os outros participantes, ou pelo menos, com os seus pares, e também um conjunto de conhecimentos socioculturais, que ele presume seja partilhado.*

Na esteira dessas considerações, as reflexões tecidas por Bakhtin (1992) sobre a aquisição e o domínio dos gêneros textuais, a meu ver, dialogam em grande medida com o que vem sendo exposto. Para salientar essa convergência, retomarei então uma das teses que reiteradamente se apresenta em vários capítulos da "*Estética da criação verbal*", a qual me parece reveladora de uma relação estreita entre o processo de socialização e a aquisição e o domínio dos gêneros textuais pelas pessoas. Explicito essa tese por meio de algumas passagens que se seguem, dali retiradas:

(...) para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso (p. 301)

Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero (...) Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala (...), a comunicação verbal seria quase impossível (p.302).

Das afirmações de Bakhtin, pode-se depreender que o uso da linguagem verbal consiste fundamentalmente na prática comunicativa dos diferentes gêneros textuais nas esferas sociais nas quais os indivíduos estão engajados. E mais, em termos de aquisição de linguagem, aprender a falar, a dominar uma dada língua (seja a materna ou uma segunda língua) significa aprender a lidar, social e cognitivamente, com regras e normas de uso dessa língua, as quais não se limitam às do funcionamento da gramática e do léxico dessa língua, mas implicam outras que reportam a ações textuais, discursivas, pragmáticas que igualmente são construídas e interpretadas à luz de um sistema sociocultural de que partilham os indivíduos. Essa aprendizagem (que aqui poderia ser traduzida por a de moldar nossa fala às formas do gênero), convém repetir, constrói-se no processo mesmo de interação, de socialização permanente e diversificado do sujeito nos grupos sociais com os quais convivem.

Essas considerações explicitam um dos princípios fundamentais da reflexão bakhtiniana, ao qual este estudo se prende: se a língua não se usa senão em situações concretas de interação social, e se ela somente se constitui na forma de texto, e se este, por sua vez, figura-se exemplar de um dado modelo social de gênero, produzido pelas pessoas para responder às suas necessidades comunicativas, parece que seria de fato problemático tentarmos empreender qualquer relação de interlocução se não soubermos operar com o gênero em questão, seja em situação de produção ou de recepção, já que, como sinaliza esse teórico, quando nos comunicamos, não trocamos palavras, nem orações, mas sim produzimos textos.

Para encerrar o que foi exposto, reafirmo minha compreensão de que os gêneros textuais são construídos na e para interação verbal entre os indivíduos no seio de uma

sociedade, para responderem às suas necessidades comunicativas, que, por sua vez, reportam à ação de um processo de socialização.

Nessa abordagem, gênero textual e interação verbal são social e culturalmente construídos nas relações sociais concretas da vida. Nesse sentido, em termos teóricos e metodológicos, em se tomando a noção de gênero como o conceito-chave desta pesquisa, não há como escapar de uma discussão que coloque em cena o papel (a função e a importância) da interação verbal, pois um, repito, pressupõe o outro.

1.2 Gênero textual: uma delimitação conceitual

Nas considerações até o momento, o foco de minhas atenções recaiu sobre o princípio segundo o qual os gêneros textuais são construídos no seio de interações verbais e são formas fundamentais no processo de socialização dos indivíduos. Neste item, objetivo estender essa discussão, procurando centrá-la em pontos que coloquem em evidência outras características do gênero, a saber: (i) aos gêneros é inerente o caráter de dinamicidade; (ii) os gêneros resultam de um trabalho coletivo, produzido pelas pessoas no seio das esferas sociais, trabalho que reflete e alimenta as demandas comunicativas das pessoas; e, por fim, (iii) nesse trabalho são construídos sociocognitivamente modelos sociais dos gêneros.

Em propostas de estudos teóricos e empíricos mais recentes, que se voltam para investigar os gêneros textuais produzidos na sociedade, é consensualmente anunciada a concepção de que os gêneros textuais são artefatos linguisticamente realizados, de natureza sociocomunicativa, que respondem a uma função social.

Sob essa concepção, guardadas as especificidades metodológicas e científicas e os fins a que visam as suas investigações, encontram-se, por exemplo, os trabalhos de

Bakhtin (1992, 1997) Bex (1996); Berkenkotter & Huckin (1995); Bhatia (1997); Bronckart (1999); Marcuschi (2000); Miller (1984, 1994) e Swales (1996), entre outros, com os quais esta pesquisa estabelece um aberto diálogo, em razão de alguns princípios conceituais com os quais eles operam em matéria de gênero.

Devo frisar que, como uma referência conceitual e metodológica, este estudo interage com a perspectiva de Marcuschi (2000: 18), para quem

o gênero é uma forma textual concretamente realizada e encontrada como texto empírico. O gênero tem uma existência real que se expressa em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas, tais como: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, instruções de uso, outdoor, etc. São formas textuais estabilizadas, histórica e socialmente situadas. Sua definição não é lingüística, mas de natureza sociocomunicativa. Poderia dizer que os gêneros são propriedades inalienáveis dos textos empíricos e servem de guia para o produtor e o receptor. (grifos do autor)

Na base dessa concepção e na perspectiva deste trabalho, como venho reiteradamente sinalizando, pressupõe-se que a sociedade, em suas práticas comunicativas, para colocar a língua em funcionamento, e mais especificamente os discursos materializados em textos, elabora e atualiza gêneros textuais de modo que estes respondem às necessidades comunicativas dos indivíduos.

Em outras palavras, nessa acepção, a noção de gênero reporta-se diretamente ao funcionamento de textos em eventos comunicativos reais e concretos construídos em espaços sociais em que as pessoas agem, interagem e assumem papéis comunicativos e posições sociais específicas. Espaços que, como já se disse, estão vinculados diretamente às instituições constituídas em nossa sociedade, como, por exemplo, a família, a escola, a igreja, o hospital, a prisão, etc. Assim, em face da diversidade de esferas sociais de uso da linguagem, as quais refletem a diversidade das (inter e intra) relações sociais, são múltiplos e heterogêneos os gêneros textuais². Daí, como prevê Marcuschi (*op. cit.*), os gêneros serem

² Aliás, com relação a essa multiplicidade de gêneros textuais, Bronckart (1999: 73 e 100) observa que, do ponto de vista metodológico, "a organização desses gêneros apresenta-se na forma de uma nebulosa, constituída por conjuntos de textos muito claramente delimitados e rotulados pelas avaliações sociais e por conjuntos mais vagos,

vistos, do ponto de vista tipológico, como uma sistematização aberta, figurando-se assim como listagens relativamente ilimitadas.

Prosseguindo, as considerações sobre gênero trazidas por Berkenkotter & Huckin (1995:3), em larga medida se ajustam à linha de pensamento aqui adotada. Esses estudiosos, numa perspectiva sociocognitiva, desenvolveram um trabalho longitudinal, empírico sobre os gêneros textuais, produzidos na esfera do domínio acadêmico-científico. No quadro de suas discussões,

os gêneros são fundamentalmente estruturas retóricas dinâmicas que podem ser atualizadas e manipuladas de acordo com as condições de uso, e o conhecimento de gênero é, portanto, melhor concebido como uma forma de cognição situada, encaixada em atividades disciplinares de uma determinada área.

Se não se levar em conta que a definição de gênero proposta por esses estudiosos reflete os fins a que visa o estudo por eles empreendidos, ou seja, que essa definição parece antes evocar os pressupostos que se impuseram na própria delimitação conceitual e metodológica do objeto em estudo, é provável que tal noção, à primeira vista, possa soar redutora na medida em que eles acabam, por assim dizer, delimitando a ação comunicativa e a produção sociocognitiva dos gêneros no âmbito de práticas comunicativas que ocorrem no mundo acadêmico e no das pesquisas científicas. Entretanto, é conveniente ressaltar que, no quadro de suas discussões, a noção teórica de gênero funda-se na articulação de um conjunto de princípios/categorias³ que precisam essa noção. Entre esses princípios, destaco especificamente um que deixa evidenciar a idéia de dinamismo (*dynamism*) ali anunciada, que complementa e reitera a concepção de gênero aqui adotada, e dimensiona a idéia de trabalho coletivo e individual de que se reveste a ação e o uso de gênero.

compostos por espécies de textos para os quais os critérios de rotulação e de classificação ainda são móveis e/ou divergentes.*

³ Para efeito de esclarecimento, os princípios que constituem a base conceitual da noção de gênero proposta por Berkenkotter & Huckin (1995:4) são: 1. dinamismo, 2. situadidade, 3. forma e conteúdo, 4. dualidade de estrutura e 5. propriedade da comunidade.

1.2.1 O dinamismo/dinamicidade inscritos nos gêneros

Para Berkenkotter & Huckin (1995: 4-6),

os gêneros são formas retóricas dinâmicas, desenvolvidas a partir (em função) das respostas dos agentes a situações recorrentes e que servem para estabilizar a experiência e lhe dar coerência e sentido. Os gêneros mudam ao longo do tempo em respostas às necessidades sociocognitivas de seus usuários.

Essa característica atribuída aos gêneros vincula-se à sua própria natureza: são fenômenos sócio-históricos e culturais que se transformam, redimensionam-se, desaparecem, reaparecem, como também outros novos são criados.

A respeito disso, Bhatia (1997: 6), citando esses autores, salienta que os gêneros se situam tipicamente em contextos sócio-retóricos específicos e, dessa forma, modelam futuras respostas retóricas a situações similares; eles sempre foram vistos como “lugar de contenda entre a estabilidade e a mudança”, assunto que discuto, com vagar, no capítulo 2.

A idéia de estabilidade está implicada com o uso e a função social do gênero, que, como prevêem Bhatia (1997) e Bakhtin (1992), entre outros, pode refletir no uso recorrente de recursos discursivos e fórmulas lingüísticas (rotinas comunicativas), resultantes do trabalho lingüístico empreendido pelos usuários do gênero, no curso de suas atividades interativas. E, em sendo resultado do trabalho lingüístico, as rotinas comunicativas são socialmente avaliadas e dotadas de um certo valor no que concerne à finalidade e à eficácia de seu uso, que vai sendo disseminado, dinamicamente, nos próprios processos interlocutivos gerados nas esferas das atividades sociais.

Para ilustrar, no caso da maioria dos gêneros epistolares, têm-se algumas fórmulas lingüístico-discursivas, as chamadas rotinas comunicativas, como o vocativo, a saudação e a despedida, que, no percurso de mais três séculos, vêm mantendo uma estabilidade na composição textual desses gêneros. Não obstante isso, um dado modo de dizer pode

desfrutar de um certo valor numa dada época e, em outras, pode parecer impróprio, arcaico, como também pode variar de cultura para cultura. Por exemplo, é raro encontrar atualmente cartas pessoais cujas aberturas são construídas por seqüências discursivas como estas:

"É com prazer e muitas saudades, que pego nesta pena, para dar-lhe notícias minhas e dos meus, mas também para cobrar-lhe as suas".

"Esta missiva que aqui lhe envio, com um atraso irrecuperável, é uma expressão do apreço que tenho por vossa senhoria. Espero que ela vá encontrar-lhe gozando de plena saúde".⁴

Também é provável que tomaríamos como estranhos enunciados em *e-mail* deste tipo: "*Pego deste meu Pentium e teclo estas mal processadas linhas...*"

As duas primeiras passagens registram uma história de um tempo em que as cartas íntimas ou pessoais eram tratadas por missivas e eram escritas à pena. Além disso, o uso de fórmulas lingüísticas – "*pego nessa pena*", "*esta missiva*" -, adotadas numa dada época, expressa um valor social, estético, de caráter, pode-se dizer, idílico, que foi disseminado pelas práticas comunicativas das cartas. Quanto ao terceiro enunciado, o espaço discursivo e interacional em que pretensamente ele se encontraria pressupõe a manipulação de outros recursos lingüísticos e estratégias que reportam às condições de uso do *e-mail*. Em outros termos, os usuários desse gênero operam com um conhecimento convencionalizado sobre a própria organização de textual e a seleção de elementos lexicais (muitos não estranham a abundância das abreviaturas, por exemplo), reconhecido socialmente de acordo com as práticas comunicativas, as situações comunicativas da cultura digital. Enfim, vale registrar que as situações descritas acenam para a dinamicidade e a convencionalidade inscritas nas práticas de um gênero.

⁴ Esses trechos foram retirados de cartas que compõem o acervo geral construído por esta pesquisa, os quais datam de 1943 e 1952. Convém esclarecer que eles não se incluem no *corpus* de análise aqui constituído.

Prosseguindo, a respeito da relação entre a estabilidade e a mudança presente na vida dos gêneros, Bakhtin (1997), discutindo sobre os gêneros literários, em sua obra "*Os Problemas da poética de Dostoiévski*", já em 1929, antecipava uma reflexão sobre a dinamicidade inerente a esse fenômeno da linguagem. Embora, nessa obra, sua atenção centre-se na história dos gêneros literários, penso que poderia estender as suas considerações a todos os gêneros discursivos (para manter a sua terminologia), como ele, programaticamente, sugere em "*Estética da criação verbal*". Na primeira obra citada, Bakhtin (1997:106) afirma que,

por sua natureza mesma, o gênero literário reflete as tendências mais estáveis, perenes da evolução da literatura. O gênero sempre conserva os elementos imorredouros da arcaica. É verdade que nele essa arcaica se conserva graças à sua renovação, graças à sua atualização. O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. (...) É precisamente por isto que tem a capacidade de assegurar a unidade e a continuidade desse desenvolvimento. (destaques do autor)

A título de exemplo, para ilustrar o que aqui está sendo observado, podem-se indicar os romances-folhetins, publicados em jornais nacionais, ao longo dos séc. XIX e XX (até 1930), em suplementos especiais, impressos, que mais tarde se transformaram em radionovela (1950 a 1970) (por exemplo, "Jerônimo", "O Direito de Nascer") e, a partir de 1964, com toda sofisticação tecnológica do mundo da televisão, ganham uma tradução atualizada para as telenovelas (cf. Meyer, 1996). Nessa dinâmica, o que se vê não seria necessariamente um novo gênero, mas, sim, um gênero que se modela e se reestrutura face às injunções de novas condições tecnológicas.

Berkenkotter & Huckin (*op. cit.*: 6-7), para ilustrarem esse caráter do funcionamento dos gêneros, lançam mão de um estudo feito por Huckin (1992), no qual são analisados 350 artigos de jornais científicos publicados entre 1944 e 1989. Segundo Huckin, embora o artigo científico, em periódicos, tenha vivido, por uma longa data, sob uma égide de ser gênero relativamente estático, sobretudo, no que diz respeito à sua estruturação esquemática, isto é,

à organização das etapas em que se veicula o conteúdo informacional, as constatações a que chega a pesquisadora mostram que esse gênero, no percurso de 45 anos, vem apresentando alterações significativas.

Conforme constata Huckin, na organização da composição dos textos, os resultados de experimentos vêm aparecendo cada vez mais em primeiro plano, anunciados em títulos, em sumários e, logo de saída, na introdução do texto. Já as seções que cuidam da exposição dos procedimentos metodológicos têm ocupado uma posição secundária. Para Huckin, baseando-se em depoimentos feitos pelos próprios produtores de textos desse gênero, uma das razões pelas quais essa mudança se impôs explica-se pela explosão de informações que retrata o volume de pesquisas que vêm sendo produzidas. Diante esse fato, as leituras dos textos em foco tendem a ser, como explica a autora, caracteristicamente seletivas. Observa de igual modo que, em sendo os leitores desses periódicos também produtores de textos desse gênero, estes procuram projetar, no trabalho de elaboração de seus textos, as expectativas e estratégias de leitura que fazem quando são leitores de artigos produzidos pelos colegas. Em outras palavras, resumidamente, como pondera Huckin, as atividades discursivas empreendidas pelos usuários do gênero em questão, tacitamente, vão moldando-o, no que tange à estrutura composicional do texto e à distribuição dos temas (tópicos), a fim de atender às necessidades comunicativas e sociocognitivas, demandadas ou pressionadas pela comunidade científica que consome e produz artigos dessa natureza.

Encerro por aqui essa discussão, pois, mais adiante, no capítulo 2, ao tratar da emergência dos gêneros epistolares, volto a ocupar-me dessa problemática. Mas, quanto ao que foi aqui exposto, merece registrar que uma das nuances de que se reveste a noção de dinamicidade é aquela que se reporta à noção de processo, o que pressupõe e implica a

condição de variação de formas textuais atualizadoras de um mesmo gênero, em razão do uso que dele se faz, através do tempo. Variações que, historicamente, refletem mudanças que coletivamente foram engendradas nas práticas comunicativas de um gênero textual, para responder às necessidades comunicativas de seus usuários. Nesse quadro teórico, a noção de processo implica a transformação ou a redimensão de práticas da produção discursiva, as quais eventualmente não levariam a uma reformulação da finalidade social a que se presta o gênero.

Resumidamente, para concluir essas considerações, os textos pertencentes a um dado gênero são produções discursivas estabilizadas, histórica e socialmente situadas; e os modos de produção, distribuição e recepção que os envolvem é que promovem dinamismo/dinamicidade das práticas de um gênero, em dada época, em uma dada cultura. Tal fenômeno, importante salientar, permite reconstruir a história das práticas interacionais atualizadoras de um gênero, no seio de uma sociedade⁵.

Dessa perspectiva, como Marcuschi comenta (2000:12),

seria algo assim como a inserção da sociedade e da história nos processos de textualização e dos processos de textualização na sociedade e na história. Uma espécie de sedimentação das práticas sociais em estruturas discursivas com marcas das formas de produção textual de sentido para fins comunicativos.

1.2.2 Gênero textual: reflexo de um trabalho sociocomunicativo

Considerando que gêneros são formas textuais que, em seu pleno uso, mudam ao longo do tempo em resposta às necessidades comunicativas de seus usuários, essa ação certamente, como se anunciou, é sustentada no (e pelo) trabalho lingüístico empreendido pelos indivíduos, nos eventos de interação de que participam.

⁵ Para efeito de exemplo, entre os bons trabalhos que nos permitem ver a história da vida de um gênero, pode-se aqui apontar o estudo do historiador inglês Peter Burke, intitulado "A arte da conversação", cujo centro de investigação são os manuais de regras de conversação que apareceram em países da Europa, França, Inglaterra, entre outros, entre os séc. XII e XIX. Esse estudo foi publicado pela Editora UNEPS, São Paulo, em 1996.

Na base dessa concepção, esta pesquisa, seguindo as hipóteses sociointeracionistas, opera com o pressuposto de que a linguagem é uma atividade social, cognitiva e dialógica (interativa), cujo espaço de realização e construção é a interação verbal. Atribuir à linguagem esse estatuto implica considerá-la como algo que não está de antemão pronto, dado como um sistema de que as pessoas se apropriam para utilizá-la. Mas, sim, como algo que se constitui fundamentalmente no (e pelo) trabalho lingüístico empreendido pelos interactantes nos eventos comunicativos atualizados nos diferentes espaços sociais vinculados às esferas de atividade social que eles integram.

Dessa perspectiva, a noção de trabalho envolve fundamentalmente a relação do sujeito com a língua, consubstanciada na forma de trabalho. Sobre isso, acredito com Possenti (1988:57), que as línguas são resultado do trabalho dos falantes e,

se foi o trabalho de todos os que falaram uma língua que a levou a um determinado estágio, seria incongruente imaginar que, neste estágio, os falantes não trabalham mais, apenas se apropriam do produto. Por outro lado, como nem todos os que trabalham por uma língua são iguais, é de se esperar que o produto apresente irregularidades, desigualdades, traços enfim, da trajetória de cada um dos elementos constitutivos de uma língua. Produzir um discurso é continuar agindo com essa língua não só em relação a um interlocutor, mas também sobre a própria língua.

Assim, a língua acomoda a um só tempo estabilidade e mudança, em razão do trabalho lingüístico que se funda na produção de discursos e textos pelos sujeitos, que agem sobre a linguagem, construindo ou redimensionando os recursos lingüísticos de que a língua dispõe. Reiterando algumas observações, os gêneros, sendo produções sociais de linguagem, refletem em suas instâncias de uso, numa dada época, uma estabilidade, como visto. Mas, tendo-se em vista que respondem às necessidades comunicativas de seus usuários, impostas pelas demandas sociais de uma sociedade, aos gêneros é inerente um caráter de mudança.

No que respeita esse aspecto, no quadro da vertente sociointeracionista, como já dito, assume-se que os sujeitos se constituem como tais, isto é, a sua consciência social se

forma em seus processos de socialização, na medida em que vão construindo textos como também internalizando (trabalhando, processando, (re)significando) os discursos já existentes, materializados em diferentes gêneros textuais, atualizados nos contínuos e permanentes eventos de interação de que vão participando (cf. Bakhtin,1990; Bronckart, 1999; Vigotski,1991a, b). Com efeito, os sujeitos, sob a ação de um trabalho comunicativo e (socio)cognitivo que transborda a ação puramente lingüística, passam a dominar os gêneros aos quais têm acesso, como já se expôs, e também deliberadamente podem alterar-lhes o funcionamento, introduzindo-lhes procedimentos composicionais, fórmulas lingüísticas, operações discursivas e pragmáticas que evocam modelos de funcionamento de outros gêneros textuais⁶.

Nesse sentido, reafirmando a noção de dinamicidade/dinamismo, os gêneros textuais são vistos como resultantes de um trabalho coletivo desenvolvido pelos sujeitos nas práticas comunicativas de que participam. Dessa perspectiva, entende-se por trabalho algo que não é, portanto, estático, ou pronto e acabado, mas, sim, uma atividade discursiva, alimentada contínua e permanentemente no curso das interações.

Dito de outro modo, a noção de trabalho, na perspectiva deste estudo, reporta à ação de um movimento recursivo que compreende, a um só tempo, a idéia de processo e a de produto. Explico-me melhor: essa noção se funda no princípio de que (i) as atividades discursivas, produzidas pelos sujeitos, no próprio processo de produção e recepção do texto de um gênero, num dado tempo e espaço, implicam uma relação interativa e colaborativa; (ii) tal ação resultará em um trabalho; (iii) e, para construção de novas atividades discursivas,

⁶ Faço menção aqui ao que Marcuschi (2000:26) chama de *intertextualidade tipológica dos gêneros*, fenômeno que, como diz o autor, se evidencia como uma mescla de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero. Para efeito de exemplo, é comum encontramos em revistas de grande circulação textos propagandísticos de agência de turismo, construídos na forma de cartas pessoais, através das quais são relatadas as belezas do lugar em cena e as vantagens que uma viagem feita pelo pacote/produto oferecido pode proporcionar. Para cumprir o seu propósito discursivo, o texto propagandístico se apropria, estrategicamente, do funcionamento do gênero carta, tendo em vista que em nossa cultura é comum a prática de mandar cartas e cartões aos amigos e parentes, quando alguém está em viagem.

tem-se como “material” o trabalho (produto) elaborado por gerações que precederam às contemporâneas.

Refinando essa visão, pode-se dizer, com Bronckart (1999: 108), que

esse processo acaba na produção de um texto empírico que assim sempre é um produto da dialética que se instaura entre representações sobre os contextos de ação e representações relativas às línguas e aos gêneros de texto. Todo texto empírico é realizado por meio de empréstimo de um gênero e, portanto, pertence sempre a um gênero; entretanto todo texto empírico também procede de uma adaptação do gênero-modelo aos valores atribuídos pelo agente à sua situação de ação e, daí, além de apresentar as características comuns ao gênero, também apresenta propriedades singulares que definem seu estilo particular. (grifo do autor)

Nessa acepção, pode-se, metaforicamente, caracterizar os textos de um dado gênero como elos de uma corrente a qual vai sendo formada pelas práticas comunicativas, através das quais se vai instaurando uma sedimentação/cristalização do gênero textual. E mais, na atividade mesma da produção, distribuição e recepção de textos, pressupõe-se que os sujeitos lidam/operam com um conjunto de conhecimentos “material” que possuem acerca do funcionamento sociocomunicativo do gênero.

Assim, como trabalho coletivo, realizado em diferentes momentos históricos, em contextos sociais específicos, e motivado pelas demandas sociais, fica evidente que os gêneros não são criações individuais, não são construções arbitrárias, tampouco reguladas por uma liberdade pessoal, mas sim, como diz Bronckart (*op. cit.*: 39), as produções de linguagem de um sujeito efetuam-se, necessariamente, na interação com uma intertextualidade, em suas dimensões sociais sincrônicas e em suas dimensões históricas de traços de construções conceituais e discursivas (*lingagières*) dos grupos sociais precedentes.

Para ilustrar essa questão, além dos exemplos arrolados na seção anterior, um outro que me parece ser elucidativo advém de uma discussão proposta por Olson (1997: 203-204) acerca da construção de documentos oficiais, legais, os chamados writs. Segundo

o autor⁷, os *writs* da *Common Law* inglesa (declarações escritas na forma de formulário que se prestam à exposição de queixas) são um dos primeiros gêneros escritos produzidos no domínio das práticas jurídicas, os quais, por um longo tempo, passaram por transformações estruturais, lingüísticas e discursivas de modo que se pudesse assegurar uma interpretação mais objetiva tanto da parte do produtor quanto do leitor do documento. Em razão disso, na tentativa de suprimir uma carga de subjetividade inscrita nas queixas, as quais eram encaminhadas a um “júri” e por este respondidas, como observa Olson, os matizes de significação/subjetividade ali manifestados tiveram de ser neutralizados em favor de uma comodidade burocrática. Para tanto, no decurso do uso desse gênero textual, no interior das práticas comunicativas do domínio jurídico, foram sendo construídos mecanismos para a composição textual e discursiva do documento que levaram a uma padronização da formulação das queixas, que, por conseguinte, sinalizam o uso de estratégias de leitura que buscavam assegurar a produção de um sentido vinculada à circunstância de uso daquele gênero.

Pode-se dizer que essa prática para a elaboração e estabilização desse gênero se assenta em um trabalho sociocomunicativo através do qual se intentava a construção de uma rotina comunicativa que permitisse que o propósito do reclamante fosse traduzido/verbalizado, lingüística e discursivamente, sob os moldes das indicações do documento, de modo que se reduzisse a variabilidade das interpretações da parte do produtor e leitor. Isso, diz Olson, não só possibilitou que qualquer pessoa pudesse preencher um *writ*, como também, em decorrência da padronização da forma e do tratamento rotineiro da interpretação, um número cada vez maior de casos pôde ser examinado.

⁷ Para essa discussão, Olson baseia-se em estudos sobre o desenvolvimento da lei inglesa – *Common law*, promovidos por Pollock e Maitland (1898) e Clanchy (1985), *apud* Olson (1997).

A observação de Olson reforça o pressuposto de que os textos exemplares dos gêneros refletem os modos de sistematização ou normatização do funcionamento de atividades discursivas historicamente construídos pelos interactantes. Isso, em outros termos, equivale a dizer que as práticas comunicativas da área de atividade social em questão pressupõem normas sociais e convenções retóricas que incluem uso de estratégias discursivas, textuais e interativas.

Resumidamente, pode-se dizer que se apresenta aí um fenômeno de linguagem que pode ser entendido como uma atividade que resulta de um trabalho coletivo, construído em tempo e espaço distintos, em momentos singulares. E mais, é através de um trabalho, contínuo, que se consolidam padrões de interação, os usos e as de funções do gênero, que podem fixar fórmulas lingüístico-discursivas e rotinas comunicativas, figurando assim como convenções estabilizadas no (e para) o processo de práticas comunicativas vigentes em uma sociedade. Nesse sentido, pode-se afirmar que tal fenômeno não é arbitrário, tampouco se justifica por uma liberdade individual, mas é decorrente de processos interacionais desenvolvidos, social e historicamente, por gerações que precederam às nossas, e continua sendo ainda legitimado pelas gerações atuais. A respeito disso, vale a pena frisar, com Marcuschi (2000), que a partir do século XIX, cada vez mais as tecnologias avançadas têm grande participação no surgimento de novos gêneros, tais como a telefonia, a radiofonia, a televisão e a informática.

1.2.3 Gênero: modelo sociocognitivo

Seguindo a linha de raciocínio em exposição – a de que um gênero textual numa certa época vem a ser o que é em decorrência do trabalho coletivo dos sujeitos -, presume-se que é das práticas comunicativas, construídas em contextos socialmente situados e

permanentemente atualizadas, que derivam os modelos sociais de gêneros. E os indivíduos, engajados em suas atividades interacionais, ao estandardizá-los, constroem (socio)cognitivamente os modelos mentais dos gêneros com os quais convivem, sejam como produtores, sejam como ouvintes e leitores (cf. Bronckart (1999); Marcuschi (2000); (Heinemann & Viehweger (1991), Göllich (1986), *apud* Marcuschi, *op.cit.*); Swales (1996), entre outros).

Com base no pressuposto de que os textos são elaborados em referência aos modelos de gêneros vigentes na sociedade, Heinemann & Viehweger (1991, *apud* Marcuschi, 2000: 80), por exemplo, entendem que os usuários de um dado gênero dispõem de um sistema de conhecimentos que compreende o funcionamento textual, lingüístico, discursivo, semântico-temático e interacional do gênero em uso, o que lhes possibilita efetivar a atividade interlocutiva e interativa nos eventos comunicativos de que participam.

Nessa esteira, Marcuschi (*op. cit.*) observa que, embora não se tenha uma noção muito clara de como se organiza cada um desses conhecimentos, o certo é que eles englobam um conjunto de saberes que, dinâmica e interativamente, modelam os processos de produção e recepção do texto pertencente a um dado gênero.

Outros estudiosos, como Tannen & Wallat (1998), igualmente, têm confirmado a complexidade que recobre o processamento de textos para o qual requer a ativação de saberes analiticamente distintos, mas interativos. Saberes que se organizam na forma de modelos cognitivos como frames, scripts, planos, esquemas textuais superestruturais, que são mobilizados, estrategicamente, no processamento do texto.

Esses conhecimentos, segundo os autores citados, vinculam-se a esferas da ordem do saber lingüístico, enciclopédico, interacional. Podem ser aqui, amplamente, traduzidos por saberes relativos a representações que se reportam (i) à instância social de uso da

linguagem (pública ou privada); (ii) ao papel (social e comunicativo) que cada um dos interlocutores representa no evento comunicativo; (iii) à relação de formalidade ou não entre os interlocutores, que, em grau maior ou menor, reflete as injunções do lugar social que cada um deles ocupa na sociedade; (iv) ao jogo de imagens ali presente e ao jogo de vozes socialmente situadas, orientando o que pode ou não ser dito e como deve ser feito; (iv) à atitude enunciativa do produtor (propósito discursivo) em relação ao seu objeto de dizer e ao seu destinatário; (v) às finalidades comunicativas dos interlocutores aliadas à atitude responsiva de cada um deles em relação ao que está sendo enunciado; (vi) ao registro e à modalidade lingüística, ao gênero, ao veículo/suporte de circulação, ao seu circuito de difusão; e, por fim, (vii) às experiências com interações verbais afins à que está em curso, etc.

Nesse quadro de discussão, pode-se lembrar o que Hymes (1972) havia assinalado em seus estudos sobre eventos de fala. Resumidamente, o pressuposto aí em evidência é o de que há, da parte dos falantes, um saber intuitivo sobre a situação comunicativa e sobre o texto nela produzido, saber, portanto, que transcende o lingüístico, na medida em que envolve outros que também estão para um conjunto de fatores que se inscrevem e compõem o quadro do evento comunicativo do qual participam os interlocutores. A esse saber Hymes atribui o nome de competência comunicativa, outros estudiosos, de competência social, como, por exemplo, Erickson et *alii* (1998) e Van Dijk (1992), de conhecimento estratégico da situação discursiva. Certamente, no conjunto desses saberes, encontra-se aquele que diz respeito ao modelo social de gêneros, já que, para empreender qualquer atividade discursiva, há que operar com um gênero textual.⁸

Todos esses fatores, em sua relação, imprimem ao texto uma configuração peculiar no que tange à abordagem do tema; ao arranjo esquemático (global) em que o conteúdo

⁸ No capítulo 4, retomo essa discussão ao refletir sobre a organização da composição do texto epistolar.

informacional se assentará; aos modos de organização discursivos (os tipos de texto – narração, descrição, argumentação, injunção, etc); bem como à seleção dos recursos lingüísticos (o estilo). Enfim, todos aqueles saberes enumerados orientam a produção e a recepção do discurso materializado no texto, que atualiza um dado gênero, construído numa esfera da atividade e comunicação humana (cf. Silva, 1999).

Nesse sentido, acredito, com Marcuschi (2000: 15-16), que, ao que tudo indica, existe um saber social comum pelo qual os falantes se orientam em suas decisões acerca do gênero de texto que estão produzindo ou devem produzir em cada evento comunicativo. Nessa linha de reflexão, esse autor, comentando algumas propostas teóricas sobre gênero, observa que

(...) os gêneros muitas vezes são constituídos como modelos cognitivos gerais que se situam contextualmente e vão exigindo características formais específicas. (...) Assim os gêneros textuais são tanto tipos de ação globais (uma espécie de ato de fala estendido), como modelos cognitivos gerais (uma espécie de representação conceitual). Pode-se dizer que em ambos os casos eles são estabilizados lingüisticamente e identificáveis intuitivamente pelos membros de uma comunidade de fala, desde que partilhem a língua e a cultura. (...) são rotinas cognitivas e sociais consolidadas e conhecidas.

Sobre isso, Bronckart (1999: 43), por seu turno, no conjunto de suas reflexões, reafirma que

(...) o agente que realiza uma ação de linguagem deve, necessariamente, colocar em interface o conhecimento sobre sua situação de ação e sobre os gêneros de textos, tal como são indexados no intertexto e tal como mobilizam os recursos e os pré-construtos de uma língua natural.

Essas formulações fortalecem o posicionamento assumido por este trabalho, para o qual as instâncias social, cultural e histórica e as instâncias individual e subjetiva se pressionam como também se imbricam nas relações intersubjetivas pressupostas pelas atividades dos gêneros. E essas relações, construídas no interior de um evento comunicativo, ao que tudo indica, ancoram-se em modelos sociais de gêneros, em vigência em uma sociedade. Assim, no plano das experiências pessoais, no processamento do texto,

a construção cognitiva dos modelos sociais dos gêneros textuais emerge e deriva das relações sociocomunicativas em que os sujeitos se encontram engajados. Em suma, no tocante a essa questão, recorrendo mais uma vez a Berkenkotler & Huckin (1995:7), este estudo admite que

O nosso conhecimento de gêneros é derivado de e encaixado em nossa participação nas atividades comunicativas diárias e profissionais. Como tal, o conhecimento de gênero é uma forma de "cognição situada" que continua a se desenvolver enquanto participamos nas atividades de uma cultura.

A respeito dessa competência, Gülich (1986, *apud* Marcuschi, 2000, 1995a: 81), por exemplo, com base em um trabalho empírico, ressalta que o conhecimento dos sujeitos sobre gênero se desenvolve a partir e em função de suas inter-relações sociocomunicativas. E, com base nesse conhecimento, os sujeitos especificam os gêneros que estão usando. A autora destaca que certas marcas lingüísticas relativamente estereotipadas permitem aos sujeitos identificar o gênero do texto que está sendo atualizado. Aponta, como exemplo, as seguintes fórmulas reconhecidas pelos usuários:

*era uma vez (abertura de histórias);
prezado amigo (abertura de carta pessoal);
conhece aquela do português (piada);
tome duas xícaras de açúcar e adicione (receita);*

Para reiterar essas observações, é interessante apresentar um exemplo, retirado do acervo geral de cartas coletas por este trabalho, que põe à mostra como um produtor, operando com modelo cognitivo desse gênero, faz, intuitivamente ou não um comentário (metatextual) sobre o uso de uma fórmula lingüística prevista na composição textual do gênero, comentário que, certamente, deve se orientar por um conhecimento que se tem do gênero em uso. Vejamos então:

"Querida (acho que querida tem tom de carta, jamais falaria isso de viva voz) ficou difícil deslizar a letra no papel depois que me dediquei a pular de tecla em tecla".

Antes de arrolar outros exemplos que reforçam o princípio aqui em discussão, é necessário, porém, fazer uma breve consideração. A respeito dos exemplos apresentados por Gülich (1986), bem como o último indicado, é preciso assinalar que, se quiséssemos ampliar a listagem esboçada, provavelmente, encontrar-se-iam muitas fórmulas lingüísticas, previsíveis e convencionalizadas, na configuração textual dos gêneros ali evocados. Essa previsibilidade no uso de fórmulas lingüísticas, para a realização de rotinas comunicativas, não deve ser, contudo, encarada como uma restrição ou uma impossibilidade de recorrer a outras formas lingüísticas para dizer o que tem a dizer. Além disso, não se deve entender que os gêneros textuais figuram como uma camisa de força à qual os usuários se submetem. Ao contrário, devo reiterar que, para se pensar essa questão, há que se observar que as construções lingüísticas e composições textuais são fórmulas históricas que surgiram ao longo do tempo no quadro de práticas comunicativas, resultantes do trabalho lingüístico empreendido (e que vem sendo empreendido) pelos sujeitos em suas relações interativas. E, em sendo resultado do trabalho lingüístico, como dito, elas são socialmente avaliadas e dotadas de um certo valor no que concerne à finalidade e à eficácia do uso. A escolha, por parte do sujeito, de recursos lingüísticos, dentre outros disponíveis ou virtualmente possíveis na língua, reflete uma ação individualizada desse sujeito sobre e no próprio trabalho lingüístico construído coletivamente nos eventos comunicativos de que vem participando. Essa escolha se faz, certamente, em virtude do propósito comunicativo, dos efeitos de sentido pretendido em consonância com finalidade social do gênero, do seu destinatário, dentre outros aspectos, constituintes da situação comunicativa.

Retomando as ilustrações, trago à exposição um estudo feito por Signorini (2000: 5-11), no qual ela relata uma experiência que vivenciou quando de uma prática de produção de carta pessoal, em situação de capacitação de alfabetizadores leigos e não leigos

nordestinos. Conforme descreve a autora, uma carta pessoal, cujo destinatário seria a mãe de uma das professoras, foi formulada, no quadro negro, pelo grupo de alfabetizadores, junto com a professora, de modo que se pudesse refletir sobre a organização formal do texto. O objetivo principal da atividade era o de distinguir os assuntos em parágrafos, evitando repetições desnecessárias (se é que elas se apresentam como tais na carta). Ao final da tarefa, como explica a autora, uma das alfabetizadoras que havia participado da elaboração do texto ponderou que ela não mandaria a carta, por parecer-lhe muito fria. Foi-lhe então solicitado que "esquentasse" a carta. Para tanto, continua Signorini, a professora alfabetizadora foi introduzindo no texto formas ritualizadas de expressão de afeto bem como outras estratégias interativas que se realizavam, mediante vocativos, por exemplo: *mãinha, querida mãinha, mãinha querida*, etc.

As (re)formulações propostas pela alfabetizadora, bem como o comentário expresso no trecho de carta acima transcrito são bons dados que deixam explicitar que, ao proporem intervenções dessa natureza, os produtores de textos de gênero epistolar (como também de qualquer outro gênero) dispõem de um saber intuitivo ou não sobre o gênero em uso, um saber que figura como um guia que orienta cognitiva, discursiva, lingüística e pragmaticamente a produção e recepção do texto pertencente ao gênero. Em outras palavras, pode-se admitir que esses dados, em face da sua natureza e função, põem à mostra que os indivíduos, em tempo e espaços distintos, no seio de uma sociedade, operam (socio)cognitivamente com modelos de gênero que se encontram em uso nessa sociedade ou, especificamente, em uma comunidade em que se acham engajados.

Para findar as ilustrações arroladas, gostaria de destacar um outro trabalho desenvolvido por Basso (1974: 425-432), que igualmente apresenta mostras elucidativas sobre a questão aqui em pauta. Esse autor, numa abordagem etnometodológica, empreende

um estudo que objetiva evidenciar os aspectos do funcionamento do gênero epistolar reconhecidos por membros e estudantes de uma universidade americana. Basso parte do princípio de que os fatores sociais e culturais influenciam o modo como a escrita é usada e, apoiando-se em Hymes (1972), pressupõe que a possibilidade de seus informantes tecerem as observações sobre o funcionamento de diferentes tipos de carta é explicada pela competência comunicativa que eles possuem, construída nos eventos comunicativos de que participam, seja como remetentes, seja como destinatários. Para realização do trabalho, o autor montou o seu *corpus* de análise com trechos de cartas formais e pessoais (terminologia adotada pelo autor), postadas, que englobam cartas familiares, de amor, comerciais, de recomendação, de editor, carta-crédito, etc. Segundo Basso, os seus informantes conceituavam ou tipificavam as cartas com base, por exemplo, em fatores que recobrem o quadro da situação comunicativa: a relação entre os interlocutores, o propósito discursivo do produtor, os pretensos domínios institucionais de onde elas provinham, como também em fórmulas lingüísticas, prototípicas, ali presentes. Somente para ilustrar, conforme descreve o autor, as cartas pessoais são definidas por seus informantes como aquelas centradas na relação entre os participantes, as quais lembram uma conversa face a face, uma interação mais próxima; o produtor expõe mais o seu sentimento, tende a ser mais íntimo, (aspecto que este estudo confirma), etc. Continua Basso, seus informantes definem as cartas formais como um evento de escrita marcado por uma impessoalidade entre remetente e destinatário, ou seja, a subjetividade do produtor e o seu envolvimento com o destinatário são aspectos relativamente ausentes, e assim por diante.

Resumidamente, o estudo de Basso fortalece, em larga medida, a hipótese de que as pessoas, para tecerem considerações sobre um dado gênero, como também reconhecê-lo, distingui-lo de outros e usá-lo, possuem uma competência comunicativa acerca do seu

funcionamento, na qual evidentemente está implicado o modelo sociocognitivo do gênero de que dispõem. Sob essa ótica, para finalizar, reitero a minha filiação à idéia segundo a qual as atividades de produção e de recepção de textos, sendo atividades sociais, cognitivas e interativas, contextualmente situadas, vinculam-se sociocognitivamente aos parâmetros de um modelo social de um dado gênero textual, sem os quais, é provável, corre-se o risco de emperrar uma interlocução.

1.3 À guisa de conclusão

Ao longo das discussões desenvolvidas neste capítulo, busquei apresentar as grandes premissas teóricas, metodológicas e conceituais em que se ancora a abordagem com a qual este estudo opera no trabalho com gênero textual.

Como destaquei, seguindo o enfoque sociointeracionista, entendo que gênero textual e interação verbal são dois construtos sociais que se pressupõem. Dessa perspectiva, admitindo que os gêneros são formas textuais contextualmente situadas, através das quais são construídas as relações sociais, não se podem negligenciar, para efeito de análise, os parâmetros que constituem a cena interativa, visto que é na e para a interação que são produzidos os gêneros textuais.

Partindo desse princípio, que me leva a eleger como critérios para investigar a realidade do gênero carta pessoal aqueles construídos à luz de fatores sócio-culturais e históricos, (socio)cognitivos, pragmáticos e discursivos, acredito, com Bhatia (1997) e tantos outros aqui citados, que uma proposta teórica de gêneros tem combinado as vantagens de uma visão mais geral dos usos da língua, que se constrói levando em conta que se está lidando com um fenômeno de natureza plural e indexal. Isto é, como apontei no decorrer deste capítulo, lida-se com um fenômeno, em cuja constituição, dialeticamente, conjugam-se

e implicam-se (i) a estabilização, a convenção e a tendência à inovação; (ii) o trabalho coletivo e a atividade subjetiva com a linguagem e sobre a linguagem, para responder às necessidades comunicativas, socialmente reconhecidas pelas esferas sociais em questão; (iii) os modos de produção, de distribuição e recepção de textos que, a um só tempo, constituem e sedimentam as práticas comunicativas singulares de um gênero e a história de práticas comunicativas de uma sociedade.

Pautando-me nesses parâmetros, no capítulo que segue, o caminho que agora passo a construir é aquele que me leva a uma primeira e panorâmica incursão pelas práticas comunicativas de gêneros epistolares a fim de situar os movimentos e alguns aspectos inscritos no funcionamento comunicativo do gênero carta pessoal.

CAPÍTULO 2

AS PRÁTICAS COMUNICATIVAS DA CARTA: FORMAS INTERATIVAS DO CONVÍVIO SOCIAL

Sob a orientação teórica e metodológica exposta, tenho como objetivo, neste capítulo, apontar, de forma panorâmica, o movimento das práticas comunicativas dos gêneros epistolares, sob o ponto de vista do contexto social, histórico e cultural. Sirvo-me desse expediente, na tentativa de reafirmar o princípio segundo o qual os gêneros textuais e, particularmente, as cartas pessoais não são criações individuais, tampouco surgem da noite para o dia, mas, sim, desenvolvem-se, consolidam-se e se transformam em função de uma série de injunções sócio-culturais e históricas. Desse ponto de vista, nesse quadro, proponho delinear o funcionamento da carta pessoal em relação aos demais gêneros epistolares com os quais ela integra a constelação das correspondências construídas no contexto de nossa sociedade, a fim de salientar as propriedades do gênero em exame, as quais concorrem para promover o seu efeito de tipicidade. Início esta exposição, esclarecendo a noção de prática comunicativa adotada por este estudo, a qual, até o momento, veio sendo por mim usada de maneira um tanto vaga.

2.1 Práticas comunicativas

Essa noção, cunhada por Grillo (1998), como lembra Marcuschi (2001: 34), traz na sua base conceitual o princípio segundo o qual as práticas comunicativas incluem as atividades sociais através das quais a linguagem é produzida. Isso equivale a dizer, em termos gerais, que a noção de práticas comunicativas tem em seu escopo os usos da linguagem conforme os espaços sociais em que ela é atualizada.

Sob essa ótica, pode-se aceitar que as práticas comunicativas de um gênero textual tanto expressam o modo como as pessoas agem lingüística, discursiva, cognitiva, social e interativamente nos eventos comunicativos de que participam, sejam como produtores ou leitores/ouvintes, como também refletem as demandas do contexto social, histórico e cultural em que elas são modeladas.

Nesses termos, seguindo as hipóteses do sociointeracionismo, sou levada a entender, com Sheneuwly (1988) e Bronckart (1999) que a noção de prática comunicativa aporta, a um só tempo, aspectos contextuais (social, histórico e cultural) da experiência humana em relação às atividades interativas (funcionamento da linguagem nos espaços sociais) e aspectos (socio)cognitivos (competência comunicativa, como prevê Hymes, já citado). Dessa perspectiva, as práticas comunicativas pressupõem uma relação de interface entre a manifestação do social e do individual nos usos da linguagem nas esferas sociais, espaços em que as práticas comunicativas são desenvolvidas.

Como insistia Bakhtin (1992) e outros tantos estudiosos vêm reiterando, nas esferas sociais das atividades humanas, vinculadas a domínios discursivos da sociedade, desenvolvem-se práticas comunicativas distintas, sedimentadas na própria atividade dos gêneros. Somente para lembrar, há gêneros textuais exclusivos de determinados domínios discursivos (por exemplo, cultos religiosos, audiência de júri, homilias, artigo científico, editorial, receita médica, consulta médica, conto, etc.), cujas práticas comunicativas não só atualizam os discursos dos domínios discursivos que as engendram, como envolvem rotinas comunicativas muitas vezes rígidas; delimitam a organização do quadro participativo; elegem os modos da produção; prevêm a circulação; a recepção (gestos de leitura) e o suporte de

difusão dos textos⁹. Nesse sentido, com Grillo, é que entendo que as práticas comunicativas prevêem uma implicação de atividades sociais através das quais a linguagem é produzida.

Ainda, antes de encerrar esse esclarecimento, é importante reiterar que as práticas comunicativas se constituem das (e nas) atividades pressupostas pelo próprio funcionamento do gênero. Nesse sentido, os gêneros são gerados e consolidados pelas práticas. E, ao mesmo tempo, elas se sedimentam nos eventos atualizadores dos gêneros textuais. Assim falar de mudanças que experienciam um gênero, no curso da sua história, é falar de suas práticas comunicativas, assunto que abordarei no próximo item.

2.2 A emergência das práticas comunicativas da carta

Na história das práticas comunicativas mediadas pela escrita, a carta foi um dos primeiros gêneros textuais que viabilizou a construção de relações interativas a distância. Isso, sem dúvida, como comentam Thompson (1998) e Bazerman (1999), implicou o surgimento de uma complexa reorganização de padrões de interação humana e todo um aparato técnico e tecnológico, na medida em que se criava uma nova forma de interação social, dissociada do aqui e agora, através da qual se podiam fomentar as transações

⁹ Não posso aqui negligenciar uma observação sobre a relação entre práticas e a noção de comunidade de práticas que vem se apresentando útil para explicar o funcionamento de práticas de determinados gêneros textuais. Essa noção, advinda da sociolinguística, foi proposta por Lave & Wenger, *apud* Holmes & Meyerhoof (1999: 174), para os quais uma comunidade de práticas é constituída de pessoas que se organizam em torno de atividades ou interesses, orientadas por objetivos comuns. Uma comunidade de práticas pressupõe: "*maneiras de agir e de falar, crenças, valores, relações de poder – em suma, práticas – emergem no curso desse mútuo interesse. Como um construto social, a Comunidade de práticas é diferente da tradicional comunidade, fundamentalmente porque é definida simultaneamente pela filiação dos membros a um grupo e pelas práticas nas quais esses membros estão envolvidos*". No caso desta pesquisa, entendo que essa noção não se mostra aplicável para descrever as práticas comunicativas das cartas pessoais, visto que um dos mais importantes fatores para a formação de uma comunidade de práticas é a inter-relação entre os seus membros, como comentam Holmes & Meyerhoof. Para que as práticas das cartas fundassem uma comunidade de práticas, segundo prevê a noção, seria necessária uma espécie de um engajamento de pessoas que, por meio de troca de cartas, estabelecessem entre si intercâmbios duradouros. Essa realidade, embora possível, não foi registrada pelo *corpus* aqui em exame. Por fim, é oportuno também mencionar que, paralelamente à noção aqui em pauta, no campo dos estudos sobre gêneros, é adotada a noção de comunidade discursiva, que traz em seu escopo a noção de práticas discursivas. Swales (1990), Bhatia (1997), por exemplo, adotam essa noção para descrever gêneros do domínio acadêmico. Numa linha similar, estão os trabalhos de Miller (1994), que propõem a noção de comunidade retórica. Confira também o trabalho de Thomas Erickson (1997).

sociais entre os homens, construir novos contatos interpessoais, consolidá-los, desfazê-los, refazê-los. Essa função social provavelmente é a função fundadora das práticas comunicativas dos gêneros epistolares.

No tocante a esse aspecto, é interessante observar que, na tradição da epistolografia ocidental, registra-se uma variedade de práticas comunicativas portadoras de finalidades sociais específicas (cf. Bazerman (*op.cit*) e Miranda (2000)). Somente para ilustrar, as cartas de Cícero e as de Sêneca - modelos da literatura epistolar, as chamadas cartas familiares, conhecidas também como "gênero literário-filosófico" - foram escritas não a parentes ou nem só a eles, mas também a todos vistos como amigos, com o objetivo de recreação para o entendimento, alívio e consolação, recomendação, agradecimentos, queixumes, desculpas e graça. As cartas de cunho filosófico, geralmente extensas, eram dedicadas a amigos ou escritas a pedido de amigos. Embora elas trouxessem registrado o nome do destinatário, eram escritas para serem lidas por um público amplo e permitirem a difusão e socialização de idéias. De modo geral, a prática de escrita das cartas familiares visava ora ao deleite (recrear para vida); ora ao ensino (consolar a vida); ora às reflexões sobre ações e sentimentos humanos (conhecer a si próprio).

As práticas comunicativas das cartas familiares não equivalem às das cartas pessoais (ou familiares), tais como as que hoje conhecemos, produzidas e lidas no espaço da privacidade, escritas, em princípio, para não serem publicizadas. Estas, na cultura epistolar, como discutirei a seguir, emergiram por volta do século XVII, passando a fazer parte das atividades de escrita da vida cotidiana, na esfera privada, para atender a propósitos comunicativos que iam desde o dar notícias a quem se encontrava ausente

a manter uma correspondência para alimentar cordialmente um relacionamento, sem pretensões maiores, como pressupunham as cartas familiares inauguradas por Cícero.

Prosseguindo, à época desses filósofos e bem antes dela, a carta era um gênero que se prestava também a atender as demandas impostas pelas atividades do Estado. Na Grécia e Roma antigas, por exemplo, ordens, leis, proclamações, pronunciamentos, comandos militares, documentos administrativos e negócios políticos do Estado eram emitidos na forma de carta, os chamados documentos legais ou oficiais; talvez se encontrem aí os primórdios de uma sociedade que se burocratizava. Nessa seqüência, outro fato ilustrativo diz respeito à Igreja Católica, que, em aberto processo de expansão, na Roma antiga e no período medieval, por meio das cartas apostólicas, pastorais e as homilias (cujos temas variavam de assuntos políticos a reafirmação de dogmas), criou um complexo sistema de rede comunicativa para administrar, controlar e pacificar as comunidades do reino da cristandade (cf. Thompson (1998) e Bazerman (1999)).

Nesse quadro, importa observar que a diversidade das práticas comunicativas epistolares há mais de 20 séculos já assinalava a existência não apenas de um gênero, mas, sim, o surgimento de um sistema (ou constelação) de gêneros epistolares, no seio das atividades sociais de uma dada cultura, produzidos e difundidos em esferas sociais distintas, para responder às demandas sociais particulares dessa cultura.

A esse respeito, lembrando um belo texto de Darnton (2000), "*Rede de intrigas*", no qual ele discute os sistemas de comunicação do Antigo Regime, modelado pela fofoca e pela notícia, poderia dizer que as cartas movimentavam as relações entre homens e instituições, criavam e sedimentavam as práticas sociais do universo da política, da economia, da ciência e da cultura, etc. e, ainda, instauravam as bases de um complexo sistema de comunicação e

de informação, que somente vai se sofisticar no século XV, com o advento do correio, na Europa.

É também digno de nota, na história das práticas epistolares, o fato de que a carta é gênero que teve importante influência no surgimento e na formação de outros gêneros textuais. Bazerman (1988, 1999), por exemplo, que vem investindo em uma longa pesquisa sobre documentos escritos, observa que o primeiro artigo científico surgiu de correspondências entre cientistas, filósofos e Henry Oldenburg, o primeiro editor de revista *Philosophic Transactions* da *Royal Society*, no século XVII. À época, as cartas guardaram um papel fundamental na constituição do pensamento moderno, apresentando-se naquele contexto como verdadeiro sistema de circulação pública de idéias. Elas possuíam uma dimensão ensaística, por darem notícias de trabalhos filosóficos, científicos e literários concluídos ou em andamento; por relatarem descobertas e invenções, viagens e expedições, etc. Nessa revista inglesa, as correspondências publicadas, oriundas de uma longa troca de cartas, revelavam os efervescentes debates de grandes teses e doutrinas entre os correspondentes.

Bazerman (1988; 1999) comenta também que os artigos científicos levaram cerca de um século para deixar de ter os vestígios da carta – sobretudo, no que respeita às marcas enunciativas e interativas, usadas estratégica e polidamente pelo remetente, para interpelar e envolver o seu correspondente – para então adotarem um discurso argumentativo, fundado numa reflexão orientada pela objetividade e imparcialidade (se é que, de fato, seja possível). Como diz o autor, nos artigos havia, a rigor, uma conversa polida entre cavalheiros sobre temas extremamente complexos que mudaram os rumos da história do pensamento científico, literário e filosófico da cultura ocidental.

Além dessas práticas comunicativas que movimentavam as esferas da ciência, da arte, da literatura, da filosofia, Bazerman (1999) ressalta que, no mundo financeiro, nos meados do século XVII, relatórios de acionistas evoluíram de cartas trocadas entre acionistas e a instituição financeira. Outros gêneros como os relatórios internos, as notas promissórias, a carta (e o cartão) de crédito, a demonstração de contas mensais (correntistas), os recibos, dentre outros, de igual modo, receberam uma forte influência do gênero epistolar.

Para o autor, a própria natureza do funcionamento sociocomunicativo da carta – uma comunicação direta entre duas partes (remetente e destinatário); a confiabilidade conferida ao documento; a possibilidade da interlocução (da troca); a construção de relacionamentos (sociais) específicos em circunstâncias específicas – parece ter criado condições para a emergência de novas práticas comunicativas ou, dito de outro modo, de novos usos sociais da escrita para responderem às necessidades comunicativas demandadas, no caso, pelas esferas institucionais que compõem o cenário financeiro e administrativo. Salienta o autor, de igual modo, que o formato estético muito ornado e o discurso caracteristicamente elaborado desses documentos, resquícios das cartas manuscritas (de negócios), vai se alterando por razões de ordem socioculturais; por exemplo, com a expansão do sistema econômico e financeiro e com a introdução de textos impressos e datilografados, as transações financeiras e comerciais se ampliaram recobrando um público anônimo.

Essas questões trazidas por Bazerman, que mostram tanto a influência de um gênero na formação de um novo gênero como a ocorrência de fatores para definição do gênero criado ou na sua emergência, encontram eco em observações discutidas por mim, anteriormente, sobre a plasticidade dos gêneros, as quais são aqui retomadas nas palavras de Bhatia (1997:6):

aos gêneros se atribui uma tendência natural à inovação e à mudança, que freqüentemente é explorada pelos membros de uma comunidade especializada na criação de novas formas para responder a contextos retóricos familiares ou nem tão familiares assim. Isso confere à maioria dos gêneros um tipo de complexidade dinâmica que freqüentemente se atribui ao uso de recursos multimídia, à explosão de tecnologia informacional, aos contextos multidisciplinares no mundo do trabalho, ao ambiente profissional crescentemente competitivo (tanto acadêmico como empresarial) e, acima de tudo, à necessidade de criatividade e inovação na comunicação profissional.

Yates e Orlikowski (1992) também apontam como as demandas comunicativas gestadas por setores administrativos de uma sociedade já burocratizada e uma nova realidade tecnológica são fatores que podem contribuir para a emergência e/ou redimensionamento das práticas de um dado gênero. Comentam os autores que, com o advento da máquina de escrever e os recursos por ela oferecidos, os memorandos, surgidos no meados do século XIX, receberam uma série de modificações na configuração estrutural e estética de seus textos, até alcançar uma relativa uniformidade, tal como hoje os conhecemos, sem, contudo, tal fato alterar-lhes a função – a de viabilizar o sistema comunicativo interno de uma empresa. Explicam que os recursos técnicos oferecidos pela máquina de escrever e o uso de arquivos verticais contribuíram para ampliar expressivamente a produção e o armazenamento de documentos inter e intra-empresariais. Além disso, mediante a criação de convenções técnicas e uma nova formatação textual, foram criadas possibilidades para realizar uma distinção formal e funcional entre as correspondências de âmbito interno (memorandos) e as de âmbito externo (cartas comerciais, estas bem mais antigas, do século XVII). É interessante assinalar, como observam Yates e Orlikowski que, com o advento da máquina de escrever, surgiu um novo grupo profissional, os datilográficos, os quais desempenharam a função de agentes de standardização desses gêneros, na medida em que eles serviram para estabilizar o formato do documento nas e entre as empresas.

Ainda Yates (1999: 234), nessa mesma linha de discussão, em um artigo no qual indaga sobre o futuro das cartas, acredita que, com o surgimento do *e-mail* e a CMC (comunicação mediada por computadores) e a franca expansão dessas novas formas de interação da cultura digital, assistimos a um novo momento da história das cartas tradicionais. A essa nova realidade, são colocadas pelo autor indagações tais como: os *e-mails* e a CMC seriam simplesmente novas versões dos meios já estabelecidos como as cartas?; os *e-mails* e a CMC seriam novos meios com suas próprias formas distintas das cartas e outros meios?; como os *e-mails* e CMC estão afetando o uso contemporâneo das cartas e outros meios?. Respostas a essas questões, como observa Yates, pressupõem-se pesquisas empíricas de grande fôlego, pois ainda se vive um momento de sedimentação de práticas comunicativas de um gênero recém-criado. Para Yates, nesse contexto das novas tecnologias eletrônicas, as cartas tradicionais, tais como as conhecemos, parecem estar com os seus dias contados. Em relação a isso, como discuti na introdução deste estudo, parece-me precipitado aventar uma hipótese plausível relativa ao declínio à extinção dos gêneros epistolares, inclusive o da carta pessoal, pois eles ainda ambientam os espaços das trocas sociais.

Para avançar nesta exposição, passemos agora ao movimento das práticas comunicativas que envolvem a emergência da carta pessoal (ou familiar). Como adiantei, as práticas desse gênero, como hoje as conhecemos, desenvolvidas, essencialmente, no âmbito das atividades privadas da vida cotidiana, cujos textos são escritos na intimidade, sem a intenção de pronunciamento público ou doutrinário, emergiram, nos meados do século XVII, na Inglaterra (cf. Yates, *op. cit.* ; Dierks 1999).

Conforme Dierks, baseando-se em uma pesquisa sobre os manuais da época, as práticas de escrita desse gênero começaram a ser popularizadas, na Inglaterra, em seguida,

em outros países europeus e na América do Norte, mediante uma forte disseminação de manuais de carta familiar¹⁰, cujo propósito, além de didático, revelava um forte interesse em prover à população urbana da época um refinamento social no ofício da escrita dos textos desse gênero.

Comenta o autor que a carta de cunho pessoal – cujo funcionamento não era de caráter eminentemente privado – definia-se como uma atividade cultural, à época Vitoriana, de grande prestígio. Esse gênero fazia parte de práticas de escrita do cotidiano de uma sociedade aristocrática, intelectual e empresarial, que, pela troca de cartas, alimentava cordialmente as relações sociais (pessoal, profissional). Nesse contexto sócio-histórico, assinala também o autor, os elaboradores de manuais de correspondências comerciais, no conjunto de modelos de carta propostos, sugeriam, como atividade preliminar, a escrita de cartas familiares/pessoais, como uma forma através da qual os aprendizes pudessem exercitar as rotinas comunicativas esperadas por um homem da vida pública.

Explica ainda o autor que os manuais de cartas familiares (pessoais), embora recorressem a modelos, procuravam desmitificar a escrita pomposa e ornada neles presente, sem, contudo, romper com as normas sociais, embutidas nas rotinas comunicativas sedimentadas pelas práticas comunicativas desenvolvidas pelos grupos sociais que já conviviam com esse gênero. Recomendavam os manuais que as cartas familiares tivessem como finalidade primeira alimentar um convívio social e afetuoso com parentes, amigos e conhecidos que se encontram ausentes. Do ponto de vista da produção, os textos deveriam trazer sempre um tom fiel às expressões de afeto; à sinceridade cordial; à expressividade e informalidade que se aproximam de uma boa conversa entre iguais, e, por fim, sugeriam que

¹⁰ Conforme Dierks (*op.cit.*: 32), uma das obras mais influentes na divulgação desse novo ideal de prática epistolar foi publicada em 1741 por Samuel Richardson, intitulada *“Letters Written, to and for Particular Friends, on the Most Important Occasions”*.

se produzisse um texto pautado na elegância e cortesia, mas sem ser ostentoso, pois senão poderia soar falso ou pernóstico o que ali se anunciava.

Observa também Dierks, as cartas, de modo geral, eram basicamente escritas pelos homens e, para alterar esse quadro, no caso da escrita de cartas familiares, os manuais não apenas se proliferaram como também investiram pesadamente no público feminino e juvenil.

Sobre as práticas comunicativas da carta pessoal, como dá a entender Dierks, na base da proposta desses manuais, anunciava-se (ou refletia) um movimento político, social e cultural cuja pretensão, ao que parece, era a de incentivar a inserção de pessoas, que supostamente não detinham um traquejo (habilidades) no uso da escrita com esse fim (ou outros), em práticas de letramento que à época eram consideradas prestigiosas (aliás, sempre o foram). Em última análise, sob essa condição, pode-se indagar se a proposta dos manuais, conforme expõe Dierks, buscava instigar uma abertura ou uma expansão do universo das práticas comunicativas, na medida em que, deliberada e didaticamente, intentavam oferecer a grupos sociais saberes que os habilitassem a se engajar, como produtores, em práticas comunicativas até então atualizadas por apenas uma parcela daquela sociedade.

Quanto a isso, vale salientar que mais uma vez um conjunto de fatores sociais e culturais concorre para redesenhar o funcionamento das práticas comunicativas de um gênero. Hoje, no entanto, depois de bons longos séculos, considerando o contexto sócio-histórico, político e cultural em que se inserem as cartas pessoais, reconhece-se, conforme me indica o *corpus* aqui investigado, que os textos atualizadores desse gênero epistolar ainda continuam fiéis à finalidade social que o engendrou: assegurar ou proporcionar um convívio, a distância, com aqueles que amam ou têm um estreito relacionamento social

(como mostrarei, com mais vagar, nos capítulos que seguem). Ainda, sem entrar, por ora, em detalhamento, pode-se, de igual modo, adiantar que os textos aqui em exame se apresentam, como assinala Bakhtin (1992: 279), relativamente “estáveis”, do ponto de vista da configuração composicional, estilística e temática em relação ao que se previam os manuais¹¹ descritos por Dierks. Sobre esse aspecto, reiterando algumas posições assumidas, devo dizer que essa relativa estabilidade não deve ser entendida como formas estruturais e lingüísticas rígidas e previamente fixadas. Se assim o fosse, os textos, em sendo realizações particulares do gênero; produzidos em eventos comunicativos socialmente situados, deixariam de ser singularizados pela a ação do seu próprio produtor.

Antes de encerrar estas considerações, importa ainda ressaltar o movimento das cartas pessoais e íntimas (amor), tanto na constituição de um gênero do domínio da literatura, os conhecidos romances epistolares (por exemplo, o famoso romance “*As Ligações Perigosas*”), como na composição dos ensaios biográficos e autobiográficos construídos em torno de numerosas correspondências privadas trocadas por pessoas públicas (os ensaios sobre as cartas de *Mme de Sévigné*; *Thomas Mann*; *Mario de Andrade*, etc.), que, por sua vez, para muitos leitores e críticos, são obras para serem lidas como romance e como memória.

Em relação a isso, Bakhtin (1992: 281), considerando a carta pessoal e íntima como um gênero primário, pelo fato de as práticas comunicativas desses gêneros epistolares se inscreverem no contexto privado, caracteristicamente, despojadas das formalidades impostas pela relação interativa assimétrica, tece o seguinte comentário:

¹¹ Embora já discutido em passagens anteriores, penso ser oportuno reafirmar que os manuais em si não passam de um instrumento para fins didáticos, mas, em grau maior ou menor, retratam formas textuais que se encontram vigentes em uma dada cultura, as quais sugerem, pretensamente, ser as legítimas para orientar a elaboração de textos que, supostamente, poderão cumprir uma função reconhecida por essa cultura em que se espelham tais manuais. Cabe ainda uma observação. Como já dito, acredito, com Miller (1984) e Marcuschi (2000), que o que aprendemos quando aprendemos a usar um gênero não é dominar uma forma lingüística, mas, sim, uma forma de realizar lingüisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares.

Os gêneros primários, ao se transformarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios – por exemplo, inseridos num romance, a réplica do diálogo do cotidiano ou a carta, conversando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. O romance em seu todo é um enunciado, da mesma forma que a réplica do diálogo cotidiano ou carta pessoal (são fenômenos da mesma natureza); o que diferencia o romance é ser um enunciado secundário (complexo)¹².

Não obstante essa observação de Bakhtin, merece destacar, a meu ver, que a inserção das cartas pessoais ou íntimas em obras literárias bem como a constituição de um gênero literário epistolar, de uma forma ou de outra, retratam, intertextual e interdiscursivamente, a dinâmica de práticas comunicativas das cartas, cultivadas num dado contexto sócio-histórico de uma sociedade, como um fenômeno social e cultural circunscrito e variável no tempo e espaço.

Por fim, deve-se observar que a carta pessoal e os demais gêneros são formas de produção de linguagem, criadas socialmente para responderem às necessidades comunicativas de uma sociedade e são contextualmente situadas. Quanto a isso, importa reiterar, com Swales (1990), que os gêneros não surgem da noite para o dia, mas, sim, desenvolvem-se por um certo período e somente são reconhecidos até que se tornem bastantes padronizados. Nessa linha de argumentos, pode-se assinalar que os gêneros expressam as formas como as pessoas atuam e participam comunicativa e interativamente nas práticas de linguagem de uma sociedade. Nesse sentido, entendo, com Miller (1984, 1994), que os gêneros representam um sistema de ações e interações que têm locações e funções sociais específicas bem como valor ou função repetidos ou recorrentes. E, ao longo de sua história, no curso das práticas comunicativas, os gêneros podem sofrer uma série de

¹² Somente para esclarecer, Bakhtin (1992: 281) anuncia, de forma programática, uma distinção entre gêneros: os que se situam no contexto das interações verbais espontâneas são qualificados como os primários, como a carta, a conversação; já os secundários seriam o romance, o teatro, o discurso científico, que aparecem em circunstâncias de uma comunicação mais complexa, relativamente mais evoluída, principalmente na escrita. Essa posição de Bakhtin parece-me problemática, visto que, sob essa distinção, pode-se flagrar uma visão dicotômica entre as práticas comunicativas dos gêneros, questão hoje altamente problematizada.

injunções, incorporando assim notórias modificações; outros gêneros, no entanto, parecem resistir à intempérie, como as cartas pessoais.

Para complementar essa discussão, outro ponto importante a notar diz respeito às redes comunicativas que envolvem as práticas comunicativas dos gêneros epistolares, assunto que passo cuidar no item que segue.

2.3 Redes comunicativas

Se imaginarmos os trajetos comunicativos promovidos pelos eventos dos gêneros epistolares, tanto do domínio público como do privado, podemos projetar uma complexa rede de comunicação¹³, constituída de múltiplos elos que se conectam, por meio de um aparato tecnológico e serviços adotados pela sociedade que se estendem por todos os cantos da Terra.

Aceita essa idéia, parece sensato admitir que, no processo de troca de cartas, a cada carta enviada e a cada carta recebida, vão-se formando pequenos elos de uma rede comunicativa, fundada entre os correspondentes, vinculada socialmente a uma rede comunicativa gigantesca e complexa, que, por sua vez, se organiza, na nossa sociedade, pelo serviço postal, um dos aparatos tecnológicos do mundo contemporâneo, a qual viabiliza, dentre outros fins, a concretização das interações a distância entre pessoas que recorrem às cartas para alimentar ou construir as relações interpessoais.

A rede postal se imbrica com outras tantas redes de comunicação, presentes na vida cotidiana de uma sociedade tecnologicamente complexa como a nossa. Por exemplo, considerem-se as redes da telecomunicação, a do mundo da imprensa escrita e falada, a grande rede do mundo digital, a *internet* e, ainda aquela que se efetiva através

¹³ Dentre as diversas acepções do conceito de rede aplicado por diferentes correntes teóricas, neste trabalho a noção aqui usada limita-se à idéia segundo a qual as redes comunicativas, no interior da sociedade, como sistema comunicacional, são vistas como um fenômeno público, social e interativo (cf. França, 2002; Pereira de Sá, 2002).

do "boca a boca", na qual, como bem descreve Darnton (2000) em trabalho aqui já citado, vai-se criando um comércio tácito de notícias locais e regionais, que pode ganhar proporções incontroláveis.

Particularmente, no caso da rede comunicativa do mundo postal, para que se efetive uma interação a distancia, há um aparato tecnológico por traz dessa ação que vai desde o uso do papel, caneta, envelope, passando pela postagem, o arquivamento/empacotamento na agência de origem, a circulação das malas postais – por avião, trem, barco, ônibus e Internet¹⁴ -, chegando à distribuição, cuja realização se dá pela ação do carteiro. Nesse universo, somente para ilustrar, no ano de 2001, circularam no mundo mais de 400 bilhões de cartas, conforme indica a "Universal Postal Union"; já, no Brasil, segundo os dados oferecidos pela Anacom (Autoridade Nacional de Comunicações), circularam 9,5 bilhões de cartas (82,9% são cartas tradicionais e 15,1%, malas de direta). Esse valor, em termos de circulação diária, corresponde a 32 milhões de correspondências, sendo que 92% compreendem as de âmbito comercial/oficial, e apenas 8%, as cartas pessoais, isso equivale a 28.000 cartas/dia, aí incluídos os cartões postais e cartões de felicitações¹⁵.

Paralelamente a essa rede comunicativa organizada pelos serviços postais, há que se levar em conta tanto a rede, composta por sistemas de comunicação interna que se organiza no interior dos setores administrativos (memorandos, circulares, ofícios); como aquela que se constitui na forma artesanal, isto é, entregue em mãos (as cartas pessoais, cartas de amor, cartões de felicitações, bilhetes). Temos ainda a planfletagem de cartas abertas, recorrentemente realizada nas ruas das cidades; as cartas à redação, as cartas de

¹⁴ Há um serviço dos Correios do Brasil que permite, pela *internet*, a postagem de carta, a qual é impressa na agência de destino e entregue em mão pelo carteiro. Confira: [WWW.correioonline.com.br/index.asp]

¹⁵ Certamente, como já acenei, existem vários fatores que poderiam explicar o baixo número de cartas pessoais postadas diariamente no Brasil. Um deles, sem dúvida, diz respeito ao barateamento do serviço de telefonia e ao uso de internet. Mas penso que mereceria uma investigação – antes que carta pessoal caia em desuso ou desapareça – que se voltasse para saber quem e por que ainda usa esse gênero textual para viabilizar as relações interativas com aqueles que se encontram distantes.

leitores (solicitação de conselhos, orientações de toda ordem) veiculadas em jornal e revista; e, por fim, as correspondências da cultura digital, os *e-mails* pessoais e os não pessoais.

Resumidamente, sob a luz do que venho expondo, importa reconhecer que são diversas as redes comunicativas que ligam os indivíduos socialmente; cada uma delas operando com diferentes suportes e modelando as condições objetivas e materiais do funcionamento dos gêneros para a interação social. Nesse sentido, pode-se dizer que as redes comunicativas contribuem expressivamente na sedimentação das práticas comunicativas, na medida em que as redes atuam no processo de distribuição e recepção dos textos (este último, no sentido de permitir que o texto chegue ao local de destino). Noutras palavras, as redes comunicativas se caracterizam como um fator importante no processo interativo das relações sociais mediadas pelas cartas, ao viabilizarem materialmente a realização do intercâmbio entre as pessoas que se encontram distantes.

Para fechar as considerações até aqui expostas, cujo propósito foi o de esboçar, do ponto de vista sócio-histórico e cultural, o contexto em que atuam os gêneros epistolares, no item a seguir, trago à discussão uma breve descrição do funcionamento das práticas comunicativas de alguns gêneros epistolares da esfera pública. Valho-me desse procedimento, como dito, na tentativa de localizar, num primeiro momento, o quadro em que se situa a carta pessoal em relação aos demais gêneros epistolares com os quais ela integra o conjunto das produções discursivas do tipo correspondência. A partir desse mapeamento, nos próximos capítulos empreenderei um trabalho de análise mais detalhado sobre os fatores e aspectos que concorrem para fazer da carta uma produção de linguagem que engendra uma forma de interação particular.

Por fim, devo recordar que os gêneros epistolares da esfera pública não compõem o *corpus* deste estudo, Tomo-os aqui, para fins de cotejo. Esse expediente, de que ora lanço mão, contribui, em larga medida, para salientar as propriedades que promovem o efeito de tipicidade da carta pessoal em relação a alguns gêneros epistolares da esfera pública.

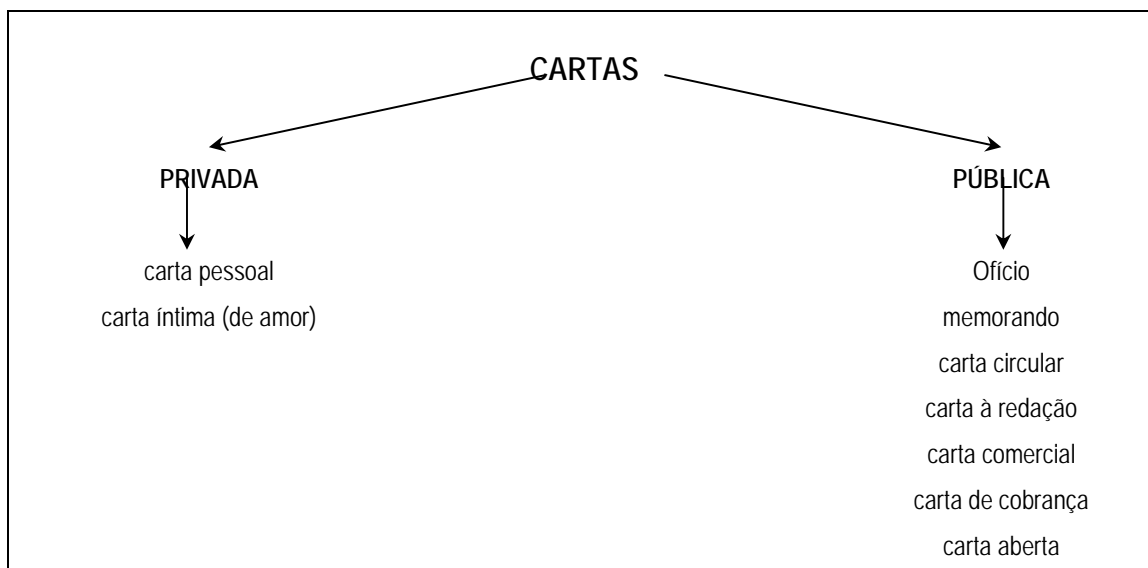
2.4 Algumas considerações sobre o funcionamento de práticas comunicativas das cartas da esfera pública

É importante reiterar que um dos aspectos fundamentais que distingue a carta pessoal da carta pública define-se com base nos usos da linguagem das esferas pública e privada da vida cotidiana¹⁶. De um lado, no contexto das atividades sociais de âmbito privado, inscrevem-se nas práticas comunicativas da carta pessoal; e, de outro, no contexto das atividades sociais de âmbito público, encontram-se as práticas comunicativas de cada um dos gêneros que seguem: carta ofício; carta aberta; carta circular; memorando; carta de referência; carta à redação (opinião sobre matérias publicadas no jornal ou revista, solicitação de aconselhamento); carta comercial; carta de cobrança. Aponto aqui tão-somente as que regularmente se encontram no cotidiano da sociedade.

Para ilustrar essa observação, sirvo-me de um esquema que intenta demonstrar a distinção aqui proposta:¹⁷

¹⁶ Os termos público e privado, aqui empregados, correspondem às noções correntes que eles encerram: o privado compreende o domínio familiar, pessoal, doméstico, enquanto o público se reporta à esfera das atividades sociais desenvolvidas no contexto das organizações estatais, não estatais (*ongs*, as empresas privadas). Devo assinalar que, com essa distinção, pautada em critérios heurísticos, não pretendo banalizar uma discussão sobre o tema que, a rigor, tem uma longa história no pensamento social e político ocidental.

¹⁷ Bex (1996: 157), em um estudo sobre cartas, opera com um esquema relativamente similar ao que apresento aqui. O autor estabelece uma distinção entre as cartas das esferas pública e privada e caracteriza, ainda, tanto no âmbito da esfera privada como no da esfera pública, cartas como pessoal e institucional. Ao propor essa tipificação, Bex pauta-se em níveis ou graus de informalidade/envolvimento, formalidade/ distanciamento que o remetente estabelece com o que anuncia e com o destinatário. Por exemplo, a carta de leitor, voltada para uma orientação sexual, é pública e considerada pessoal, dada a subjetividade e o envolvimento do produtor com o tema e com o destinatário, etc. Em outros termos, além das noções público e privado, Bex integra à classificação das cartas critérios que contemplam aspectos relativos a propósitos discursivos, a tema e a estratégias interativas presentes no texto. Particularmente, no caso do estudo que proponho, nesta seção de exposição, não é minha preocupação operar com outros critérios que se reportam ao processo de textualização das cartas para analisar como o remetente se investe em seu trabalho discursivo para promover efeitos de sentido que tenha em mente (faço isso, detidamente, com as cartas pessoais no capítulo 5). Por ora, pretendo tão-somente situar, do ponto de vista sociopolítico, o universo de atuação das cartas, operando com um critério que compreenda fatores dessa natureza.



Como acenei em passagens anteriores, os gêneros epistolares da esfera pública, exceto a carta à redação – um gênero textual caracteristicamente do domínio jornalístico -, são produzidos por diferentes espaços institucionais, como financeiro, jurídico, religioso, educacional, comercial, cultura, etc.. São usados em diferentes situações de troca social, conforme as demandas burocráticas de nossa sociedade. Isso equivale a dizer que as práticas comunicativas desses gêneros não se oriundam de um de domínio discursivo específico ou, dito de outro modo, de uma única e exclusiva instituição social como, por exemplo, as dos gêneros do mundo acadêmico e científico, religioso, jornalístico, como mencionado.

Quanto a isso, lembrando o funcionamento das redes comunicativas, as cartas públicas, desde a sua emergência, tratadas como cartas de negócio da vida pública, transitam por diversas organizações governamentais e não governamentais, interna e/ou externamente, como um dos expedientes burocráticos, adotados nas atividades administrativas, cuja finalidade comunicativa vai desde a de regular procedimentos para execução de serviços até a de congratular alguém por algo realizado.

Já as cartas pessoais, cujo trajeto comunicativo se circunscreve no espaço das atividades da vida privada, formam as suas práticas comunicativas fundadas basicamente na finalidade de manter uma correspondência que propicie consolidar e/ou construir novos relacionamentos do âmbito das relações privadas (amizade, parentesco). Suas práticas comunicativas são alimentadas pela troca de cartas entre os correspondentes, que, nesse percurso, ora assumem o papel de remetente, ora o de destinatário, e assim sucessivamente; como mostrarei no capítulo que segue, pois, ao que parece, o contrato comunicativo que subjaz às práticas comunicativas desse gênero é que as cartas são escritas para ir ao encontro de uma resposta.

Diferentemente da carta pessoal, a maioria dos eventos comunicativos dos gêneros epistolares da esfera pública (por exemplo: carta ofício; carta comercial; carta circular; memorando; carta aberta e carta à redação) opera com uma dinâmica interlocutiva cujo fluxo tende a veicular no sentido de mão única: do remetente para o destinatário. Em princípio, a possibilidade ou não da inversão dos papéis comunicativos – ora remetente, ora destinatário -, prevista nos eventos desses gêneros, pode se definir ora como circunstancial, ora como inexistente.

A esse respeito, seguindo o enfoque sociointeracionista, reitero o princípio segundo o qual a organização e a dinâmica do esquema de participação, geradas pelos eventos dos gêneros textuais, não são arbitrárias¹⁸. Elas refletem modelos de rotinas dos processos comunicativos gestados, social e culturalmente, pelos gêneros nas esferas

¹⁸ Julgo importante e oportuno, mais uma vez, recordar que, nesta seção, antecipo considerações tecidas por mim no capítulo que segue, no qual, com o devido rigor, procuro desenvolver reflexões sobre a organização e o funcionamento de quadro participativo da carta pessoal: o papel comunicativo dos participantes; a possibilidade ou não de alternância dos papéis comunicativos; o número de participantes engajados no evento; os lugares sociais. Ainda para facilitar a leitura do que aqui anuncio, devo esclarecer que, na discussão sobre essa problemática, opero com a hipótese segundo a qual a dinâmica do quadro participativo dos eventos comunicativos dos gêneros não é arbitrária, mas, sim, modelada pela natureza e finalidade social do gênero.

sociais que os produzem. Além disso, as rotinas comunicativas estão implicadas diretamente com a natureza das práticas comunicativas atualizadas pelos gêneros, ou seja, com os modos de produção, recepção e distribuição dos textos, modos que podem variar de acordo com fatores sócio-culturais.

Como dito, o ofício, a carta circular e o memorando¹⁹, por exemplo, são atividades comunicativas engendradas essencialmente no domínio das práticas da burocracia das instituições sociais. Práticas que se atualizam na forma de vários gêneros entre os quais estão as correspondências oficiais²⁰. Já a carta aberta, carta comercial e a carta à redação (aqui me refiro às cartas do leitor que opinam sobre uma matéria veiculada no jornal ou revista) são atividades comunicativas que, de modo geral, reportam-se às práticas de publicização ou de divulgação de algo, como os serviços, de modo geral, a figura de pessoas públicas, opiniões sobre uma dada situação. Sobre isso, é preciso salientar que, exceto a carta à redação, voltada basicamente para a publicização de opiniões, gerada no domínio discursivo essencialmente jornalístico, como dito, as cartas abertas e as cartas comerciais, embora se inscrevam nas finalidades discursivas apontadas, cumprem, como mostrarei adiante, funções sociais e trajetórias comunicativas distintas.

Para resumir essas questões, com Kerbrat-Orecchioni (1990), pode-se assinalar que o formato e o funcionamento dos esquemas de participação dos eventos dos gêneros epistolares da esfera pública, como de qualquer outro, estão implicados com uma série de fatores, por exemplo: (i) a natureza das relações sociais estabelecidas pelos participantes no evento do gênero, as quais são marcadamente institucionais; (ii) a natureza da atividade e finalidade social a que se presta o gênero em uso, que, em larga medida, modela o propósito

¹⁹ Sobre as correspondências oficiais, recorro ao manual elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, intitulado "Normas sobre correspondência e atos oficiais", 5ª edição, 1998.

²⁰ São inúmeros os gêneros produzidos para atender à burocracia gerida nas esferas das atividades das organizações institucionais, sejam elas governamentais ou não. Somente para ilustrar: ata, certidão, contrato, edital, despacho, parecer, ordem de serviço, portaria, requerimento, resolução, regulamento, e assim por diante.

comunicativo particular da interação, as atividades da formulação do texto e, inclusive, o teor do conteúdo informacional das produções discursivas; e, por fim, (iii) os modos de produção, circulação e recepção dos textos pertencentes a esses gêneros.

Em relação a essas observações, considerando os domínios institucionais que geram as cartas públicas e as rotinas sociais que as fomentam, reconhece-se que as relações interativas entre os participantes dos eventos não são guiadas por um propósito caracteristicamente interpessoal e motivadas pela intenção de “falar” com aqueles que se gosta e pôr em comum as histórias da vida cotidiana, fazendo assim da carta (da enunciação) um espaço da privacidade, do intercâmbio social sedimentado pelas intenções de dar (e buscar) notícias àquele que se encontra ausente, tal como pressupõem as práticas comunicativas da carta pessoal, como discutirei, com mais vagar, no capítulo 3.

Os processos interativos construídos por esses gêneros, certamente, trazem na sua base um propósito interpessoal, mas, aliado a isso, lembrando Halliday *et alii* (1989), no que respeita às funções da linguagem, os textos epistolares desempenham funções discursivas, tais como a ideacional (proposicional e informacional) e a lógica (argumentativa), que se expressam, por exemplo, nas atividades de informar, de fazer o outro saber e conhecer algo, de fazer o outro agir, de orientar, de normatizar, de controlar (cumprir uma norma/lei, empreender uma atividade não verbal) e, assim por diante. Nessa esteira, escreve-se também para opinar, convencer e persuadir (função lógica, argumentativa), a um público que se define de modo marcadamente diferenciado, conforme o espaço social de circulação e distribuição dos textos epistolares.

Para ilustrar essas observações, passo à descrição do funcionamento das práticas comunicativas de alguns gêneros epistolares da esfera pública. Começo pelo ofício.

2.4.1 Ofício

Gênero produzido particularmente por órgãos oficiais, mas se estende às esferas das atividades comunicativas das organizações civis de nossa sociedade, para tratarem de assuntos de serviço ou interesse da administração. É utilizado também por particulares em circunstâncias institucionais.

De modo geral, o ofício é uma correspondência que tende a ser diádica (um remetente e um destinatário). Quanto à troca dos papéis comunicativos dos interlocutores – o destinatário pode transformar-se em remetente -, prevê-se que essa alternância é um protocolo possível na rotina das práticas dessa correspondência, conforme a demanda social em jogo na relação interativa. Não é raro, como sabemos, que, por meio de ofícios, sejam feitas solicitações para cujo atendimento requerem-se, da parte do destinatário, esclarecimentos que devem ser registrados na forma de uma comunicação também oficial. Igualmente, embora raro, por meio de ofício, podem-se externar agradecimentos a convites escritos na forma de comunicação oficial.

Mas é preciso salientar que, usualmente, as relações de troca de correspondência oficiais tendem a ser circunstanciais e, de certo modo, afeitas a um inter-relacionamento as quais se limitam a um intercâmbio marcadamente oficial e institucional. Noutras palavras, não se prevê uma interlocução contínua e permanente entre os correspondentes, tal como nas cartas pessoais. Geralmente, as relações interativas desse gênero são fundadas num trajeto comunicativo de mão única. A contra-resposta, em termos dialógicos, pode-se dar, por exemplo, mediante a execução de uma tarefa de ordem prática.

Outro ponto que distingue esse gênero da carta pessoal diz respeito às posições sociais que os usuários encarnam. Como as interações atualizadas por esse tipo de correspondência voltam-se para atender às injunções burocráticas de nossa sociedade, as

posições sociais de seus usuários são marcadamente assinaladas. Em outros termos, esse fator é preponderante no jogo dialógico, pois os participantes se definem institucionalmente, na interlocução, à luz dos lugares sociais que ocupam. Assim, conforme o *status* e as posições sociais dos interlocutores, pode-se imprimir às interações desse gênero um caráter simétrico ou assimétrico: por exemplo, patrão X empregado; cidadão comum X autoridade pública; chefias X chefias; autoridades públicas X autoridades públicas (cujas funções podem ser ou não hierarquicamente superior). Por fim, em relação aos pares, ainda que não haja um desequilíbrio nas suas posições sociais, em face da natureza da interação, prevê-se para a rotina comunicativa um tratamento de deferência para com o destinatário.

2.4.2 Memorando

É um gênero textual também do domínio das correspondências oficiais, seu trajeto comunicativo circunscreve-se em espaços intra-institucionais. A sua função discursiva é igualmente delimitada: veicular informações referentes a atividades administrativas, tais como transmitir ordens, recomendações, determinando a execução de serviços ou esclarecendo o conteúdo de leis, normas e regulamentos, e parece não passar disso.

Aí os papéis comunicativos não são passíveis de inversão, e a posição social dos participantes é hierarquicamente distinta. Essa assimetria é reflexo do funcionamento sociocomunicativo do gênero, qual seja, através de um texto idêntico, um remetente, hierarquicamente superior, do ponto de vista das relações institucionais, interage simultaneamente com diversos destinatários. Estes, por sua vez, limitam-se ao cumprimento do que é ali recomendado, o que pode implicar, por exemplo, realização de uma ação prática (não verbal). Esses traços sociocomunicativos assinalam a especificidade desse gênero, os

quais, caracteristicamente, diferem dos que promovem o efeito de tipicidade da carta pessoal.

2.4.3 Carta aberta

Como se anunciou, o circuito comunicativo da carta aberta²¹ é ilimitado. Não obstante esse fato, é possível que haja pretensos destinatários (a quem de fato a carta está mandando o recado, ou prestando contas, ou denunciando, etc.). De modo geral, esse gênero tem como finalidade discursiva publicizar algo – seja para difamar ou para promover, por exemplo, uma pessoa pública, o serviço ou proposta política de uma empresa, de um órgão estatal ou não. Por extensão, no escopo dessas finalidades, a carta aberta pode atuar com o fim de justificar um dado episódio que pretensamente possa manchar a imagem de uma organização social, uma pessoa pública e uma categoria social e assim por diante.

As práticas comunicativas desse gênero podem implicar diferentes formas de distribuição dos textos, que recobrem vários mecanismos de uma rede comunicativa: panfletagem, postagem, sistema midiático – impresso, televisivo e radiofônico – e *Internet*. O esquema e o funcionamento de participação no evento comunicativo é pré-fixado, o fluxo da interlocução é predominantemente de sentido único: do remetente para um sem-número de destinatários. Essa condição, como vem sendo mostrado, propicia uma interação assimétrica. Embora seja pouco usual, é possível uma contra-resposta da parte do destinatário (uma associação, um partido político, uma empresa, etc.). Isso, provavelmente, constituiria uma nova carta aberta.

²¹ Nos domínios midiáticos – tv, rádio e jornal -, a carta aberta, usualmente, é chamada de informe ou comunicado.

2.4.4 Carta comercial

Na constelação das cartas da esfera pública, a carta comercial se recobre de mais de uma função social, com práticas comunicativas particulares. Em virtude disso, temos dois gêneros textuais do mundo dos negócios. Nesse caso, com Bhatia (1997: 4), podem-se reconhecer, de um lado, as cartas promocionais de vendas, cujo propósito comunicativo é o de anunciar e divulgar um produto ou serviço; com esse fim, essas cartas se revestem de uma ação da publicidade; de outro, temos as cartas de cobrança, geralmente, de ordem financeira; dessa perspectiva, elas se revestem de um caráter jurídico.

Do ponto de vista da publicidade, com a política de *marketing*, as cartas promocionais, (usando aqui a terminologia adotada por Bhatia)²², atualmente transitam em inúmeras organizações institucionais, saúde, educação, cultura, etc., com o fim de pôr à mostra e oferecer os serviços e produtos aí produzidos. Com essa finalidade, pode-se dizer que o público a que elas se dirigem é caracteristicamente amplo, mas importa observar que, considerando o que se oferece, projetam-se comunidades distintas de consumidores (cf. Fairclough, 1990). Curiosamente, com o recurso da mala direta, o caráter de anonimato da parte do destinatário foi redimensionado. É muito comum recebermos, em nossa casa, correspondências em cujos textos somos, pelo primeiro nome, saudados e interpelados. Nesses eventos comunicativos, geralmente, a posição social dos interlocutores não é um fator preponderante que possa promover relações de desequilíbrio, os lugares sociais ali em evidência são o de produtor/anunciante e um pretense consumidor.

Quanto às cartas de cobrança, essa relação também prevalece, mas o destinatário se vê como aquele que na situação social de troca é o que se encontra numa posição de

²² Bhatia (1997: 3-5) propõe uma discussão sobre como o discurso promocional é atualizado nos diferentes gêneros textuais, que se prestam à divulgação de serviços e produtos, a que ele chama de gêneros promocionais: por exemplo, os anúncios (veiculados em vários suportes – panfleto, tv, rádio,) as cartas, inscrições de emprego. Para o autor, esses gêneros, veiculando discursos dessa natureza, podem ser vistos como parte de uma colônia discursiva intimamente ligada, servindo mais ou menos a um propósito promocional comum.

desconforto ou constrangimento. Além disso, a carta de cobrança é uma correspondência comumente diádica, o destinatário é identificado, nominalmente. Por fim, quanto à alternância dos papéis comunicativos, a interlocução geralmente se estabelece no sentido de mão única: remetente para o destinatário. Essa condição, como dito, propicia uma interação assimétrica. A resposta às demandas ali anunciadas pode se efetivar mediante ações de natureza não verbal - adquirir (ou não) o serviço, quitar (ou não) a dívida.

2.4.5 Carta à redação

Por fim, chego à carta à redação (ou a carta do leitor). Os textos pertencentes a esse gênero, como se sabe, são veiculados em diversos jornais e revistas existentes em nossa sociedade, em seções bem específicas. O seu surgimento, como o de qualquer outro gênero, deu-se sob determinadas condições sócio-históricas. Uma delas, sem dúvida, foi o advento da imprensa e, conseqüentemente, a criação e difusão dos produtos da mídia. Aliado a tudo isso, certamente, o nascimento desse gênero decorre de uma série fatores que se vinculam, por exemplo, à solidificação da imprensa com o público; à necessidade de o leitor manifestar, via uma interlocução mediada por cartas, a sua opinião sobre as matérias veiculadas em artigos, notícias, editoriais. É também um recurso de publicidade, utilizado por esses próprios veículos, para estrategicamente consolidar qualidade ou fidedignidade do que se publica. Mas entre os objetivos que justificam a prática comunicativa desse gênero, destaca-se aquele que viabiliza a criação de um espaço de interlocução entre leitor e editor/ e leitores do jornal ou revista, de modo que o leitor (na condição de remetente) possa manifestar, mediada por cartas, a sua opinião sobre as matérias ali editadas.

Sobre isso, como bem diz Melo (1999: 19-20), através das cartas à redação, os leitores comuns podem participar do debate público, fazer-se ouvir, opinar sobre o que está

acontecendo nas diferentes esferas sociais, enfim, podem tomar parte nas discussões de caráter político, econômico e social que estão em foco.

Quanto à participação no evento, no que diz respeito à alternância dos papéis comunicativos, é extremamente interessante o processo que pode envolver o formato de produção e recepção dos textos desse gênero. Do ponto da concepção do texto, primeiramente o autor (remetente) envia a carta à redação do jornal ou revista, isto é, ao editor, que se define, a rigor, como um destinatário, cuja função é a de um leitor avaliador. Pode-se considerar que aí se instaura a primeira etapa do trajeto comunicativo da carta. Ainda, caso julgue necessário propor reformulações no texto-base para a sua edição, o editor se apresenta como um (co) produtor que passa a ter direito nas decisões sobre a elaboração do texto. Sobre esse processo, poderia dizer que se instaura uma relação de “simetria” entre autor e editor, visto que ambos se debruçam sobre a formulação do texto, a despeito de as intervenções não ocorrerem sincronicamente à concepção do texto-base. Na conclusão desse circuito comunicativo, tem-se, de um lado, o autor (no sentido de responsável do discurso e da opinião ali em funcionamento) e, de outro, o público-leitor (os pretensos destinatários, leitores do periódico). Nessa fase, (re)instaura-se uma relação de assimetria, na medida em que as condições de participação no evento são pré-fixadas. Ou seja, usualmente, o fluxo da interlocução se dá em sentido de mão única. No entanto, deve-se salientar que, caso alguma pessoa seja citada na carta e se sinta injustiçada, é assegurado por lei o direito à resposta, que pode vir publicada no espaço das cartas à redação ou em outro espaço do periódico.

Por fim, quanto à posição social do leitor que escreve cartas à redação, aqui mais uma vez recorro a Melo (*op cit.*: 26), que esclarece que muitos leitores (produtores) não são conhecidos publicamente e sempre ocupam o anonimato. Há aqueles, no entanto, que, além

de se identificarem pelo nome, indicam o cargo ou lugar (social) de onde falam; geralmente, isso se dá com as autoridades. Nesse último caso, o uso desse expediente pode promover uma relação marcadamente hierárquica entre o autor da carta e o público-leitor.

Para findar e ilustrar a descrição feita bem como salientar aspectos que modelam a composição das práticas comunicativas da carta pessoal em relação aos gêneros epistolares aqui, em cotejo, proponho a seguir um quadro - resumo que busca promover esse efeito.

Alguns Parâmetros para Definição das Práticas Comunicativas dos Gêneros Epistolares								
Dimensão	Traços	Gêneros Epistolares						
		Carta pessoal	Ofício	Memorando e Circular	Carta aberta	Carta à redação	Carta comercial	
							Cobrança	Promo cional
Relação e posição social dos participantes	Posição social simétrica	+	?	-	-	?	-	-
	Posição social assimétrica	-	+	+	-	?	+	+
	Conhecidos de âmbito privado	+	-	-	-	-	-	-
	Institucional (Não anônimos)	-	+	+	+	+	+	+
	Anônimos	-	-	-	-	-	-	-
Alternância de papéis comunicativos Relação de simetria e assimetria	Contínua	+	-	-	-	-	-	-
	Circunstancial	-	+	-	-	-	-	-
	Inexistente	-	+	+	+	+	+	+
Número de participantes	Dois	+	?	-	-	-	+	+
	Múltiplos	-	-	-	+	+	-	+
	Grupo delimitado	-	-	+	-	-	-	+
Função social	Interpessoal	+	-	-	-	-	-	-
	Institucional	-	+	+	+	+	+	+
Espaço de produção, circulação e recepção	Privado	+	-	-	-	-	-	-
	Público interno	-	0	+	-	-	-	-
	Público externo	-	0	-	+	+	+	+

Legenda: sinais para a marcação dos traços: + (presença); - (ausência); 0 (irrelevância do traço para definição do gênero); ? (indefinição quanto à presença e relevância).

2.5 À guisa de conclusão

As considerações aqui tecidas, como anunciei, objetivaram delinear, do ponto de vista social, histórico e cultural, como os gêneros epistolares se definem essencialmente em termos do uso da linguagem em contextos socialmente situados. E, paralelo a isso, dada a própria realidade dos gêneros, tentei assinalar, com base em estudos sobre essa temática, a plasticidade que os envolve, seja na sua emergência e/ou no curso de sua história, isto é, de seus usos, efetivados na singularidade dos eventos comunicativos.

A opção por esse primeiro e amplo recorte analítico, como explicado, é, a meu ver, útil aos propósitos deste estudo, na medida em que, por um lado, foi possível esboçar, de forma panorâmica, traços das práticas comunicativas dos gêneros epistolares que promovem que um dado gênero, do conjunto epistolar, encarne um funcionamento típico; de outro, salientar o contexto em que se situa a carta pessoal em relação aos demais gêneros epistolares com os quais ela compõe a constelação das correspondências vigentes em nossa sociedade.

Ainda, de acordo com as convicções deste estudo, posso dizer que o expediente analítico aqui adotado, em grau maior ou menor, permitiu confirmar a idéia segundo a qual um texto exemplar de um dado gênero traz, na sua atuação, uma longa história de práticas comunicativas, construídas por muitos sujeitos com o fim de responder às suas necessidades comunicativas.

A partir do desenho aqui esboçado, o caminho metodológico que ora passo a trilhar é aquele que se volta para descrever analiticamente a singularidade dos eventos comunicativos da carta pessoal, eventos que, como dito, vão sedimentando as práticas

comunicativas do gênero. Com esse propósito, no capítulo que segue meu olhar incide sobre uma reflexão acerca da situação comunicativa da carta pessoal e os elementos que a constituem. Passemos então a essa nova tarefa.

CAPÍTULO 3

O QUADRO DA SITUAÇÃO COMUNICATIVA DA CARTA PESSOAL

Pautando-me nas reflexões teóricas desenvolvidas até o momento, cujo eixo de discussão girou em torno do princípio segundo o qual *os gêneros são modos particulares de produção e consumo sociais de textos construídos social e historicamente, que realizam linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares* (cf. Marcuschi, 2000), neste capítulo, abro uma discussão que me permite fundamentar teórica e metodologicamente a seguinte premissa: ***a carta pessoal é uma produção de linguagem, socialmente situada, que engendra uma forma de interação particular.***

Para acercar-me desse propósito, que, a rigor, é o principal deste estudo, a abordagem que adoto para examinar o objeto em foco é aquela que busca fazer uma incursão pela situação comunicativa dos textos exemplares do gênero em exame, ou, noutros termos, focalizá-los em seus contextos de uso naturais e reais.

Para precisar a noção de situação comunicativa, seguindo os princípios teóricos e metodológicos a que recorri para fundamentar a noção de gênero, integro às discussões deste estudo orientações que advêm de trabalhos feitos por Kerbrat-Orecchioni (1990), Filliettaz (2000), Biber (1995), dentre outros, por entender que elas se coadunam com as reflexões tecidas sobre gênero textual e os interesses deste estudo.

3.1 Situação comunicativa e os seus componentes

Para os trabalhos desenvolvidos no campo da Lingüística Textual, da Análise da Conversação, da Análise do Discurso (anglo-saxônica), da Sociolingüística Interativa, da Pragmática, por exemplo, a noção de situação comunicativa ou contexto lhes é cara, vez que

essa noção teórica, junto com outros critérios, é vista como um dos princípios básicos que contribui para analisar os processos interativos gerados, ao mesmo tempo, nas (e pelas) práticas de linguagem da vida cotidiana e construir estudos tipológicos das formas de interação presentes na sociedade (cf. Kerbrat-Orecchioni (1990), Vion (1992), Goffman (1998), Erikson *et alii* (1998), Fillietaz (2000), dentre outros).

No quadro dessas correntes teóricas, uma das grandes hipóteses defendidas é a de que as atividades discursivas são socialmente uma forma de interação em virtude das relações interpessoais construídas pelos indivíduos nos espaços sociais em que eles interagem social-cultural-histórica e politicamente. E para a atualização de toda e qualquer atividade discursiva pressupõe-se que (i) haja uma alocação que requer a existência de um alocutário (destinatário), (ii) efetiva-se num quadro espaciotemporal, (iii) no seio de uma esfera social de comunicação, pública ou privada, (iv) visa a algum propósito comunicativo. Esses elementos, para muitas propostas teóricas, são tomados como categorias fundamentais que possibilitam balizar os componentes que constituem a situação comunicativa (cf. Kerbrat-Orecchioni (1990) e Brow & Fraser (1979)).

A esse respeito, Biber (1988: 28-29), a fim de especificar cada um dos elementos da situação comunicativa, apoiou-se em trabalhos que se voltaram para discutir essa problemática, como o de Hymes (1974), um dos mais completos. Biber sugeriu oito componentes constitutivos da situação comunicativa, propondo para cada um deles desdobramentos, a saber: (1) participantes, papéis comunicativos e sociais; (2) relações entre participantes, *status* de participação no evento, do ponto de vista da posição social, extensão de conhecimentos partilhados; (3) contexto físico (*setting*), as coordenadas espaciotemporais do evento; (4) tópico, tema ou assunto da interação; (5) propósito comunicativo (finalidade do evento), convencional ou pessoal; (6) avaliação social, a atitude

dos participantes em relação à própria natureza do evento, ao registro lingüístico em uso, às posições enunciativas (séria, sarcástica); (7) relação dos participantes com o texto, envolvimento ou distanciamento, tal como previu Chafe (1982); por fim, (8) canal, suporte.

Particularmente, para os interesses deste estudo, penso que alguns elementos, propostos por Biber, didática e metodologicamente, em instâncias distintas, poderiam ser reunidos em um mesmo ponto, sem comprometer conceitual e metodologicamente a concepção que encarna a noção de situação comunicativa e a dos próprios elementos que a compõem. Acredito que os itens 1, 2 e 6 que, basicamente, em termos pragmáticos, sociais, enunciativos e cognitivos, contemplam a atuação dos participantes no evento comunicativo, poderiam integrar apenas uma instância. Isto é, para os interesses deste estudo, proponho que ao componente participante sejam integrados os seguintes aspectos: os papéis comunicativos e a posição social/identitária em jogo no evento comunicativo. A esse respeito devo assinalar que esses aspectos implicam diretamente a relação social entre participantes, o *status* de participação no evento, o relacionamento interpessoal (profissional, pessoal), a extensão e natureza de conhecimentos partilhados (de mundo, específico, gênero, normas comunicativas e sociais pressupostas pela natureza da interação). Ainda, proponho, de igual modo, que o item 6, concernente à avaliação social do evento, seja também aí incorporado, pois entendo que a avaliação que os participantes fazem de um evento comunicativo se pauta em representações, em saberes e nos enquadres interativos (cf. Goffman, 1998) que eles mobilizam e gerenciam no curso da interação. Nesse item, em termos (socio)cognitivos, certamente, está implicado o conhecimento que os participantes têm do gênero textual atualizado e do processo enunciativo.

Não obstante as considerações que ora faço, reconheço, com Biber (*op.cit.*:33), que, do ponto de vista teórico e metodológico, todos os componentes descritos são

importantes para a especificação do contexto situacional de comunicação. Reitera, de igual modo, o autor convicções das correntes que tomam a língua como atividade, segundo as quais a identificação dos componentes da situação comunicativa permite uma interpretação de funções desempenhadas por elementos lingüísticos que jamais poderiam ser precisadas fora do contexto situacional, ou seja, das reais condições de uso.

Especificados os componentes da situação comunicativa, procurarei, no item que segue, deixar clara a concepção que adoto para operar com a noção de situação comunicativa no trabalho de análise dos dados do *corpus* da pesquisa e como são concebidos os elementos que a compõem.

3.1.1 Uma concepção de situação comunicativa

Em consonância com o que propõe Kerbrat-Orecchioni (1990), dentre outros, este estudo prende-se à concepção de que a situação comunicativa é caracteristicamente dotada de uma plasticidade, na medida em que, no próprio curso da interação, no interior de um evento comunicativo situado socialmente, ela se define e redefine continuamente em razão de uma série de fatores de natureza diversa – social, pragmática, cognitiva, discursiva, lingüística, textual – que, em profusão, levam a efeito a atividade discursiva que está sendo construída. Nesse quadro conceitual, a noção de situação comunicativa é concebida de forma mais ampla e dinâmica, isto é, não se restringe exclusivamente a componentes que compreendem o contexto físico da produção e recepção.

Vion (1992) é outro estudioso, inspirado nos trabalhos de Goffman (1974a) e Hymes (1974), para quem a situação comunicativa se constitui, ao mesmo tempo, tanto por fatores que emergem/derivam de movimentos gerados ali mesmo no evento comunicativo como por outros fatores que reportam à história interacional dos participantes, ao caráter

sócio-histórico das práticas comunicativas atualizadoras de gênero em uso, que, de uma maneira ou de outra, como visto no capítulo1, regula o funcionamento da atividade discursiva.

Assim, dialogando com essa abordagem, e reiterando o que propõe Biber, opero com o princípio segundo o qual a situação comunicativa afigura-se um espaço, singularmente demarcado, em que confluem e influem várias informações que são caracteristicamente portadoras das propriedades sociais e subjetivas dos participantes; o propósito comunicativo que os orienta na interação; a finalidade social do próprio evento em curso (conversa entre amigos, conferência, carta pessoal, ofício); o próprio texto em produção e seus interlocutores. Em suma, tais informações se conjugam e se implicam determinando tanto o modo de produção como o de recepção do texto gerado.

Nessa acepção, reitero o posicionamento de Kerbrat-Orechioni, o de que a situação comunicativa não se constitui apenas de um feixe de dados marcadamente objetivos, mas igualmente de um conjunto de representações interiorizadas pelos participantes e suscetíveis de ser mobilizadas ao longo do curso do processo interativo. Sobre essa concepção, resumidamente, nas palavras de Erickson *et alii* (1998:143) ecoam princípios que podem dimensionar a noção de situação comunicativa a que se prende este estudo:

“um contexto pode ser conceituado não simplesmente como decorrência do ambiente físico (cozinha, sala de estar, calçada em frente da farmácia), ou de combinação de pessoas (dois irmãos, marido e mulher, bombeiros). Muito mais que do isso, um contexto se constitui pelo que as pessoas estão fazendo a cada instante e por onde e quando elas fazem o que fazem. (...) Os indivíduos em interação se tornam ambientes uns para os outros. Em última instância, um contexto social consiste, a princípio, na definição mutuamente compartilhada e ratificada, que os participantes constroem quanto à natureza da situação em que se encontram e, a seguir, nas ações sociais que as pessoas executam baseadas nessas definições.

Fillietaz (2000), igualmente, comenta que, entre as múltiplas propriedades da situação comunicativa, incluem-se aquelas que se definem como as representações ou modelos mentais derivados de modelos já construídos em ocasiões anteriores sobre

situações “similares” vivenciadas pelos participantes envolvidos no evento comunicativo em questão²³.

Lembra ainda o autor que integrar os aspectos cognitivos ao estudo da composição da situação comunicativa não significa reduzi-los a processos cognitivos estritamente individuais (tal como pressupõem as teorias mentalistas). Ao contrário, para o autor, não se pode perder de vista o caráter sócio-histórico das práticas comunicativas do gênero atualizado, tampouco omitir as mediações sociais que intervêm permanentemente na maneira como os participantes representam os contextos de atividade, pois, como salienta o autor, as relações sociais e as ações discursivas dos indivíduos nos eventos comunicativos de que participam não são radicalmente “inventadas”, mas mediatizadas pelas indexações sociais e o saber-fazer coletivo interiorizado.

Para encerrar, entendo que, na esteira dessa reflexão, as considerações tecidas por Van Dijk (1999:165) também fortalecem a concepção em pauta. Esse linguísta, numa abordagem cognitiva, a partir de fortes (pres)suposições sobre a representação cognitiva da situação na qual o texto é gerado, observa que,

os usuários da língua constroem também um modelo dinâmico, em contínua mutação (especialmente na conversação) do contexto comunicativo atual. Esse modelo representa as mais relevantes propriedades sociais e pessoais do falante e do ouvinte, incluindo seus (supostos) modelos de situação velhos ou atuais (o que explica a importância do conhecimento mútuo pressuposto a cada passo da interação) e um conjunto de propriedades da situação social de fala.

3.1.2 Texto e situacionalidade

Vinculada à noção de situação comunicativa está a de texto. Para o desenho do quadro teórico deste estudo, a concepção de texto a que me alinho é projetada na

²³ Penso ser oportuno lembrar que, no capítulo 1, no item 1.4, centrei-me fundamentalmente em questões relativas à plausibilidade que encerra a hipótese de que as pessoas, ao longo das suas experiências interacionais, constroem sociocognitivamente modelos de gêneros textuais, mediante o convívio com os textos exemplares dos gêneros, sejam como produtoras, ouvintes, leitoras. Para reiterar, compreende-se que o conhecimento de gênero por nós construído é mais uma das múltiplas propriedades que integram a situação comunicativa gerada no seio de um evento comunicativo.

concepção sociointeracionista de linguagem, que, em consonância com Koch (1997:25), pode ser assim expressa:

um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação lingüística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Nessa acepção, postula-se que o sentido não está integralmente no texto, mas é construído a partir dele, no curso da interação que o engendra. Sob essa ótica, tem-se em mente, portanto, que o texto é um processo de produção de sentidos que vão sendo consolidados mediante as ações conjuntas dos interactantes, no curso da interação, a qual somente se efetiva no seio de um evento comunicativo.

Dessa perspectiva, o sentido é gerado na situação comunicativa, espaço, como já dito, em que confluem e influem várias informações que são caracteristicamente portadoras das propriedades sociais e subjetivas dos participantes. Isso equivale a dizer que o sentido não está pronto nas palavras ou nos objetos – como se pensa em relação ao significado, e também não nasce do nada, espontaneamente.

A respeito disso, importa observar, com Marcuschi (2001c:21), que *todo sentido é sentido situado*, pois sem a situacionalidade e a inserção cultural não há como nem produzir nem entender um texto, daí a possibilidade de mais de uma interpretação para um mesmo texto e os mal-entendidos, mas, daí, também, as negociações para produção de sentido.

Para finalizar, vale reiterar que é dessa perspectiva que acredito poder entender por que a situação comunicativa se constitui como o espaço em que a interação é constituída, um espaço, portanto, fundamentalmente dialógico, que pressupõe a participação e o engajamento de dois ou mais interactantes, *in praesentia* ou *in absentia*, que, no processo interativo, negociam os sentidos. Negociação nem sempre harmoniosa e distensa,

vez que aí podem confluir e digladiar vozes que evocam valores, crenças, pontos de vista oriundos de universos discursivos distintos, de formação social distinta que expressam uma visão particular de mundo (cf. Maingueneau,1989). Isso fortalece o pressuposto de que a produção de um texto como a sua recepção é algo que as pessoas fazem tanto cognitivamente como socialmente.

Orientado-me por essas reflexões, o caminho que agora passo a trilhar é o de especificar os componentes que constituem a situação comunicativa da carta pessoal. Assim, nas próximas seções, procederei à análise do quadro participativo desse gênero epistolar, através da qual focalizarei o papel social dos participantes, a alternância dos seus papéis comunicativos, promovida pela troca de cartas.

3.2 Quadro participativo da carta pessoal: da participação às trocas dialógicas

A fim de precisar os fatores que concorrem para que a carta pessoal engendre uma forma de interação distinta, nesta seção, o meu olhar se volta para a atuação dos interlocutores nos eventos desse gênero, do ponto de vista da sua participação. Para acercar-me desse propósito, o recorte que ora elejo é o de discutir a composição e o funcionamento do quadro participativo do gênero em exame, focalizando quem são os participantes, o número deles engajado no evento, o papel/identidade social de onde falam, o *status* de participação no evento, a alternância dos papéis comunicativos.

Do ponto de vista metodológico, o interesse em descrever primeiramente esse aspecto do funcionamento desse gênero é uma opção, como dito, que me parece adequada, em termos analíticos, vez que, partindo de um ponto macroanalítico (práticas e eventos) para se chegar a um ponto microanalítico (indícios de interatividade na

materialidade lingüística) do funcionamento das cartas e procurando combinar as informações oferecidas por cada uma dessas instâncias, acredito que se criam possibilidades de se construir, numa visão processual, uma compreensão mais clara do fenômeno em estudo.

Antes, porém, de partir para a descrição propriamente dita dos dados do *corpus* da pesquisa, faço seguir algumas considerações que deixam expressar a visão que este estudo confere à categoria quadro participativo e os parâmetros a que recorro para defini-la.

3.2.1 Definição de parâmetros

A noção de quadro participativo foi cunhada por Goffman (1998b), a partir de uma problematização ao esquema clássico de comunicação preconizado pela Teoria da Informação, na qual é preconizada a oposição binária e estática entre falante e ouvinte. Além disso, a noção de falante e ouvinte funda-se numa primazia da fala como som, sugerindo que o interlocutor sem a palavra estaria inerte, quando ele pode estar produzindo efeitos de sentido pela expressão facial, gestual, postura corporal, etc.

Entendendo que conversação não se divide entre duas partes exatas, de um lado, falante, e, de outro, ouvinte, tal como prevê o modelo questionado, Goffman repensa a noção de quadro participativo, a fim de apontar o quão complexo e plástico é o arranjo interativo que a conversa pode gerar, visto que ela pode ser modelada, contínua e permanentemente, no curso da interação, pois os papéis comunicativos não são definidos *a priori*, isto é, o *status* de participação emerge, constitui-se e é negociado no interior da própria situação comunicativa.

Refinando essa reflexão, Kerbrat-Orecchioni (1990) rediscute a proposta de Goffman, por julgar necessário precisar e ampliar a noção de quadro participativo de modo

que possa estender a qualquer forma de interação, não se limitando às interações conversacionais. Por essa razão, para os propósitos deste estudo, sirvo-me das orientações dessa autora.

Assim, como ponto de partida, para refletir sobre a problemática em foco, acha-se, a meu ver, perfeitamente adequada a referência de Kerbrat-Orecchioni (1990: 85) à necessidade de considerar que

a cada tipo de interação dado corresponde um esquema de participação próprio, trata-se de precisar, por exemplo, o número de participantes, a distribuição dos papéis comunicativos, isto é, o status de participação, as características proxêmicas do evento (os participantes têm ou não possibilidade de se verem, encontram-se ou não em um mesmo lugar, se partilham o mesmo espaço físico e como estão nele dispostos próximos ou distantes).

A essa seqüência, acrescento outro parâmetro que reporta aos papéis/identidades sociais dos participantes²⁴. A incorporação desse parâmetro, articulada com os demais descritos, faz-se necessária, visto que, como já assinali, os gêneros textuais, como atividade de linguagem, atuam, em contextos socialmente situados, através dos quais os sujeitos constroem as suas relações sociais. Nesses contextos, onde se efetivam concretamente os eventos comunicativos, os sujeitos se encontram em uma relação de intersubjetividade, podendo assumir os papéis comunicativos – o de (co) produtor ou o de receptor do texto – e manifestar a sua identidade social, conforme natureza da interação em que estiverem engajados.

Nesse sentido, entendendo, com Kerbrat-Orecchioni, que a cada interação corresponde um esquema de participação, pode-se supor que, dada a diversidade dos gêneros epistolares existentes em nossa sociedade, produzidos por diferentes esferas da atividade humana, com propósitos comunicativos específicos, tem-se, certamente, uma gama de arranjos de participação, cada um deles modelado por rotinas comunicativas

2 A noção de identidade social aqui adotada reporta às reflexões desenvolvidas por Berger & Luckmann (2002) e Erickson & Schultz (1998). Mais adiante, no item em que discuto a posição social dos participantes da carta pessoal, deixo clara essa noção.

particulares, as quais, por sua vez, coletivamente foram atualizadas no curso das práticas comunicativas de nossa sociedade ²⁵.

Nessa linha de observações, ainda em termos gerais, recorrendo mais uma vez a Berkenkottter *et alii* (1995) e Miller (1994), reitero que os gêneros, construídos no seio de uma sociedade, expressam os modos como as pessoas interagem e se organizam socialmente no interior das esferas das atividades sociais da vida para responder às suas necessidades comunicativas (pessoais e profissionais, por exemplo). Dessa perspectiva, afigura-se importante pensar que os esquemas de participação engendrados no interior dos eventos comunicativos dos gêneros existentes em uma sociedade retratam, em larga medida, como as pessoas se organizam e se relacionam, social e interativamente, no cotidiano da sociedade.

Nesses termos, seguindo o que sugere Kerbrat-Orecchioni, essa discussão está ligada diretamente, dentre outros fatores, com os processos de interação verbal de uma sociedade em que, como a nossa, há gêneros cujos processos interativos prevêm relações imediatas entre interlocutores (face a face), como há outros tantos gêneros cujos processos interativos são mediados por um aparato tecnologicamente complexo, que compreende desde o uso do papel/escrita/imprensa, as das comunicações telefônica, radiofônica, televisiva e as do domínio da cultura digital.

Devo salientar que, a meu ver, essa questão afigura-se relevante para pensar a composição e funcionamento do quadro de participação no evento, pois, conforme a natureza da atividade e finalidade do gênero, o espaço social que o produz - o que pode implicar modos de produção, de recepção e de circulação distintos - instauram-se formas

²⁵ No capítulo 3, como visto, embora tenha acenado alguns traços do quadro participativo de gêneros epistolares da esfera pública para efeito de ilustração, deve-se levar em conta que, a rigor, há outros tantos gêneros epistolares que também carecem de uma investigação mais sistemática, por exemplo, os cartões de felicitações, bilhetes, telegramas, carta de referência, carta anônima, carta do leitor (orientações e aconselhamentos), etc. Cada um deles se funda em práticas comunicativas particulares.

distintas de atuação dos participantes, seja como falante, ouvinte, escritor, leitor, remetente, destinatário, locutor (apresentador), telespectador ou platéia.

Clark (1996), tratando da ação dos participantes na situação comunicativa, reforça o princípio segundo o qual os papéis comunicativos desempenhados pelos participantes em uma interação não são uma realidade dada *a priori*, mas constituída nos *settings*, ou nas *arenas de uso da linguagem*, nas quais, salienta o autor, os participantes, investidos de seus papéis comunicativos, praticam ações, fazem coisas com linguagem²⁶.

À observação de Clark, cabe aqui um breve comentário. Como os *settings* são socialmente situados, parece-me interessante atentar para o fato de que os papéis comunicativos que ali se definem, muitas vezes, trazem os traços das funções sociais das atividades praticadas. Explico-me: nos contextos das cartas, por exemplo, os papéis dos participantes – remetente e destinatário – definem-se em virtude dos propósitos e das ações discursivas que cada um deles pratica, no interior do evento comunicativo, que, em termos gerais, são de escrever a carta e de receber/ler uma mensagem respectivamente. Ainda, isso reporta-se ao princípio de que *os indivíduos em interação se tornam ambientes uns para os outros*. É preciso, no entanto, reconhecer que são papéis cuja qualificação está intrinsecamente ligada à natureza da prática epistolar. Afinal, para constituírem-se como tais, demanda-se, portanto, a condição de remeter ou receber uma carta. Em relação a eventos de outros gêneros, temos, por exemplo, os papéis entrevistador e entrevistado; expositor (conferencista) e platéia; locutor e telespectador (e ouvinte), debatedores e mediador; orador e platéia e assim por diante. Essas qualificações, certamente, emanam do ofício, fruto da atividade discursiva pressuposta pelo gênero.

²⁶ Para Clark (1996: 17), o uso da linguagem é uma forma de ação conjunta a qual incorpora tanto os processos sociais quanto os individuais. Resumidamente, como sugere o autor, as ações recobrem vários níveis do processamento do texto. Do ponto de vista do produtor, por exemplo, as pessoas definem e negociam metas, partilham saberes, fazem asserções, solicitações, promessas; através disso, elas referem pessoas, situam objetos umas para as outras, formulam enunciados, produzem sons, gestos ou recorrem à grafia, etc.

Na esteira dessa consideração, é interessante lembrar que a função de remetente não se confunde com a do escriba de cartas, sejam as da esfera privada ou pública. O escriba, teoricamente, limita-se à ação de anotar o que é ditado ou rascunhado pelo autor, o agente, produtor do texto; a este, do ponto de vista enunciativo e jurídico, cabe-lhe a autoria, a responsabilidade do que é ali enunciado. Aliás, esse papel é também atestado pela assinatura (e/ou pela logomarca, no caso das cartas públicas). Essa observação poder ser ilustrada através da figura do(a) secretário(a), como também da antiga profissão de escrevente público de cartas, tão bem representada no filme "Central do Brasil", profissão que, atualmente, vem sendo timidamente resgatada por um serviço oferecido pelos Correios do Brasil, em São Paulo (Santo Amaro e Itaquera), àqueles que não são usuários da escrita²⁷.

Avançando nessa discussão, passo agora ao segundo parâmetro, que diz respeito à alternância dos papéis comunicativos.

A possibilidade de inversão dos papéis – ora falante, ora ouvinte; ora escritor, ora leitor – parece não ser arbitrária, como mencionei no capítulo 2, mas, sim, algo constitutivo das relações interativas pressupostas pelos gêneros textuais. Isto é, deve-se levar em conta a natureza da interação que, em outros termos, está implicada não só com as propriedades materiais – as condições de produção e recepção –, mas também com um sistema de normas e convenções sociais, pragmáticas e discursivas embutidas nas práticas comunicativas do gênero. A carta pessoal é um gênero que prevê essa dinâmica, como se verá, analiticamente, mais adiante.

²⁷ Ao que se tem notícia, na história das práticas de letramento do Brasil, a profissão do escrevente público (aquele que escreve para o outro) não nos é tão familiar. Mas, em relação a alguns países europeus, sobretudo, como comenta Chartier (1998: 102-103), nas sociedades do Antigo Regime, esse ofício era muito importante e veio desaparecer perto do fim do século XIX. Lembra o autor que, em Paris, ao longo do Sena, instalados em tendas, os escreventes públicos (profissão autônoma) não só escreviam as cartas pessoais e íntimas (de amor) como as oficiais, respondendo às demandas de uma sociedade que, à ocasião, já se definia como burocrática.

Mas consideremos, por ora, por exemplo, que, em uma conversa espontânea, seja face a face ou por telefone, a inversão do “eu” e “tu” é prevista, aliás, a possibilidade dos assaltos aos turnos, da disputa pela palavra e pelo turno, das reparações (heterocorreções) são procedimentos interativos e discursivos que, conforme os envolvidos, podem naturalmente se dar. Isso se estende às interações de alguns gêneros do domínio digital, os *chats* (cf. Hilgert, 2000; Erickson, 1997). Diferentemente disso, na dinâmica interativa da consulta médica, da audiência de júri, da aula, dos cultos religiosos, da defesa de tese, dentre outros, o formato de participação segue uma rotina comunicativa, modelada por um forte controle interacional da parte de um dos participantes, determinada, dentre outros fatores, por aquele de ordem institucional²⁸. Nessa esteira, incluem-se também as interações radiofônicas e televisivas nas quais a alternância dos papéis comunicativos é inexistente. A relação interlocutiva entre locutor, telespectador/ouvinte se efetiva num fluxo caracteristicamente de mão única, os papéis comunicativos são pré-fixados, o que imprime a essa relação um caráter assimétrico e monológico (cf. Thompson, 1998).

Sobre esse ponto, para Goffman (1998), qualquer um dos participantes do evento que gerencia ou monitora a alocação passa a deter o *status* de participação em relação aos demais envolvidos no evento. Voltando às conversas espontâneas, a ocorrência de turnos mais longos é um dado que promove entre os interlocutores uma relação de assimetria, ainda que isso seja circunstancial, pois os papéis comunicativos ou o *status* podem ser negociados.

²⁸ Para efeito de explicação, tomemos os eventos dos cultos religiosos, os quais prevêem a alternância de papéis comunicativos, mas feita de uma forma gerenciada, por razões institucionais. Ai, os papéis e as posições dos participantes são pré-fixados e marcadamente assimétricos; tem-se, de um lado, pastor/padre e, de outro os fiéis (platéia). No decurso do evento comunicativo, a platéia é convidada pelo pastor/ padre a participar da atividade, a ela cabe, de forma coordenada, praticar ações discursivas, tais como repetir a oração, entoar os cânticos, saudar os pares, mas é ao pastor/padre que cabe a função daquele que “anima” (nos termos de Goffman), cede e controla os turnos da alocação, impondo assim um controle interacional (cf. Fairclough, 2001).

Sob essa ótica, no contexto das relações interativas entre os interlocutores de cartas, de modo geral, sendo o remetente o participante engajado no papel de produzir o texto, em cuja elaboração cabe a este tomar as “decisões” e, portanto, controlar a alocação, essa condição lhe confere um *status* de participação distinto do de seu destinatário. Nesse processo, ao destinatário, pela prática da leitura, cabe (ou não) completar o circuito comunicativo, projetado pela situação comunicativa. Como salienta Vion (1992), os eventos que incorporam esse esquema de participação são chamados de assimétricos. Mas vale adiantar que essa assimetria, como indicam os dados do *corpus* desta pesquisa, tende a ser circunstancial nas interações mediadas pela carta pessoal, pois esta sempre espera uma resposta.

Nesse quadro de fatores que podem imprimir em uma interação um caráter de assimetria ou simetria, deve-se considerar um outro aspecto que se refere à posição social dos participantes. Nessa acepção, a noção de *status* de participação encarna mais uma nuance, ao ser dimensionada à luz de parâmetros relacionados com os atributos sociais ou identitários dos interlocutores. As interações estabelecidas entre iguais, socialmente falando, são definidas como simétricas; nessas também se incluem os eventos comunicativos ocasionais em que as posições sociais dos participantes não estão em jogo (conversas em fila de banco, em salas de espera, etc.). São qualificadas assimétricas as interações entre cujos participantes há uma hierarquia social, institucionalmente assinalada.

Mas, quanto às referências de simetria e assimetria, concordo com Barros (2000: 71-73) para quem se deve tomar uma certa cautela ao propor tais distinções. Para a autora, existem, basicamente, três procedimentos que qualificam os eventos como simétricos e assimétricos, os quais são dimensionados à luz da atuação dos atores: os papéis conversacionais (entrevistador/entrevistado; expositor/debatedor; escritor/leitor de romance);

os papéis sociais, em equilíbrio ou em desequilíbrio (professor/aluno; patrão/empregado; dois amigos, etc.), e o papel pessoal ou estilos no modo de conduzir a interação (escolha de tópico, manutenção ou não do turno, emprego de hetero-reformulação). Este último papel, proposto pela autora, sugere remeter particularmente às interações orais, espontâneas (ou não), nas quais as intervenções parecem partir de um dos participantes, o que pode lhe conferir um certo *status*. Os exemplos propostos pela autora confirmam isso.

A respeito do que sugere Barros, é preciso ressaltar que as três posições podem não coincidir nas relações de interação. Como ilustração, a autora propõe que uma conversa de corredor entre professor e aluno poderá ser simétrica, do ponto de vista dos papéis comunicativos (conversa informal), visto que a alternância dos papéis é uma dinâmica prevista, mas poderá ser assimétrica, da perspectiva dos papéis sociais e pessoais. Indica também que uma entrevista pode ser assimétrica em relação aos papéis comunicativos, visto que cabe ao entrevistador perguntar, propor os tópicos, enfim, controlar a interação/interlocução. Mas, em tais eventos, interação pode ser simétrica do ponto de vista das posições sociais (ou não).

Quanto a essa última situação, como procurei ilustrar no capítulo 2, os participantes do evento comunicativo da carta ofício podem ocupar posições sociais diferentes ou relativamente semelhantes, em termos de prestígio social (patrão X empregado; entre chefia; entre deputados; entre empresários, entre cidadão comum e uma autoridade pública, etc.). Com efeito, conforme a posição social dos participantes, pode-se configurar uma interação simétrica ou assimétrica. Mas, do ponto de vista do controle sobre a formulação escrita do texto, ela é assimétrica; ao destinatário cabe-lhe a leitura e a adoção de uma medida: uma contra-resposta, escrita ou a assunção de um procedimento prático. Ainda, caso não haja

uma troca de cartas entre os correspondentes, isto é, a possibilidade da contra-resposta, instaura-se uma condição de assimetria entre os interlocutores.

Por fim, a observação da autora, a meu ver, é relevante na medida em que não se devem tomar essas referências aprioristicamente, sem atentar-se para a singularidade dos eventos de um dado gênero, visto que, embora haja muitos gêneros cujos esquemas de participação – produção e recepção – sejam institucionalmente pré-definidos, outros são dotados de uma plasticidade, prevista pelo tipo de atividade e finalidade social que os engendra.

Em resumo, no quadro das reflexões deste trabalho, entendo que tanto a simetria como a assimetria são fruto de uma série de fatores que atuam no jogo dialógico da linguagem. Há fatores que emergem na própria interação, isto é, fatores internos, circunstanciais, que remetem à condução da interação, às trocas de turno, à posse da palavra/alocução, seja em eventos comunicativos que pressupõem a co-presença ou não. Nesse caso, está implicada a possibilidade ou não da alternância dos papéis comunicativos. Ainda há os fatores de ordem social/institucional que dizem respeito aos papéis sociais e à natureza e à finalidade social do evento do gênero, que podem imprimir à interação um caráter hierárquico ou não. Em última análise, o que me parece mais prudente considerar é que esses aspectos devem ser dimensionados no próprio evento e não como algo dado, pois, como dito, entende-se que uma situação comunicativa possui um caráter plástico, que vai sendo modelado no curso do seu próprio evento.

O último parâmetro que baliza a noção de quadro participativo diz respeito à tipificação das interações segundo o número de participantes (na produção e na recepção) nelas envolvidos. Sob esse aspecto, os eventos podem compreender desde os organizados de forma diádica, passando pelos estruturados em pequenos grupos e chegando aos

chamados comunicação de “massa”. Entendo, contudo, que essa classificação, tal como anunciei acima, não deve ser tomada aprioristicamente, face à plasticidade que envolve os eventos de alguns gêneros. Por exemplo, a conversa e a carta pessoal são definidas comumente como uma comunicação diádica, dadas as regularidades de suas práticas comunicativas. Entretanto, as conversações face a face podem organizar-se tanto em torno de duas pessoas como em torno de um pequeno grupo de amigos. Esse fato, ainda que tomado de forma heurística, sinaliza que é necessário cautela para uma proposta de tipificação dos eventos. De igual modo, a carta pessoal, como mostrarei mais adiante, embora menos usual, pode contar, em um único evento, com mais de um destinatário ou com mais de um remetente. Para encerrar essa rápida descrição, pode-se incluir ainda nesse quadro a entrevista. Os eventos desse gênero podem assumir um esquema de participação diádica ou estruturado por um pequeno grupo: entrevistador e grupo de entrevistados (uma banda de músicos, por exemplo), ou ainda organizado por vários entrevistadores e um entrevistado (a entrevista coletiva). Nesse caso, tem-se apenas um gênero textual, mas cujos eventos podem encarnar um formato de participação diferenciada.

Feitas essas considerações que situam a visão adotada por estudo para explorar os dados oferecidos pelo *corpus* aqui investigado, procederei agora à análise dos mesmos. E, como já acenei, começo por fazê-lo trazendo à discussão, primeiramente, as relações e os papéis sociais inscritos na carta (quem são os participantes); em seguida, discuto a alternância dos papéis comunicativos, promovida pelas idas e vindas das cartas. Nessa esteira, por fim, proponho alguns exemplos de cartas que ilustram eventos que não se organizam numa estrutura diádica.

3.2.2 As relações e os papéis sociais inscritos na carta pessoal: a construção do espaço privado

Como já mencionado, a carta pessoal é um gênero textual que circula no domínio privado das esferas das atividades humanas. E a idéia de privado aqui empregada, como dito, reporta-se a uma acepção corrente do termo que compreende uma vasta gama de relações pessoais e familiares, que se efetivam entre sujeitos que, do ponto de vista das relações sociais, podem desempenhar diferentes papéis: filho, pai, mãe, irmão, compadre, comadre, amigo, namorado, marido, esposa e parente, este último tomado em sentido lato (cf. Thompson, 1998).

Investidas nesses posicionamentos identitários, que refletem a estrutura das redes de relações sociais de nossa sociedade, inclusive a de parentesco (cf. Berger & Luckmann, 2002), as pessoas, através dos eventos das cartas pessoais, constroem e consolidam um relacionamento.

Por identidade social (ou papel social), entende-se aqui, com Berger & Luckmann (2002) e Erickson & Schultz (1998), que a construção da identidade social se dá nas relações interativas da vida cotidiana, através das quais se fundam os processos de socialização, entrecortados por realidades subjetiva e social. Para Erickson e Schultz, particularmente, a construção da identidade é determinada tanto pelos atributos institucionais de referência na situação, pelos atributos implicados com o *status* dos participantes como, por fim, por outros fatores que emergem nos eventos interativos que, embora não normativos, intervêm na interação.

Das 108 cartas que compõem o *corpus* deste estudo, 63 cartas (58,8%) circulam entre parentes (mãe, irmão(ã), filho(a), sobrinho(a) cunhado(a), sogro); 39 cartas (35,5%) circulam entre amigos (algumas cartas sugerem que a amizade é antiga) e, por fim, 6 cartas

(5,6%) sinalizam ser o primeiro contato social, por carta, com pessoas, cujo fim, ao que sugerem os dados, é o de construir um relacionamento amigável.

Os trechos a seguir, retirados do *corpus*, exemplificam como os interlocutores explicitam, discursiva e enunciativamente, os lugares sociais de onde falam²⁹. Essa forma de identificação – que, na verdade, é a definição do posicionamento identitário do interlocutor em relação ao outro (cf. Berger & LuKman, *op.cit.*) e, muitas vezes, construído no próprio espaço discursivo da carta, como se verá mais adiante – é registrada tanto na abertura, no curso, como no (pré)encerramento do evento da carta³⁰.

Ex. 1:	<i>Estimada irmã, cunhado e sobrinhos</i>
Ex. 2:	<i>Um beijo a todos de sua cunhada que lhes quer muito bem</i>
Ex. 3:	<i>Estimada mãe e irmã</i>
Ex. 4:	<i>Madrinha Marlene</i>
Ex. 5:	<i>Para senhora um abraço de sua filha que pede benção</i>
Ex. 6:	<i>Um abraço ao Dito e a você benção de sua mãe</i>
Ex. 7:	<i>Oi colega como vai?</i>
Ex. 8:	<i>Oi, Flávia!</i>
Ex. 9:	<i>Minha querida amiga</i>
Ex. 10:	<i>Um beijo de sua tia que ti amo muito e que ti adora muito</i>

A partir desses trechos, bem como de outros que serão selecionados para efeito de análise, pode-se apreender que o uso do primeiro nome bem como de expressões, reveladoras dos papéis sociais dos correspondentes, são normas ou rotinas comunicativas, usadas em nossa cultura, que sugerem um relacionamento próximo, íntimo e pessoal. Além disso, através desses recursos lingüísticos que sugerem promover efeitos de polidez, pode-se de igual modo apreender a qualidade do relacionamento entre os participantes. Quando o relacionamento entre os participantes se funda no âmbito da interessoalidade e da intimidade, as relações interativas por eles construídas encarnam um caráter de simetria e

²⁹ Devo esclarecer que os nomes próprios aqui utilizados para referir-se aos participantes do evento comunicativo em análise são fictícios.

³⁰ Usarei aqui com recorrência os termos – abertura, corpo da interação, pré-encerramento, encerramento, despedida –, os quais se referem às etapas que compõem a estrutura composicional do texto da carta. Cuidarei dessa discussão, com mais vagar, no capítulo 4.

informalidade. Essa condição confere aos participantes um *status* relativamente semelhante, na medida em que a sua posição social parece não ser um fator que pode provocar relações de poder ou desequilíbrio na interlocução, a despeito das relações hierarquizadas entre mãe e filha; tia e sobrinho, por exemplo, assumidas por algumas pessoas nos eventos em exame.

A esse respeito, reiterando os pressupostos aqui defendidos, é que entendo com Bakhtin (1990) que a interação, como um espaço fundamentalmente social e dialógico, afigura-se tanto constitutiva como mediadora dos processos de socialização e dos processos de identificação dos sujeitos, onde se instauram as relações de intersubjetividade. Nesse espaço, (socio)cognitivamente, os sujeitos, na atividade de produção e recepção dos textos, na construção de sentido(s), colocam em interface subjetiva e socialmente saberes construídos em suas experiências anteriores e projetam suas expectativas em relação a si próprios e aos seus parceiros e ao evento comunicativo em curso.

Nesse sentido, resumidamente nas palavras de Matencio (2001: 78):

uma interação é, ao mesmo tempo, um evento comunicativo – de construção de sentido – e de construção de relações sociais, o que explica por que um evento de interação é o ponto de articulação entre o sujeito e o social, em outras palavras, o lugar de (re)construção da realidade subjetiva e social.

Nessa linha de raciocínio, a interpretação que proponho ao fato em estudo é a de que, nos eventos das cartas pessoais, onde se efetivam os contatos interpessoais entre aqueles que se encontram distantes e têm entre si um laço de afetividade, os sujeitos (tanto o remetente como o destinatário) trazem, à cena enunciativa, sistemas de crenças, de valores e de saberes, filiados a quadros das atividades de uma formação social, construídos no seio das práticas sociais reais da vida cotidiana, deixando assim entrever o papel/identidade social assumido por cada um deles ou, em outros termos, a posição identitária ali investida (cf. também Bronckart, 1999).

Para ser mais específica, considerando a natureza e materialidade dos dados do *corpus* da pesquisa, verifica-se que, nos textos das cartas, os sujeitos (os remetentes) falam de si, dos outros com quem convivem, dos episódios de seu cotidiano, dos projetos de vida, dos desafetos, das relações afetivas que têm com seu interlocutor.

Sob essa perspectiva, são trazidos à interlocução discursos de uma vida cotidiana, materializados lingüisticamente nos textos, que deixam entrever o modo como os participantes da carta significam, representam (e agem sobre) uma realidade ali recortada. Em outros termos, os sujeitos, discursiva e interativamente, refletem, narram e descrevem, compartilhando as suas experiências cotidianas e os seus sentimentos, à luz dos propósitos comunicativos que os orientam e das representações que possuem dos parceiros com quem interagem, do evento em curso, dos temas em pauta, enfim, operam com enquadres interativos que constroem para levar a efeito a interação (cf. Goffman, 1998b e Tannen *et alii*, 1998).

Assim, ao selecionarem, como objeto de discussão, um repertório de questões de foro íntimo, os produtores concebem a carta como um espaço discursivo e comunicativo legítimo para colocar em funcionamento discursos dessa ordem. E se assim o fazem, suponho, a partir de hipóteses de uma abordagem sociointeracionista, que, no bojo das representações ali geradas ou no enquadre interativo ali constituído, os produtores operam com o pressuposto de que, para que se estabeleça o espaço de interlocução, o outro a quem eles se dirigem é projetado como um parceiro que partilha um domínio de conhecimentos, dentre os quais, está aquele que compreende as representações que o destinatário tem da finalidade a que se presta a carta, para, inclusive, tomar como pertinente e significar o que nela se diz.

Os exemplos a seguir, retirados do *corpus* de análise, levam-me a crer que o produtor, operando com as informações contextuais (ou situacionais), desenha o seu destinatário como co-enunciador que se afigura sincero, confidente, conhecedor de sua vida. Daí, como comenta Bakhtin (1992: 323), dá-se a construção de um discurso e uma interação nos quais reflete a confiança que tem no destinatário, na sua simpatia, na sensibilidade e na boa vontade de sua compreensão responsiva. Nesse clima ou, melhor dizendo, sob esse enquadre interativo, o produtor chega muitas vezes a desvelar os seus segredos.

Passo aos trechos que podem ilustrar essa observação. O primeiro trata de uma interação que se dá entre amigos (Roberto e Daiane, esta a remetente). O tema em foco gira em torno da volta de um antigo namoro da amiga com um rapaz de sua cidade. O tom do discurso lembra, ao mesmo tempo, uma confiança e um desabafo. Pode-se apreender também que a produtora, interpelando o destinatário e buscando nele uma compreensão, reflete sobre as atitudes por ela assumidas na situação em questão. Já, no segundo trecho, a interação se dá entre mãe e filha. Numa narrativa, entrecortada de episódios da vida doméstica, a filha traz presente à mãe tanto as banalidades do cotidiano como os problemas financeiros enfrentados.

Exemplo 11:

(...) não sei se me entende, mas sinto que algo mudou muito, porém vou dar tempo ao tempo e ver como as coisas se encaminham. Lá em casa todos me criticam, pois acreditam que não foi uma boa idéia, mas quem deve saber sou eu, quero dizer eu é que sei o que sinto por ele. E penso que se não tentar jamais saberei como seria " Melhor Chorarmos Pela Derrota Do Que Não Ter Tentado"

(carta 43)

Exemplo 12:

O Luis ficou só uma semana em Paranaciti, voltou com o mesmo dinheiro e um saco de roupas sujas. Agora ele está fazendo jogo de bicho, dá para as despesas, mas em compensação o aluguel vai tudo para pagar o Banco e mais uma duplicata de um mil por mês. Mas se Deus quiser logo termina de pagar tudo. (...) O Duque a D. Ramira disse que enquanto ela estiver morando aqui ninguém leva ele. A orelha dele agora está começando a nascer pêlinho tenho posto remédio todo dia. As cebolas já estão acabando, a Leony levou uma restea e eu fiz uns vidros de pickles que ficou uma delícia.

(carta 22)

Continuando, o remetente, com o objetivo de “falar” com aqueles que gosta e pôr em comum as histórias da vida, pressupõe que o que é dito se dá em privacidade ou em “segredo”, isto é, o que se diz na carta restringe-se àquele(s) que, através dela, interage(m).

O trecho abaixo constitui um exemplo atípico. A remetente escreve aos familiares (irmã, sobrinhos e mãe). Ela, ao que parece, ressentida, expõe aos seus interlocutores situações de constrangimento pelas quais passou com uma pessoa que parece ser também um familiar. No *post-scriptum*, como se pode notar, a remetente solicita que os seus desabafos sejam partilhados apenas por seus interlocutores.

Exemplo 13:

Qto à nossa ex- casa: a Nena tudo bem, é legal a bessa. A Luiza também, mas a Estela é de amargar. Eu quase não paro lá, pois ela fica sempre retrucando agente, não tem um pingão de respeito. O motivo vocês já sabem não quero dar o que falar. O Luizão demora mas fala mesmo e agora tem também a Estela para ajudar . (...) Não precise se preocupar comigo. Se a senhora voltar antes da Nena se mudar acho que terá de ficar em Cianorte. A Estela é mesmo insuportável. (..)

(despedida)

PS: Não comente nada dá carta.

A Estela que se dane

(carta 69)

3.2.2.1 Carta pessoal: espaço para construção de novas relações sociais

Até o momento, os exemplos do *corpus* aqui propostos se voltaram para ilustrar situações de carta em que os participantes têm um relacionamento estreito fundado em relações sociais de parentesco e amizade, os quais, como mostrarei no item que segue, parecem manter entre si uma correspondência contínua. Agora, sirvo-me de mais dois exemplos do *corpus*, com o objetivo de reafirmar que a carta pessoal é um espaço interlocutivo através do qual são abertas possibilidades de formar novas relações sociais, no caso em questão, o relacionamento de amizade. Aliás, sobre isso, não poderia deixar de lembrar aqui que, como sabemos, grandes amizades foram construídas e alimentadas apenas por meio de cartas. Um dos exemplos clássicos é o da interlocução mantida por cartas entre Santo Agostinho e São Jerônimo, por longos anos (cf. Arns, 1993)

A respeito desse funcionamento e finalidade social das práticas comunicativas da carta, é oportuno mencionar também o trabalho desenvolvido por Janet Maybin (1999), intitulado "*Death Row Penfriends: some effects of letter writing on identity and relationships*", no qual, como sugere o título, a autora analisa 170 cartas escritas por diferentes presidiários ingleses, americanos e de outras nacionalidades, todos condenados à morte. Muitos desses presidiários, como descreve a autora, não possuíam família, outros não recebiam nenhuma visita. O único vínculo com o mundo externo se dava por cartas, trocadas com cidadãos comuns de algumas partes do mundo³¹.

Por meio das cartas, como diz a autora, a (re)construção de identidades sociais e de um relacionamento social implicou para muitos prisioneiros a inserção no mundo da escrita, como usuários (produtores e leitores), o que lhes permitiu ou o refinamento de habilidades envolvidas na escrita ou (no caso, os semi-analfabetos) a aprendizagem da escrita, através das práticas interativas mediadas pelas cartas. Isso, como lembra a pesquisadora, permitiu aos presidiários a condição de constituírem-se sujeitos engajados em práticas de letramento.

Com base nos depoimentos dos presidiários, comenta Maybin, eles concebem as cartas como uma possibilidade de resgatar contatos sociais que somente as pessoas livres experimentam naturalmente no curso das atividades cotidianas, na medida em que, através das cartas, construíram amizade e namoros. Como a interação se dava a distância, os presidiários, segundo a autora, livres do enfrentamento físico com os "amigos da carta"³² não

³¹ Por uma agência filantrópica britânica que promove o intercâmbio entre presidiários de várias partes do mundo com pessoas comuns, a pesquisadora teve acesso aos dados de sua pesquisa. Iniciativas, como a dessa agência, embora raras, são desenvolvidas por organizações filantrópicas cujo alvo não compreende somente presidiários. Por exemplo, no site do *Google* (<http://www.google.com.br>), no período da construção desta pesquisa, divulgava-se uma campanha, de âmbito internacional, promovida pela Agência Judaica, intitulada "Carta para um soldado israelense", a qual convocava a comunidade judaica a escrever cartas pessoais aos soldados que à época (2002/2002) defendiam o Estado de Israel na guerra contra o terrorismo palestino. É oportuno também indicar o trabalho de Wilson Anita(1999) sobre cartas na prisão.

³² Expressão usada para referir-se às pessoas com quem os presidiários mantinham correspondência.

se sentiam embaraçados para abrir-se para o outro, para falar de seus sentimentos, refletir sobre a sua condição de presidiário e sobre o seu arrependimento. Resumidamente, as considerações finais tecidas pela autora sobre o papel das cartas na prisão explicitam que a correspondência entre presidiários e os "amigos da carta" lembra um processo "*em câmera lenta*", constituído pelo diálogo escrito sempre contínuo; através do qual, (re)construídas as identidades sociais, os sujeitos passam a dar um sentido à vida, inclusive, ao cotidiano na prisão.

Voltando às práticas comunicativas das cartas examinadas pelo *corpus* deste estudo, é preciso dizer que diferentemente das condições dos informantes da pesquisa desenvolvida por Maybin, os produtores das cartas aqui em exame são pessoas comuns, mas que, de igual modo, investem na construção de novos relacionamentos, mediados pelo diálogo escrito. O trecho a seguir oferece boas pistas para que se possa assinalar que um dos fortes efeitos constitutivos das interações é o de prover aos participantes tanto um papel social como papéis comunicativos.

Para propor analiticamente uma descrição desse fato, tomo as pistas lingüísticas do texto em pauta, as quais, metodologicamente, no quadro deste estudo, como mostro com mais vagar nos capítulos 5, são interpretadas, do ponto de vista funcional, como estratégias interativas, agenciadas pelo produtor para envolver o seu interlocutor, conforme os objetivos em mente. Devo ainda reafirmar que parto do pressuposto de que as pessoas no evento comunicativo de que participam mobilizam um conjunto de estratégias que podem materializar-se lingüisticamente ou não (conforme o evento) para o jogo que está sendo jogado entre elas. A esse respeito, como já discutido, é oportuno reiterar que me filio à hipótese de que, cognitivamente e interativamente, vamos desenhando a interação de que participamos, isto é, vamos construindo, a partir das informações oferecidas pela situação

em curso e pelo conhecimento de que dispomos, estratégias textuais, discursivas, interativas para atribuir sentido ao que está sendo anunciado ou para que se atribua sentido ao que estamos anunciando (cf.Koch, 1999, 2002) .

Exemplo 14:

Marília, 05 de agosto -1997

Roberto, (posso chamar de Beto?)
Lembra de mim? Eu sou a Ítala da internet!
Espero que você se lembre. Já estou em Marília, como você deve ter percebido pelo
cabeçalho, e vou ficar esperando uma carta sua como o prometido .É muito legal fazer
amizades e espero que você curta mais essa tanto quanto eu. (...)
Ai, tô meio sem graça, sem saber o que escrever, afinal não sei se você lembra de
mim,ou como você vai receber esta carta .Bem, vamos começar refrescando a sua
memória,afinal já faz algum tempo que a gente se clicou, né?
Eu tenho 21 anos (faço 22 em outubro) e estudo Biomedicina na Universidade de
Marília.
Meus pais moram em Santos e foi de lá que eu cliquei com você. Aqui em Marília,
infelizmente, eu não possuo computador, mas dá pra arranjar um tempinho e escrever para os
amigos, né?
Espero que você tbém tenha um tempinho pra mim.
Um beijão
Samantha

(carta 45)

Nesse exemplar, são várias as estratégias interativas agenciadas pela produtora, para levar a efeito o seu projeto discursivo: estabelecer com o seu interlocutor um relacionamento para selar uma amizade. Assim, com esse propósito, ao longo da interação, ela vai se investindo no papel de amiga.

Nota-se que, logo de saída, a partir da abertura do evento, através da saudação, a produtora procura construir espaços de negociação com o seu interlocutor, mediante estratégias interativas, que, a rigor, traduzem uma atitude de polidez e, ao mesmo tempo, intimidade, ao enfaticamente indagar se poderia chamá-lo por um pretense apelido Beto. Em nossa cultura, como sabemos, referir-se a alguém pelo primeiro nome ou por um apelido são normas sociais adotadas por pessoas que, provavelmente, têm entre si um relacionamento mais estreito. Mas, estrategicamente, a fim de parecer-se mais próxima, a remetente adota recursos como esse (cf. Brown & Levinson, 1987)³³. A esse respeito, pode-se dizer que a remetente, interativa e cognitivamente, orientando-se pelo enquadre interativo da situação

³³ No capítulo 5, desenvolvo algumas considerações sobre estratégias de polidez. Mas, para efeito de explicação, sobre essa questão, apóio-me em Brown e Levinson (1978: 113-130), para os quais nas relações interativas, os participantes, intencionalmente, agenciam um conjunto de estratégias que podem levar a efeito a construção de uma face positiva ou negativa. Tanto uma face como outra, segundo os autores, metaforicamente, são formas de expressar comportamentos de polidez.

em curso – escrever a uma pessoa que se quer tomar como amiga –, procura tanto se posicionar em relação ao seu interlocutor como também posicioná-lo na interlocução. Isto é, negociando o lugar de uma interlocutora que se quer ver como amiga, convida o seu parceiro a assumir o mesmo posicionamento identitário (uma pessoa próxima). Ainda, na abertura do evento, dada a sua natureza – a de construir ou firmar novas relações sociais com pessoas que mal se conheceram (ou não se conhecem, de fato) –, a remetente, apresenta-se nominalmente – *Eu sou a Ítala da internet*. Para ela, essa forma de identificar-se objetivamente é adequada, pois esse nome parece ser o *nik* usado nas interações de bate-papo em *Internet*, pista que a ela parece ser a única através da qual seu destinatário poderia reconhecê-la. Pressupondo, entretanto, que isso não possa acontecer, ela, a fim de estabelecer o contato, estrategicamente, através dos enunciados *“lembra de mim?” (...)* *“Espero que você lembre”*, implica o seu interlocutor a voltar-se para ela de modo que ela se faça conhecer e ser reconhecida por ele. Se fosse uma interação por telefone, problemas como esse poderiam ser solucionados. O interlocutor num *feedback* lingüístico poderia responder às expectativas do falante, através de enunciados tais como: *acho que sim; deixe-me lembrar; ando com a memória um pouco cansada; olhe, você não me é desconhecida; e*, assim por diante. Em outras palavras, através de tais estratégias, o falante, polidamente, sinalizaria aí boas chances para um possível contato. Entretanto, em interações mediadas pela escrita, assíncronicas, entre pessoas que pouco se conhecem, resta à produtora contar com uma ação colaborativa do interlocutor.

Prosseguindo, outra estratégia também muito interessante agenciada pela produtora encontra-se na passagem em que se afirma: *Aí, tô meio sem graça, sem saber o que escrever, afinal não sei nem se você lembra de mim, ou como vai receber essa carta, afinal faz tempo que a gente se clicou, né !?*. Aí, pode-se inferir que a remetente dá mostras

de uma atitude cautelosa. Sobre isso, lembrando Brown e Levinson (*op.cit.*), ela preocupa-se, positivamente, com a face: o que pode ser dito (ou não) em situações cujos interlocutores estão se conhecendo e apresentando-se. Ainda, pode-se entender com Erikson & Shultz (1998), ao refletirem sobre a competência social, que a remetente, ao que parece, sabe que há regras ou convenções sociais, instituídas culturalmente, que regulam as interações sociais: a ela parece não ser de bom tom, logo de saída, trazer ao primeiro encontro (ou retomada de encontros) temas/questões que possam soar muito pessoais. Não obstante esse comportamento, a remetente não rompe com o envolvimento e a aproximação que busca estabelecer com seu interlocutor, ou seja, ela continua firme no investimento do papel social aí em constituição, quando propõe refrescar a memória de seu interlocutor, trazendo informações sobre quem ela é e sobre o seu mundo (esboça um pouco de sua história). E por fim, com propósito de firmar as bases para um novo relacionamento, ela convoca o seu interlocutor a tornar-se amigo correspondente, como se nota neste enunciado: *arranjar um tempinho e escrever para os amigos, né?*. Nesse jogo dialógico, pode-se depreender que ela incita o seu parceiro, mediante a troca de cartas, a constituir-se como um correspondente, e, como se pressupõe nas relações interativas mediadas por carta pessoal, espera-se sempre uma resposta.

Para encerrar essas observações, trago o segundo exemplo, como propus.

Exemplo 15:

Varjão de Minas, 06.02.98
Olá Gabriela? Como vai, tudo bem? (...)
Ah! Ainda lembra de mim, falei com você dia 05-02, às 12:25, por sinal sua voz é muito bonita, imagino que você seja morena clara. Olha Gabriela gostei muito de falar com você. (...) Seu nome é muito bonito, mas você deve ser mais ainda e você me pareceu muito meiga, carismática e bastante meiga. (...)
Para mim o ontem e o passado e o futuro a Deus pertence, por isso gosto viver bem o hoje por que o amanhã será consequência do hoje. Gabriela como lhe falei sou moreno, tenho um metro e setenta e oito de altura peso 57 ks, olhos castanhos, confesso que não sou um Fábio Jr. da vida, mas me acho bonito. Gosto muito de sair, cantar, sou alegre, gosto de levar a vida com harmonia. (...)
Acho que nós nos identificaremos muito bem, pelo menos em algumas coisas parece que nós nos igualamos por sinal muito bem.

(carta 58)

Tirante a estratégia *Ah! Ainda se lembra de mim*, que sugere promover um efeito de sentido semelhante ao discutido no exemplo 14, na carta agora em exame, percebe-se que o produtor opta por estratégias diferentes, através das quais procura oferecer informações claras à sua interlocutora de modo que ela possa precisar o perfil físico e psicológico dele. Assim, nesse jogo dialógico, investindo-se do papel de alguém que quer se definir com um amigo, o remetente busca, pela escrita, fazer-se presente para ela. Sem rodeios, como se pode notar no texto, ele se dispõe a falar de si mesmo, sobre o modo como encara o mundo e sobre as impressões que a interlocutora lhe provocou (quando de um telefonema). O efeito de sentido que o remetente pretende provocar na interlocutora, através das informações trazidas à cena discursiva (agradar, seduzir, mostrar-se seguro, bonito, solícito, moderno, jovem, etc.) é que irá, provavelmente, balizar a construção de relacionamento interpessoal. Pode-se supor que isso é resultante de um conjunto de representações que o remetente tem do evento, de si mesmo, do papel que intenta desempenhar, da interlocutora e da imagem que ele julga que ela possa ter dele e, ainda, da conversa que tivera com ela ao telefone.

Assim, nesse jogo dialógico, disposto a levar a termo o seu propósito, podemos imaginar que não seria pertinente, por exemplo, que o remetente apresentasse dados de seu RG, do título de eleitor ou informações sobre diploma(s) de qualificação, sobre os seus últimos empregos. O uso de informações dessa natureza geralmente dá-se em situações, por exemplo, de entrevista de emprego, montagem de currículo, nas quais o posicionamento identitário assumido pelo sujeito se constitui no escopo das relações e posições sociais de outra ordem, a de um profissional, por exemplo, candidato a um emprego.

Nesse quadro, resumidamente pode-se reafirmar que, através das informações trazidas e dos efeitos de sentido pretendidos, o remetente, investindo-se no papel de uma

pessoa que quer ser vista como amiga, procurou instituir com a interlocutora uma relação dessa natureza. Ao longo da interação, ele foi construindo esse lugar, enunciativa e interativamente ou, melhor dizendo, foi negociando com a interlocutora a legitimação desse lugar: ora falava de si mesmo, ora falava sobre ela, ora ousava falar sobre as possibilidades de um relacionamento mais consistente. A respeito disso, reiterando os pressupostos deste estudo, pode-se supor que o remetente, consciente (ou não) dessa dinâmica discursiva e interativa por ele ali construída, detém uma competência social para prever, como sugerem Erickson & Shultz (1998: 143), que

a produção de comportamento social apropriado a cada novo momento exige que saibamos, primeiramente, em que contexto nos encontramos e quando esses contextos mudam. Exige-se que se saiba também qual comportamento é considerado apropriado em cada um desses contextos. Acreditamos que a capacidade de monitorar contextos deva ser um traço essencial da competência social.

Concluindo, do que foi exposto pode-se inferir que a carta pessoal é um gênero das práticas da escrita que, interativa e discursivamente, opera sobre o destinatário, mas também sobre o remetente. Através de seus eventos, instaura-se um espaço discursivo em que os interlocutores agem fora do âmbito das relações marcadamente hierárquicas, ou, não obstante as diferenças de lugares sociais, por exemplo, mãe e filha, as relações são caracteristicamente assentadas no relacionamento afetivo, na intimidade e na interpessoalidade.

Assim, numa relação construída a distância, pela carta que envia, como bem observa Foucault (1992,150), a atividade de escrever se apresenta, pois, como o momento de

mostrar-se, dar-se a ver e fazer aparecer o rosto junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele se sente olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz.

Em outros termos, como sugerem as cartas do *corpus* investigado, o remetente busca fazer presente aquele que se encontra ausente. E isso é alimentado pela troca de cartas, assunto que passo a discutir na próxima seção.

3.2.3 Alternância de papéis comunicativos: efeito do movimento dialógico da carta pessoal

A carta pessoal, na constelação dos gêneros epistolares, como acenei, apresenta-se como um gênero que pressupõe uma resposta ou, melhor dizendo, vê-se o destinatário, no curso da interação, como o próximo remetente. Assim, mediante as trocas entre os correspondentes, alternadamente, vão-se encadeando eventos que se assemelham a grandes turnos de uma interlocução em curso³⁴. Nesse movimento de idas e vindas das cartas, muitas vezes ininterrupto, fundado por um diálogo *per absentiam*, cada um dos participantes ora assume o papel de remetente, ora o de destinatário. Essa dinâmica acaba por instaurar a inversão da relação “eu” e “tu”. Uma inversão, vale lembrar, que não emerge a qualquer momento como em uma conversa espontânea, mas, sim, efetiva-se no decurso de um dado tempo, em virtude das condições espaciotemporais em que se realizam os eventos comunicativos do gênero em exame.

Essa alternância, decorrente de um movimento de idas e vindas das cartas, instaura, a meu ver, em seu sentido pleno, o caráter de dialógico desse gênero epistolar, ou seja, promove, a um só tempo, um movimento dialógico e dialogal, este último com uma dimensão marcadamente empírica e tangível.

³⁴ A noção de turno aqui empregada remete àquela que advém dos estudos da Análise da conversação: um dos movimentos da estrutura da conversação em que um dos participantes assume a fala; no caso da carta, assume o papel de escrevente. Como o tempo da produção não coincide com o da recepção, os turnos, ou as contra-respostas, encadeiam-se num intervalo temporal que pode compreender dias, semanas, meses.

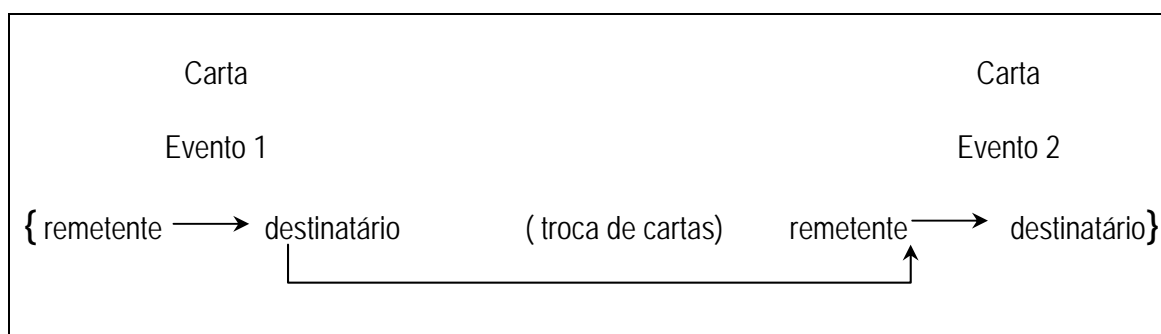
Para precisar a noção de dialógico que confiro a esse movimento das cartas, recorro mais uma vez a contribuições oferecidas pelo pensamento bakhtiniano, do qual, aqui, particularmente, lanço mão do conceito de dialógico, gerado no bojo da tese sobre o dialogismo (cf. Bakhtin, 1990 e 1992)³⁵. Sem pretender simplificar a complexidade teórica que envolve as discussões sobre dialogismo na obra de Bakhtin, para os propósitos deste estudo, apóio-me nas formulações do conceito de dialógico que se originam da problemática que contempla a interação entre os sujeitos, como o lugar da produção da linguagem e da constituição dos próprios sujeitos.

Na abordagem em foco, a noção de dialógico se funda no princípio segundo o qual interagir é uma atividade de intersubjetividade e de responsividade dialógica, condições, para Bakhtin, constitutivas da língua e das relações entre os sujeitos. Isso equivale a dizer, numa visada dialógica, que interagir com outro significa participar de um diálogo com o mundo e com outros discursos. Uma participação que pressupõe da parte dos sujeitos o uso de uma competência comunicativa ou social (como prevê Hymes, 1974; Erickson *et alii*, 1998), que lhes possibilita levar a efeito, no mundo dos textos e das interações sociais, enfim, nas práticas comunicativas, a co-construção de sentido. Em outros termos, para Bakhtin, a construção de sentido é, a rigor, uma atividade dialógica e social, contextualmente situada, que implica *uma atitude responsiva ativa* do outro a quem se dirige o texto, isto é, uma compreensão que resulta da ação e da interação dos interlocutores, o que proporciona a relação de intersubjetividade no processo da interação social.

³⁵ O princípio de dialogismo bakhtiniano sustenta-se basicamente em duas amplas orientações: a primeira, a que interessa de perto a este estudo, volta-se para relações interativas entre os interlocutores; a segunda compreende as relações entre discursos, fenômenos conhecidos como polifonia e interdiscursividade. Quanto a essa última, não tecerei aqui nenhuma consideração, pois essa temática foge ao propósito central deste estudo. Entretanto não posso deixar de comentar que uma discussão sistemática e rica, desenvolvida a partir das propostas bakhtinianas sobre polifonia e interdiscursividade, que ampliou esses conceitos, foi desenvolvida por Authier-Revuz (1982), que propõe refletir sobre os fenômenos de dialogização da linguagem sob o princípio da heterogeneidade discursividade, e por Ducrot (1987), que rediscutiu o conceito de polifonia, ao colocar em questão a tese estruturalista de que o sujeito é o único autor do enunciado, elaborando a conhecida teoria polifônica da enunciação.

Resumidamente, o conceito de dialógico, proposto por Bakhtin, coloca em evidência a ação de sujeitos interlocutores na e para a produção da linguagem, seja em situação de elaboração, seja em situação de recepção. Nesse quadro teórico, a supremacia do produtor sobre o texto é redefinida, na medida em que o outro se inscreve no texto não apenas no seu processo de produção de sentidos em situação de leitura, mas se insere já na produção, como condição primeira e necessária para que o texto se constitua como tal. Ainda, é preciso observar que, na defesa desses princípios teóricos, as noções de emissor e receptor, projetadas pelo esquema clássico da Teoria da Informação, são problematizadas por Bakhtin (1992: 290), na medida em que, para o autor, esse modelo, por adotar uma visão linear da relação entre emissor e receptor, perde de vista a complexidade e plasticidade envolvida nas relações interativas e interlocutivas da vida cotidiana e pressupõe que o receptor se caracteriza como uma figura passiva, tal como questionou Goffman (1998a, b).

É nesse conjunto de reflexões que busco dar forma e sentido à idéia de movimento dialógico conferida à alternância de papéis comunicativos dos correspondentes, mediante a troca de cartas. Esquemáticamente, proponho um quadro que intenta esboçar a dinâmica desse movimento.



Em relação a esse quadro, para melhor especificar como este estudo concebe a dinâmica desse movimento à luz do pensamento bakhtiniano, indico, analiticamente pelo menos quatro diferentes níveis (planos) do funcionamento das práticas comunicativas da

carta, através dos quais, suponho que se podem detectar os mecanismos e pistas que refletem e/ou promovem os movimentos dialógicos nela inscritos:

- I O movimento de idas e vindas gerado pela troca de correspondências, a rigor, alimenta as relações interativas entre os interlocutores. Nesse sentido, a dimensão dialógica decorre da dinâmica intercomunicativa constituída no curso dos eventos e fomentada pelos grandes turnos de um diálogo. Estes, por sua vez, caracteristicamente, lembram elos de uma ampla rede comunicativa epistolar da esfera privada em nossa sociedade, que leva a efeito as interações epistolares como prática sociocultural. Essa troca promove o caráter dialogal desse gênero.
- II O remetente, na assunção de seu turno, quando escreve, projeta em sua atividade discursiva a figura de seu destinatário. Assim, este, no próprio processo da produção discursiva – antes de ser apenas um componente externo a ela, coloca-se como um elemento nela implicado. Na interação, fundada num diálogo *per absentiam*, são consolidadas (ou construídas) as relações de interatividade e intersubjetividade, o que requer de cada um dos interlocutores um trabalho de negociação de saberes, de valores, propósitos comunicativos, permitindo-lhes a produção de sentido.
- III O destinatário, em função da atividade de troca, tende a ser sempre o próximo remetente. E, assim sucessivamente, através dessa atividade, as relações de intersubjetividade são estabelecidas e, por conseguinte, a alternância de papéis – remetente e destinatário – é efetivada. Aqui a dimensão dialógica relacionar-se-ia com a *atitude responsiva ativa* dos interlocutores e asseguraria o caráter dialogal do gênero.

IV Por fim, o texto possui uma estrutura composicional fundada em etapas – abertura, corpo da carta e encerramento – que dimensionam o curso do evento. Conjugado com isso, na materialidade sua lingüística, atua um multissistema de estratégias e pistas que podem sugerir a partilha de conhecimentos entre os correspondentes e cumprir funções que parecem incitar dialogicamente uma relação direta e intencional do produtor com o interlocutor, instigando a participação e o envolvimento deste no evento comunicativo em curso. Aqui a dimensão dialógica manifestar-se-ia através do próprio processo de agenciamento de ações discursivas feitas pelo remetente com a língua e pela língua. Através desse expediente, estrategicamente, o produtor objetiva promover os efeitos de interlocução, de interpelação, de interação no curso do evento comunicativo; enfim, através do texto escrito, o remetente busca efetivar a *inter-atividade* com seu interlocutor³⁶.

Prosseguindo, no quadro dessas reflexões teóricas, pode-se pensar que a troca dos papéis comunicativos, no domínio das práticas comunicativas epistolares, está implicada num contrato comunicativo (cf. Charaudeau, 1983) que pressupõe um compromisso ou uma responsividade entre as partes interactantes. Nesse sentido, a noção de relação dialógica, na perspectiva bakhtiniana, leva-me a entender o funcionamento e organização do quadro participativo da carta pessoal da seguinte forma: cada evento da carta lembra parte de um diálogo escrito através do qual o remetente se faz presente ao seu destinatário e o evoca

³⁶ Quanto ao aspecto descrito no item 4, devo esclarecer que, nos capítulos 4 e 5, dedico, com mais vagar, uma discussão sobre a composição textual da carta e as marcas lingüísticas, presentes nos textos da carta pessoal, respectivamente. Nessa seção, limito-me a apresentar apenas algumas pistas para exemplificar como o destinatário é convocado pelo seu interlocutor a assumir, no curso das trocas, o papel de remetente. Por fim, convém também deixar claro que, ao antecipar essa questão, meu interesse foi o de não romper com a linha argumentativa (e metodológica) aqui elaborada para evidenciar como os quatro itens descritos estão implicados e inter-relacionados em termos da dimensão dialógica do texto.

dialogicamente. Esse diálogo *per absentiam* afigura-se como uma parte do processo de interlocução, implementada cada vez que os participantes assumirem os grandes turnos da interação. Nesse processo, o destinatário, na leitura do texto, vê-se com o direito e a obrigação de assumir o papel de remetente ou escrevente³⁷, no próximo evento. Nesse intercâmbio, reiterando as minhas convicções, sendo o texto o espaço em que a interação se efetiva, nele se instaura uma atividade dialógica, no qual e através do qual, discursiva e enunciativamente, os interlocutores se constituem.

Dessa perspectiva, vale frisar, considero que o efeito de dialogicidade que emerge das relações interativas entre os interlocutores decorre, dentre outros fatores, do fato de que o destinatário é projetado pelo remetente como um destinatário correspondente, nos seus dois sentidos: *o que responde à carta que recebe* (a contra-resposta) e *o que responde ao que nela suscita* (um interlocutor que partilha de conhecimentos, envolve-se afetivamente, confia e é também um confidente, atribui ao que ali é anunciado um sentido, recortado, inclusive, pelas relações de afetividade).

Resumidamente, parafraseando uma passagem do texto bakhtiniano (1992) registrada à página 320, em *Estética da criação verbal*, o remetente espera de seu destinatário uma resposta, tomada como uma compreensão responsiva ativa. Isso equivale a dizer que a carta pessoal é elaborada para ir ao encontro de uma resposta. Nesse sentido, o destinatário, reitero, a um só tempo, é um leitor em curso e escrevente em potencial. Essa condição imprime às interações, atualizadoras das práticas comunicativas da carta, um caráter simétrico, assunto que passo a discutir no próximo item. Em seguida, por meio de

³⁷ O termo escrevente, usado por Marcuschi (2000), em um trabalho que reflete sobre as marcas de interatividade na escrita, é, a meu ver, extremamente adequado, por suscitar um efeito da ação (discursiva e interativa) do remetente sobre o seu destinatário. No curso das discussões deste estudo, usarei indiscriminadamente ora escrevente, ora remetente.

exemplos retirados do *corpus* investigado, dedico-me a uma descrição de como se dão os movimentos dialógico e dialogal, inscritos nas práticas desse gênero.

3.2.3.1 A construção de interações simétricas nas cartas pessoais

Em face do funcionamento sociocomunicativo da carta pessoal, os participantes dos eventos desse gênero detêm os mesmos direitos e deveres na interação, isto é, cabe a eles, cada um por vez, na assunção do turno/escrita da carta, manter a correspondência. O ato de não escrever, ou seja, o de não responder equivalente ao de silenciar; isso relegaria o correspondente ao papel de um monologante insensato ou insistente – de alguém que falasse para “ninguém”, o que parece sugerir a violação de uma norma comunicativa sedimentada pelas práticas comunicativas desse gênero.

Sob essa ótica e baseando-me nos dados do *corpus*, considero que os eventos do gênero carta são construídos numa relação simétrica, no que toca aos papéis comunicativos. E, no que diz respeito ao papel social dos interlocutores, como expus, as relações hierárquicas parecem não impor efeitos que lembrem um desequilíbrio ou diferença na interlocução.

A simetria, do ponto de vista das posições comunicativas, decorre da natureza do contrato comunicativo implicado nas práticas comunicativas da carta pessoal, que, certamente, é dimensionado, dentre outros fatores, pelas injunções impostas pela atividade e finalidade social engendradas pelo gênero, pela natureza das relações interpessoais dos participantes e pelos interesses (objetivos) particulares dos envolvidos no processo interativo.

Noutras palavras, é possível pensar que, do ponto de vista da prática comunicativa desse gênero, na sua concepção estão mutuamente previstas normas comunicativas que

instituem o direito e o dever à escrita, o que fomenta as relações de intersubjetividade entre aqueles que usam esse gênero para atender as suas necessidades sociocomunicativas. Resumidamente, isso confere aos participantes posições comunicativas que não são pré-fixadas, ou dotadas de mão única, isto é, recursivamente, ora se assume o papel de remetente, ora, o de destinatário.

3.2.3.2 O movimento das trocas

A fim de demonstrar como o movimento dialógico, lingüística e discursivamente, reflete no texto das cartas, fruto das trocas entre os correspondentes, retiro do *corpus* desta pesquisa alguns trechos de cartas, transcritos nos exemplos 16, 17, 18 e 19, que compreendem a abertura e pré(encerramento) de cartas de diferentes remetentes.

	Etapas do evento	
	Abertura	(Pré)-encerramento
Ex. 16: Carta 27	<i>Espero que ao receberem esta estejam todos com saúde, nos aqui ficamos bons. Peço desculpas por não ter escrito antes.</i>	<i>Escrevam logo que desta vez vou responder contando se saiu o negócio.</i>
Ex. 17: Carta 46	<i>Olá, tudo bem aí? Acho que você já deve ter recebido a carta anterior a esta, talvez a sua última tenha sido remetida antes de receber a minha, mas tudo bem.</i>	<i>Vou parando por hoje e aguardo sua resposta, tá? Até mais!</i>
Ex. 18: Carta 49	<i>Tudo bem? Pois é, há quanto tempo, né? Pensei que v. tivesse se esquecido de mim! Fiquei + 02 meses sem notícias suas. Agora, quero desculpar p/ meu atraso...</i>	<i>Aguardo sua resposta, vamos colocar os assuntos em dia... BYE!!</i>
Ex. 19: carta 26	<i>Tudo certo? Fiquei super contente com sua carta.</i>	<i>Saudações à todos daí. Um beijão para você. Espero sua carta.</i>

Esses exemplos sugerem que entre os correspondentes há uma contínua troca de cartas. Importa observar que, logo na abertura do evento, o remetente manifesta, enunciativa e lingüisticamente, a sua condição de sujeito correspondente ou, melhor dizendo, a de um destinatário, condição que se efetivara em relação à carta recebida, que, agora, no curso da troca de cartas, investe-se do papel de escrevente, daquele que assume o turno da interlocução.

As passagens – *"Acho que você já deve ter recebido a carta anterior a esta, talvez a sua última tenha sido remetida antes de receber a minha"; "Pensei que v. tivesse se esquecido de mim! Fiquei + 02 meses sem notícias suas"* expressam estratégias adotadas pelo remetente através das quais ele busca contextualizar o destinatário sobre o recebimento (ou não) da carta por este enviada. Ainda, através dessas estratégias, ele oferece ao seu interlocutor pistas de que as suas expectativas (a do escrevente) foram satisfatoriamente atendidas em relação ao jogo dialógico que subjaz a essa atividade interativa : escreve para ser correspondido. Em suma, no espaço da abertura do evento, no qual se inclui a saudação, onde se abre o diálogo propriamente dito, dá-se, discursiva e enunciativamente, a constituição dos interlocutores: remetente e destinatário.

Em outras passagens registradas também na abertura do evento – *"Peço desculpas por não ter escrito antes"; "Desculpe a demora"; Agora, quero desculpar p/ meu atraso"* – repercutem, de igual modo, de forma clara, tanto o efeito da alternância e a assunção das posições comunicativas como a manifestação explícita de uma atitude responsiva do remetente para com o seu interlocutor (destinatário). Através dos atos de desculpas, uma estratégia de polidez para com o destinatário, o remetente ratifica um compromisso tácito instituído com o seu interlocutor: o ato de não escrever, de não manter a correspondência equivaleria ao de silenciar. Isso, por conseguinte, poderia levar ao rompimento das relações interpessoais, da reciprocidade que as cartas estabelecem, consolidadas pela ação da escrita.

Vejamos agora as passagens que formatam o (pré)-encerramento do evento. Nessa etapa da interação, as seqüências discursivas que aí se atualizam, caracteristicamente, incorporam atos de fala, como esses: *"Escrevam logo"* e *"guardo sua resposta"*. Esses enunciados são também interpretados com uma estratégia interativa cujo

efeito de sentido exorbita o de um mero ato de pedido de que tal ação seja cumprida. Dito de outro modo, tendo em vista a natureza do evento, pode-se inferir que o propósito discursivo do remetente, naquele momento da interação – em que se anuncia o término do encontro (ou do turno) – é o de convocar o seu destinatário a assumir o novo turno da interação, o que o constituirá como o próximo remetente. Em suma, essa convocação ou essa incitação para levar o outro a agir, além de refletir a posição comunicativa de ambos os parceiros no evento, deixa revelar a natureza das relações interpessoais entre eles.

Nessa seqüência, para complementar o que venho expondo, proponho, agora, outro exemplo, retirado do *corpus* examinado, a fim de demonstrar como o remetente reage ao silêncio de seu interlocutor, ao se ver relegado ao papel de um monologante, isto é, de alguém que escreve, mas não tem a resposta.

A essa análise, para efeito de uma comparação, além da carta que ilustra a discussão em foco, trago um trecho de outra carta escrita por esse remetente ao mesmo destinatário, de modo que eu possa apontar, por meio de pistas oferecidas pelo texto, como o remetente se apresenta ao seu interlocutor, interpelando-o pelo não cumprimento de um acordo pressuposto pela condição mesma da atividade da (cor)respondência.

Exemplo: 20	Exemplo: 21
<p><i>Vitória, 31 de julho de 1997.</i> <i>Oi, Beto!</i> <i>Adorei a sua carta, aquele ursinho é muito fofo.</i> <i>Desculpe a demora, mas cheguei de Guarapari na segunda (28/7).</i> <i>(...)</i> <i>Escreva logo para eu me animar.</i></p> <p style="text-align: right;">(carta 40)</p>	<p><i>Vitória, 17 de setembro de 1997</i> <i>Roberto Pereira Júnior:</i> <i>O quê aconteceu? Você não recebeu a minha carta? Ou ficou zangado com algo que escrevi ou deixei de escrever? Espero que tenha sido a 1ª opção...</i> <i>(...)</i> <i>Não deixe de responder, e <u>logo!</u></i> <i>(...)</i></p> <p style="text-align: right;">(carta 39)</p>

Um simples paralelo entre esses dois trechos de abertura das cartas faz-nos perceber que temos aí dois eventos comunicativos, entre os quais parece não ter ocorrido

uma de troca de cartas entre os correspondentes, isto é, realizaram-se numa seqüência linear: cada um dos eventos orienta-se por propósitos comunicativos específicos – no primeiro (o exemplo 20), a remetente responde ao seu destinatário; no segundo, (o exemplo 21), dado o silêncio dele, ela explicitamente lhe exige uma resposta.

No primeiro evento, tal como nos exemplos há pouco analisados, pode-se, nas passagens registras pelos enunciados "*Adorei sua carta*" e "*Desculpe a demora*", recuperar a voz de uma interlocutora que ali está revezando os papéis comunicativos: o de uma destinatária que agora passa a remetente. E, nesse jogo dialógico, mutuamente construído, guiado pelo pressuposto que subjaz ao contrato comunicativo das práticas comunicativas das cartas pessoais, a remetente solicita que o destinatário dê prosseguimento à interação, assumindo o próximo turno como remetente – "*Escreva logo para me animar*" – e, assim ela se mostra como uma potencial destinatária.

Já, no segundo evento, a situação comunicativa ganha uma outra configuração, isto é, de acordo com inferências possíveis oferecidas pelas pistas do texto, pode-se depreender uma "tensão enunciativa" entre a remetente e o seu destinatário, decorrente do "silêncio" por este produzido, que parece ser entendido pela remetente como o não cumprimento de acordo estabelecido: o de (cor) responder. Flagra-se esse efeito discursivo, ao longo da interação. Por exemplo, a saudação, *Roberto Pereira Júnior*, confere ao enunciado uma força ilocutória que soa como um distanciamento e uma formalidade que a remetente parece impor ao evocar o destinatário pelo nome completo. Essa estratégia, marcadamente distinta da atualizada em *Oi Beto*, no exemplo 20 – sinalizadora de um tom mais íntimo e afetuoso – deixa entrever, enunciativa e dialogicamente, a voz de uma remetente que interpela o seu destinatário. Essa atitude discursiva ecoa também nos outros enunciados que abrem o evento – *O quê aconteceu? Você não recebeu a minha carta? Ou ficou zangado com algo*

que escrevi ou deixei de escrever? Espero que tenha sido a 1ª opção". Aí se assinala caracteristicamente a voz de uma (inter)locutora que não foi correspondida, que se vê como uma monologante. Uma voz, através da qual, deixa revelar um descompasso entre os correspondentes, voz essa distinta daquela anunciada em "*Adorei sua a carta*" e "*Desculpe-me a demora*", em que, como visto, pode-se perceber a inversão do "eu" e "tu" e a busca de uma sintonia da parte da remetente para com o seu destinatário. Noutros termos, os enunciados em exame constituem evidências de que o destinatário é interpelado como alguém que violou as normas de um acordo comunicativo estabelecido.

Essas normas, como já mencionadas nos exemplos discutidos acima, são, ritualisticamente, evocadas no (pré) encerramento dos eventos e materializadas em atos que lembram uma convocação, as quais, muitas vezes, não soam um tom imperativo, tal como em "*Escreva me logo para me animar*", como no exemplo 20. Aí, o efeito de sentido pretendido, ao que parece, é o de um pedido de ajuda a alguém; além disso, pode-se supor que há confirmação do compromisso da troca interlocutiva. Por fim, já no exemplo 21, em face do propósito comunicativo da interação, da atuação do seu correspondente, a remetente, de forma imperativa, convoca-o a assumir outro turno, ou seja, que ele se invista no papel de escrevente: "*Não deixe de responder, e logo!*" O uso do modalizador, *logo*, grifado pela remetente, é aqui interpretado como uma estratégia através da qual a escrevente, de forma explícita, tanto expressa sua indignação como impõe ao seu destinatário uma resposta, que, na dinâmica interativa da carta, implica a assunção do próximo turno.

A respeito dos exemplos arrolados, é importante uma observação. Das 108 cartas do *corpus*, 62 cartas (57%) trazem em seus textos marcas lingüísticas, como as aqui descritas, que evidenciam, enunciativamente, a assunção das posições comunicativas dos

interlocutores, no discurso. Nas demais cartas, as quais compreendem 44,4 % dos exemplares, a assunção dos papéis comunicativos evidentemente ocorre. Aliás, essa condição se instaura no próprio ato da produção do texto. Verifica-se, no entanto, que, nesse conjunto de cartas, essa explicitação dá-se ora ao acusar o recebimento de carta, ora ao solicitar uma resposta, ora ao retomar ou recontextualizar fatos ou notícias presentes na carta recebida (esse aspecto, discuto no capítulo 5). Esses dados oferecem evidências de que é parte constitutiva do funcionamento sociocomunicativo da carta a troca de turnos, o movimento dialogal, dinâmica que em larga medida lembra a da conversa espontânea, face a face, do telefone, a do *chat*, o do *e-mail*, enquanto forma de correspondência pessoal³⁸.

Comparativamente, é preciso reconhecer que entre os turnos da carta e os construídos nas interações por esses gêneros textuais há uma grande diferença determinada pelas condições de produção e recepção típicas de cada um deles. Nos *chats* e nas conversas, o tempo é real, o seguimento dos turnos é, por assim dizer, imediato, visto que ambos são caracteristicamente uma produção sincrônica; já no *e-mail* definido, como uma comunicação assíncrona tal como a carta, há uma defasagem de tempo entre uma remessa e a resposta, em virtude do aparato da tecnologia eletrônica. Tanto na carta como no *e-mail*, o intervalo entre um turno e outro não pode ser, rigorosamente, determinado, na medida em que pode se dar num tempo que corresponda a dias; nas cartas, esse tempo pode chegar a meses. Contudo, há que assinalar que a dialogicidade inscrita no gênero em

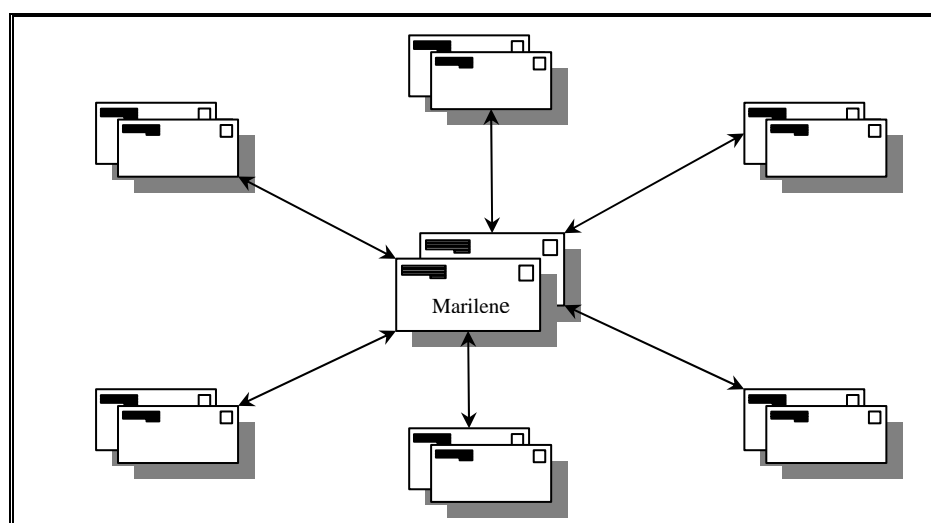
³⁸ Do ponto de vista dialogal, a relação de proximidade entre os gêneros apontados e a carta pessoal, tratada num *continuum* tipológico, ao que se tem notícia, não foi ainda discutida de forma sistemática, englobando comparativamente os referidos gêneros. No entanto, há boas sinalizações que confirmam as intuições em torno dessa relação de semelhança, no que tange ao aspecto em pauta. Para indicar os trabalhos mais recentes, temos um estudo de Kerbrat-Orecchioni (1998) que analisa a abertura e fechamento de carta e de conversa; o de Hilgert (2000), que descreve as trocas de turnos nos *chats*, à luz de princípios metodológicos propostos por Sacks, Schegloff e Jeefferson, (1974); Assis (2002) que, entre outros aspectos, discute sobre a troca de e-mails, flagrada pela própria colagem do texto que disparou a interação, e ainda a troca alimentada pelos *e-mails* contínuos entre correspondentes. Pesquisas como essas e a que aqui em exposição, de uma forma ou de outra, vêm mapeando um terreno que estimula e reafirma as convicções de que os gêneros de caráter dialogal, a despeito das suas especificidades, podem ser alocados, num contínuo tipológico, que realce as suas relações de proximidade, que, provavelmente, não se explicaria tão somente pelo aspecto dialogal. Mas isso já é uma outra conversa.

exame é estimulada, dentre outros fatores, pelas idas e vindas da carta, o que promove o movimento dialógico: um de cada vez, no curso das interações, assume a (inter)locução. A alternância dos papéis comunicativos, como dito, imprime aos eventos do gênero um caráter simétrico.

3.2.3.3 A troca de cartas: elo da rede comunicativa

Para complementar esta discussão, através da qual busco demonstrar o caráter dialógico e dialogal das cartas, neste item, meu interesse limita-se à exposição de um dado, que me pareceu muito interessante, oferecido pelo *corpus* examinado, que representa um conjunto de correspondências trocadas por uma pessoa com vários correspondentes, ao longo de um tempo, os quais, como sugerem os dados, são conhecidos e familiares.

Em relação a esse fato, recordando as considerações sobre o papel das redes comunicativas, pode-se imaginar que esse conjunto de trocas, se projetado na complexa malha da rede da comunicação postal, figura, numa visão microscópica, como um minúsculo ponto, local, articulado a outros tantos constituintes dessa rede, que alimentam a dinâmica das práticas comunicativas epistolares. Para ilustrar o que apresenta o *corpus*, proponho abaixo um quadro que intenta traduzir esquematicamente esse fenômeno.



Redes comunicativas

Para esclarecer esse dado, segue um levantamento do número de cartas escritas pelas pessoas envolvidas nesse universo de práticas comunicativas.

<i>Remetente</i>	<i>Número de cartas enviadas</i>	<i>Destinatário</i>
Nair (irmã)	21 cartas	Marilene
Dalila (irmã)	7 cartas	
Carminda (mãe)	7 cartas	
Eunice (cunhada)	8 cartas	
José (cunhado)	3 cartas	
Robert (sobrinho)	3 cartas	
Dedé (amigo)	3 cartas	
Luíza (sobrinha)	3 cartas	

Diante desse fato, que representa uma pequena cena das atividades epistolares do cotidiano, conforme as reflexões teóricas desenvolvidas sobre os movimentos dialógicos das cartas pessoais, sou levada a entender que a troca de papéis comunicativos, além de ser um mecanismo da dinâmica do formato de participação do gênero em exame, é também um forte dispositivo que, do ponto de vista das relações sociais, permite fomentar os eventos singulares e, conseqüentemente, sedimentar as práticas comunicativas da atividade epistolar da esfera privada.

Seguindo esse princípio, compreende-se também que esse dado dá-nos uma dimensão das ações envolvidas nas práticas comunicativas do gênero carta pessoal que se configuram na forma de produção, distribuição e recepção dos textos. Sob essa ótica, em espaços e tempos distintos, são construídos textos, sentidos, relações sociais por diferentes pessoas. Cada uma delas, por seu turno, procura responder às suas necessidades comunicativas que, no contexto das cartas, basicamente, como procurei salientar, é a de estabelecer com alguém que se encontra distante uma correspondência, de modo que o relacionamento interpessoal seja consolidado e alimentado.

Em suma, como os dados têm me indicado, quem escreve espera sempre uma resposta; daí, um movimento entrelaçado de elos que não dá para ser pensado num sentido linear, mas, sim, reticular.

3.2.4 Número de participantes no evento da carta pessoal

Conforme a regularidade das práticas comunicativas da carta pessoal, a estrutura participativa desse gênero, em termos de número de pessoas envolvidas no evento, é caracteristicamente fundada em um arranjo diádico: um remetente e um destinatário.

Não obstante essa regularidade, as cartas pessoais muitas vezes podem ser escritas a várias mãos, isto é, por mais de um remetente que, numa produção textual colaborativa, dirige-se a um(s) destinatário(s). De igual modo, do ponto de vista da recepção, o número de participantes pode variar. Nesse caso, o remetente tem no horizonte de sua interlocução mais de um destinatário.

Para nomear essa configuração do esquema de participação, penso que o termo polilógico³⁹ se apresenta adequado na medida em que ele evoca a idéia segundo a qual se encontram envolvidos no evento mais de dois correspondentes, ou seja, ou mais de um remetente ou mais de um destinatário. Com o formato de uma participação polilógica, no conjunto das 108 cartas do *corpus* desta pesquisa, somente 4 (3,7%) apresentam essa configuração: 3 cartas escritas por dois remetentes a um destinatário; 2 cartas escritas por um remetente a mais de um destinatário. As demais cartas, equivalentes a 96,2%, possuem

³⁹ Considero oportuna uma observação sobre o emprego dessa terminologia. A expressão polilógico é usada por Bronckart (1999) para referir-se ao número de agentes envolvidos na produção do texto. Para esse autor, as produções textuais, do ponto de vista da sua elaboração, podem se apresentar como monológica (apenas um agente); dialogal (dois agentes) e polilógica (mais de dois agentes). Nesta pesquisa, como venho sinalizando, os parâmetros com quais opero compreendem tanto produtor quanto o leitor, ou seja, o meu olhar sobre o fenômeno da carta volta-se tanto para o contexto da produção como o da recepção.

uma configuração diádica. Esses dados sugerem que, na prática epistolar, parece ser mais usual a formação de eventos comunicativos constituídos por uma participação diádica.

Para efeito de ilustração desse quadro, seguem trechos retirados do *corpus*. Os exemplos 22 e 23 são transcrições das cartas escritas por mais de um remetente. O curioso nessas cartas é que, embora, no espaço da assinatura, identifiquem-se dois remetentes, a interlocução que se estabelece com o destinatário é marcadamente construída em primeira pessoa. Esse efeito enunciativo sugere que há um remetente de fato; o outro que se manifesta na assinatura integra na interlocução pela voz daquele enuncia. Passemos aos exemplos:

Exemplo 22:

(...) E o Cidnei ficou bravo porque não levaram o cachorro dele? Eu fico com muita pena dele por causa disso e uma coisa que eu não soube resolver você entende. (...)
Um beijo nas crianças e um abraço a todos de sua cunhada que lhes quer muito bem.
Eunice e Antônio

(carta 12)

Exemplo 23:

(...) Fiquei 2 dias em Cianorte até hoje na casa do Gusto e faz dois dias que estou aqui em casa a 1ª noite eu dormi sozinha já pensou? E hoje a Stella está aqui e amanhã eu vou p/ Cianorte outra vez. (...) Sem mais termino esta enviando lembrança de todos para todos. Beijos às crianças e a benção de sua mãe.

Carminha
Stella

(carta 63)

Em relação às cartas cujo remetente dirige-se explicitamente a vários destinatários, como dito, o *corpus* conta com apenas dois exemplares que explicitamente deixam claro esse tipo de interação. O exemplo a seguir, ilustrado pelo trecho citado em 24, é uma carta de uma mãe, internada em um hospital, que escreve aos filhos, que parecem ser ainda adolescentes. O interessante nessa carta é que a remetente, no curso da interlocução, vai elegendo como interlocutor direto cada um dos filhos. Esse movimento dialógico interno da carta sugere um efeito de uma “conversa” em que os demais ouvintes, ratificados, como lembra Goffman (1998), guardam a sua vez de ser interpelados. Transcrevo trechos do texto,

dentre os quais estão as etapas que abrem o evento da carta, através das quais se nota que a produtora, logo de saída, deixa claro quem são os interlocutores e, a partir daí, vai dialogando com cada um deles.

Exemplo 24:

*Amados filhos, Fernanda, Carlinha e Pedro.
Que Deus coloque a bênção em cada um de vocês.
Graças a Deus estou muito bem, o médico, doutor José, já me disse que muito em breve vou voltar para casa. Fiquei feliz porque assim vocês não sentiram a minha falta. (...).
Fernanda não quero que você fique triste, porque eu estou muito bem, em vez de ficar chorando, lembre que eu vou ficar curada. Eu tenho fé em Deus, por isso que você deve ficar alegre. Olhe, minha filha, eu te adoro, e confio em você. Você sempre foi minha companheira, a minha menina linda, de olhos pretinhos que parece uma jobotica. (...)
Carlinha, mamãe também sente muita saudade suas, sei que você é uma menina corajosa, que não esmorece com nada. Eu sempre falo com as companheiras do quarto que você é a sapeca da casa. Eu adorei o desenho lindo que você fez para mim. Você também mora no meu coração, juntinho com os seus irmãos. Filhinha, quando Fernanda ficar triste fala para ela sair com você para passear, pede ao seu pai para vocês irem na casa da tia Zezé.
Pedro, meu rapazinho, mamãe está com muita saudade, e logo, logo nós todos vamos ficar juntinhos. Meu filho, sei que você é um menino muito bom, mas de vez em quando gosta de ficar brigando com as suas irmãs, como eu te ensinei você deve ser muito carinhoso com elas. Não fique só na rua, olhe, fico aqui muito preocupada com o que você está fazendo na rua. Você pode brincar com os colegas (...)*

(carta 108)

Quanto ao segundo exemplo, trata-se de uma carta cujo remetente dirige-se a um casal amigo. Ao longo do evento, o escrevente volta-se para os dois interlocutores; isso fica evidente, através dos recursos lingüísticos adotados para referir-se aos correspondentes.

Exemplo 25:

*Caros amigos
Maringá e Dona Marilene
Peço-lhes desculpas por não ter mais correspondido com vocês, pois não os esqueci, lembro-me bastante da bondade que vocês fizeram comigo nos dias em que aí estive. (...)
Desejo que esta os encontre todos bem .
Caros amigos, quero lhes comunicar que não deu certo o negócio com o Batata (...)
Nada mais um beijo nas crianças . Do amigo Dedé.*

(carta 57)

Para encerrar essas observações que objetivaram contemplar mais um aspecto que baliza a composição do quadro de participação da carta, é oportuno reiterar que, em relação aos exemplos propostos comparativamente ao que se constata no *corpus*, as cartas

organizadas numa estrutura de participação diádica, como dito, tendem a ser mais usuais nas práticas comunicativas desse gênero. No entanto, deve merecer destaque o fato de que esse gênero prevê para o seu formato de produção e recepção uma plasticidade em termos de participação no evento. Mas, sobre isso, pode-se supor que essa possibilidade não imprime ao funcionamento desse gênero uma dinâmica tal como a prevista pela carta aberta ou a circular, vez que, como venho sinalizando, as cartas pessoais são escritas na privacidade, na intimidade, sem a intenção de um pronunciamento público. Esse fator provavelmente se afigura relevante na constituição do esquema de participação desse gênero. Aliás, heurísticamente, vale frisar, parece certo que os esquemas de participação não são arbitrários, mas, sim, algo constitutivo do gênero.

3.3 À guisa de conclusão

Pressupondo que os esquemas de produção e recepção dos gêneros textuais não são arbitrários, mas, sim, constitutivos da prática comunicativa que os engendra, ao longo deste capítulo, procurei descrever analiticamente a organização e o funcionamento do quadro participativo da carta pessoal, apoiando-me em parâmetros construídos no contexto de diferentes estudos, que me permitissem precisar o papel social dos participantes, a alternância de papéis comunicativos, o número de participantes envolvidos no evento do gênero em exame. Noutras palavras, em termos metodológicos, elegi esses aspectos como elementos que poderiam balizar o trabalho de análise do *corpus* de modo que pudesse identificar os fatores e salientar as propriedades que particularizam o funcionamento da carta pessoal no que toca à questão em foco.

Assim, mediante o trabalho com os dados do *corpus*, a partir dos papéis sociais dos usuários desse gênero e de suas relações sociais manifestadas no curso das interações da

carta, pode mostrar a esfera social das atividades de comunicação em que as cartas pessoais são produzidas, distribuídas e lidas. De igual modo, ficou evidente que os eventos desse gênero se apresentam como um espaço interativo através do qual se promove tanto a (re)construção de relações sociais entre pessoas que não se conhecem pessoalmente, como, no contexto das atividades da vida cotidiana, a consolidação do relacionamento entre pessoas que se encontram distantes.

Ao tratar dos aspectos ligados à alternância dos papéis comunicativos, parti do princípio de que o movimento de idas e vindas das cartas, um aspecto empírico, faz da carta pessoal um gênero essencialmente dialógico e interativo. Como acenei, ao que parece, do ponto de vista da prática comunicativa desse gênero, na sua concepção, estão tacitamente instituídas normas comunicativas que conferem aos participantes o mesmo direito e dever à escrita. Com base nas pistas lingüísticas oferecidas pelos textos examinados, as quais, do ponto de vista funcional, são vistas como estratégias interativas, pude detectar como as posições comunicativas são assumidas e negociadas no curso da interlocução.

Dando continuidade ao caminho metodológico traçado por esta pesquisa para operar com o *corpus* em questão, a trilha que ora se abre é aquela que me leva a uma incursão por alguns planos da composição do texto. Assim, no capítulo que segue, o recorte metodológico, ao qual passa a se submeter o *corpus*, é aquele que permitirá descrever analiticamente as etapas que compõem a organização do evento da carta.

CAPÍTULO 4

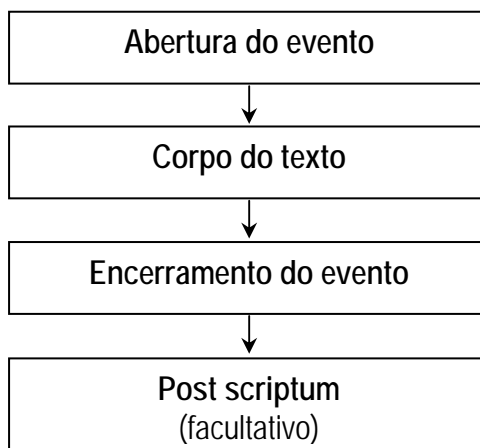
TRAÇOS GLOBAIS DA COMPOSIÇÃO TEXTUAL DA CARTA PESSOAL

Seguindo o percurso metodológico e analítico eleito pela pesquisa, neste capítulo o trabalho de análise do *corpus* incide sobre dois aspectos da composição textual da carta que concorrem para promover o seu efeito de tipicidade: um diz a respeito às etapas e às seqüências discursivas que organizam a estrutura textual desse gênero; o outro, à expressão de informalidade inscrita em seus textos. Para fundamentar a análise que proponho ao primeiro aspecto, retomo alguns pressupostos acordados no primeiro capítulo.

4.1 Estrutura composicional da carta, retomada de pressupostos

Introduzo este item sem uma reflexão que balize teórica e conceitualmente o que aqui chamo de estrutura composicional da carta pessoal, pois me parece, por ora, mais produtivo apresentar, de imediato, o esboço geral da configuração textual assumida por grande parte dos gêneros epistolares, para, em seguida, acercar-me de uma discussão mais detalhada sobre a organização e o funcionamento do gênero em exame.

Representação da estrutura composicional da carta



De modo geral, nas práticas comunicativas dos gêneros epistolares de nossa cultura, o modelo exposto caracteriza-se como um protótipo da noção de carta. Ou, como lembra Marcuschi (2000: 11), é uma noção que funciona como um guia para realização de um grande número de gêneros epistolares, que se situam na constelação das produções discursivas do tipo correspondência.

Sobre isso, importa observar que a hipótese em foco parece não se restringir ao universo das práticas comunicativas das cartas tradicionais. Assis (2002: 213 – 216), em seu trabalho sobre *e-mail*, assinala que esse gênero da cultura digital tem assumido, em termos estruturais, uma configuração que lembra à das cartas tradicionais⁴⁰. No conjunto de 110 *e-mails* examinados, a autora constata que 71% se estruturam conforme o modelo acima exposto. Esclarece também que o *post scriptum* é uma etapa não muito recorrente, visto que o produtor pode, em qualquer momento da escrita, inserir no corpo do texto as informações que julgue necessárias. Tal procedimento – inexistente nas cartas pessoais, sobretudo, por serem geralmente manuscritas – é propiciado pelas condições tecnológicas previstas pelo sistema de produção dos textos desse gênero.

É interessante também registrar que Adam (1998: 41- 42), em um artigo sobre cartas, comenta que, a despeito da variedade de gêneros epistolares, a composição textual de cada um deles guarda uma tradição das práticas epistolares do mundo clássico, que se pautaram nos princípios da retórica clássica. À época, como ainda hoje, as cartas sustentam-se basicamente em três grandes etapas, quais sejam: abertura do evento, espaço em que se instaura o contato e a interlocução com o destinatário, que corresponde ao *exórdio*; o corpo da carta, desenvolvimento do objeto do discurso, o *narratio*; e, por fim, o encerramento do contato, da interlocução; a *conclusão*.

⁴⁰ Não obstante essa semelhança, é preciso observar, com a autora, que o gênero *e-mail*, do ponto de vista da sua organização estrutural, possui aspectos específicos dimensionados pelo próprio aparato tecnológico, por exemplo, a forma de endereçamento.

Em relação a esses fatos, retomando os pressupostos defendidos no capítulo 1, sou levada a presumir que a representação do modelo descrito de carta configurar-se-ia como uma matriz sociocognitiva estandardizada social, histórica e culturalmente, que se inscreve no conjunto do sistema de estratégias cognitivas de processamento de produção e recepção dos textos, exemplares de gêneros epistolares em uso na nossa cultura.

Contudo, heurísticamente falando, cada um dos gêneros epistolares, em sua realização empírica, manifesta-se de forma relativamente diferenciada, o que contribui para produzir o efeito de dinamicidade e de tipicidade em cada um deles. Essa distinção pode-se dar, por exemplo, no uso de determinadas fórmulas lingüísticas, embutidas nas rotinas comunicativas, (inclusive as normas de polidez), os princípios estéticos definidos sob a orientação de um sistema de normas socioculturais, dentre outros fatores apontados no capítulo 2.

Nesse quadro, parece-me coerente supor que o que pode ocorrer são variações pontuais na realização empírica das cartas e não variações do modelo. Sendo isso verdade, as variações então não deixariam de acentuar a hipótese de que aos gêneros epistolares subjaz uma matriz geral, ou um guia/ modelo sociocognitivo. Essa hipótese poderia estender-se aos gêneros textuais, de modo geral, se se levar em conta, sobretudo, a competência comunicativa que possuímos para usar, reconhecer os gêneros com os quais convivemos.

Na esteira desse raciocínio, ainda é oportuno salientar que, em consonância com a discussão teórica desenvolvida nos capítulos 1 e 2, as variações não seriam vistas como um fenômeno que se efetiva arbitrariamente, mas, sim, como algo que, por certo, deve decorrer da especificidade da interação verbal a qual deve estabelecer certas condições para efetivar as produções discursivas dos gêneros. Essa especificidade deve estar implicada no contrato

de comunicação, projetado pelos diferentes domínios institucionais ou as esferas sociais que operam com os gêneros epistolares (os oficiais ou não).

A esse respeito, parece realmente adequado o pensamento de Bakhtin (1992: 280), para quem, como dito, os gêneros são formas de produção discursiva “relativamente estáveis”. Neles refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera social, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção dos recursos lingüísticos, mas também por sua construção composicional. No quadro das discussões bakhtinianas, vale refrisar, a noção que encerra o termo “estáveis” não deve ser traduzida por algo como estático, imutável. Pelo contrário, as produções discursivas são formas estabilizadas, em um dado tempo e espaço, decorrentes de um processo de convencionalização de rotinas comunicativas de um dado gênero.

Acreditando que a posição defendida por Bakhtin vai ao encontro do que advoga este estudo, reitera-se a idéia segundo a qual o processo de estabilização dos gêneros resulta de um trabalho coletivo fomentado contínua e permanentemente em atividades coordenadas e definidas no âmbito dos eventos de interação. Um trabalho coletivo, como se expôs no capítulo 1, que expressa um saber social comum através do qual os produtores e leitores de cartas se orientam nas atividades do processamento do texto, nos eventos comunicativos de que participam.

Numa abordagem cognitivista, Koch (1999, 2002) e Van Dijk (1986, 1992), por exemplo, postulam que, no conjunto dos diversos conhecimentos atualizados no processamento de um texto, encontra-se o chamado conhecimento superestrutural, que permite reconhecer textos como exemplares adequados aos diversos eventos comunicativos da vida social. Particularmente, na concepção de Van Dijk, a superestrutura configurar-se-ia como uma espécie de esquema textual, de caráter convencional, relativamente fixo,

específico para cada tipo de texto⁴¹ e variável de cultura para cultura. Teoricamente, constitui-se de uma série de partes esquemáticas ou categorias, algumas obrigatórias outras opcionais/facultativas que normalmente, na configuração estrutural do texto, ocupam posições definidas. E em virtude de suas posições e funções textual-semânticas, essas partes esquemáticas, na sua relação com o todo superestrutural, determinam os arranjos possíveis que a (macro)estrutura temático-informacional pode incorporar na tessitura do texto, conforme o tipo a que este pertença.

No tocante à descrição do funcionamento dos gêneros, a meu ver, a definição proposta por Van Dijk requer uma certa cautela, pois, embora se reconheça que há inúmeros eventos de gêneros textuais com uma organização estrutural convencionalmente estabilizada, tal como missa, assembléia, cartas (de modo geral), bula de remédio, aula, ata, tese, receita culinária, artigo científico⁴², há, no entanto, outros tantos gêneros caracteristicamente plásticos em relação a esse aspecto, o que, à primeira vista, parece-me que poderia ser não muito tranqüilo para as pessoas, intuitivamente ou não, reconhecerem, com uma certa segurança, a superestrutura de gêneros, como propagandas, resenhas, horóscopo, diário íntimo, fofoca, piada, lista de compras, resumo de novelas, notas de aula, nota de rodapé, dentre outros. Em suma, a meu ver, instaura-se aí um dilema metodológico e conceitual visto que a noção de superestrutura parece não dar conta de abranger fenômenos a que intenta referir-se.

⁴¹ Nas obras desse teórico, o termo superestrutura é empregado com uma certa fluidez, ora remete à noção de tipo de texto – seqüência lingüística que entra na composição dos textos -, ora a gêneros textuais. Esse ponto, a meu ver, afigura-se problemático, vez que, com uma mesma noção de superestrutura, Van Dijk procura explicar realidades distintas do funcionamento da linguagem: tipo de texto – um construto teórico, definido por propriedades lingüísticas, narração, descrição, argumentação, dissertação e injunção; e gênero textual – um construto social que, como dito, são produções de linguagem socialmente situadas.

⁴² É interessante mencionar que Bhatia (1993 *apud* Marcuschi, 2000) e Swales (1996) examinaram a composição textual do gênero artigo científico, veiculado em periódicos especializados em divulgar a produção científica. Ambos reconhecem que esse gênero se organiza em torno de três grandes movimentos (ou lances): o primeiro objetiva definir o campo da pesquisa; o segundo apresenta o estado da arte; o terceiro e último centra-se na discussão do objeto de estudo da pesquisa. Nessa seqüência, é oportuno, de igual modo, ressaltar o trabalho de Matencio (2001), que, investigando a aula, destaca as etapas constituintes do evento desse gênero.

A despeito dessa posição de Van Dijk, esse teórico tem oferecido grandes contribuições para que se possa entender o funcionamento do texto, tanto do ponto de vista cognitivo (estratégico/procedural) como pragmático/situacional. Os seus trabalhos mais recentes (1999), cuja tônica recai sobre os conhecimentos estratégicos ativados na situação comunicativa, correm numa direção que dialoga, em certa medida, com os princípios defendidos no contexto dos estudos da vertente sociointeracionista. Quanto a essa corrente epistemológica, recordando mais uma vez, afigura-se relevante, no quadro de suas hipóteses, o fato de que as pessoas são dotadas de uma competência comunicativa ou social que as habilita estabelecer, no seu dia-a-dia, as interações verbais. Isso, em outros termos, como pressupõe Van Dijk, significa operar estrategicamente com conhecimentos de natureza distinta no contexto das práticas comunicativas dos gêneros com as quais as pessoas convivem para responder às inúmeras necessidades comunicativas, impostas pelas demandas da vida cotidiana – as pessoais, as profissionais, as de um cidadão comum, enfim, a de um ator social que vive, “querendo ou não”, imerso até a cabeça com os textos, falado e escrito.

Voltando ao ponto central deste tópico, as 108 cartas pessoais aqui analisadas, em virtude da alta regularidade de sua composição textual, como se verá, não podem ser entendidas como evidência da falta de criatividade por parte de seus produtores ou exemplos de mera coincidência na construção de textos, escritos em espaços e tempos distintos, tanto geográfica como historicamente. Trata-se, certamente, de um fenômeno que deve ser iluminado no quadro das hipóteses de que temos aí a manifestação empírica, singularizada em cada evento comunicativo, de um saber social decorrente de um trabalho coletivo que se ancora cognitivamente em parâmetros de um modelo social das práticas comunicativas do gênero em exame.

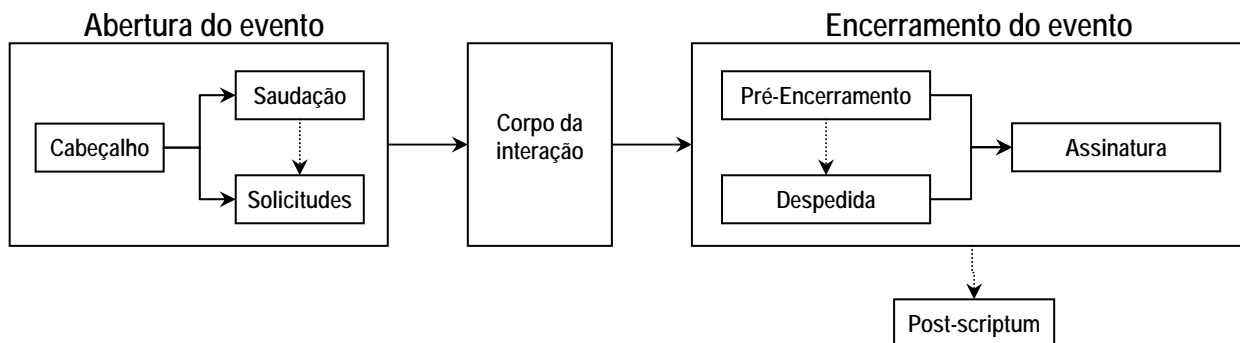
Em última análise, isso me leva a reafirmar que não se pode perder de vista o caráter sócio-histórico das práticas comunicativas dos gêneros de modo geral, tampouco omitir as mediações sociais que intervêm permanentemente na maneira como os participantes representam os contextos de atividade, pois as relações sociais e as ações discursivas dos indivíduos nos eventos comunicativos de que participam não são radicalmente “inventadas”, mas, ao que tudo indica, mediatizadas pelas indexações sociais e saber-fazer coletivos interiorizados (cf. Filliettaz, 2000).

Findas essas observações, procederei à análise dos dados do *corpus* da pesquisa, a fim de demonstrar como os textos do gênero em exame se apresentam no que toca ao aspecto em pauta.

4.2 Estrutura composicional da carta pessoal: etapas e seqüências discursivas

Do ponto de vista do plano formal do texto, as cartas pessoais possuem como estrutura básica o modelo delineado no item anterior, ou seja, **abertura do evento, corpo da carta e encerramento**. Esses elementos são conceitualmente concebidos por este estudo como etapas da composição textual do gênero. Como se verá, as etapas de abertura e de encerramento do evento são compostas de seqüências discursivas, prototípicas, altamente recorrentes, que expressam, de forma clara, como já acenei, a natureza do relacionamento dos interlocutores, a finalidade que cumpre a interação em curso e, sobretudo, o caráter dialogal e dialógico desse gênero (alternância dos papéis comunicativos). Já a etapa que compreende o corpo da carta (ou da interação) não apresenta marcas estereotipadas, em termos discursivos e interativos, que sinalizem o seu início ou o seu fim. A rigor, as etapas de abertura e de encerramento, que emolduram a interação, acabam cumprindo o papel de indicar o momento quando se inicia e finda o corpo da carta.

Para melhor visualizar a estrutura composicional do gênero em exame, especificando as seqüências discursivas constitutivas das etapas, proponho a seguir um esquema que intenta promover esse efeito.



Do ponto de vista pragmático, entendo que, para precisar o funcionamento das etapas e, conseqüentemente, a coerência temática e pragmática das seqüências discursivas, um fator fundamental que ilumina essa ação é o caráter dialógico e dialogal inscrito nesse gênero.

Sob essa ótica, a meu ver, o texto epistolar, em relação à organização e à disposição das etapas, funda-se em movimentos interativos e discursivos que refletem a natureza do evento comunicativo engendrado pela carta. Através de tais movimentos, pressupostos na atividade da organização global do texto epistolar, identifica-se como o escrevente, ao longo da interação, refletidamente ou não, vai construindo o texto, pautado numa lógica pragmática (interativa e enunciativa), que sugere minimizar ali a ausência do correspondente: a um só tempo, pelo diálogo escrito, o escrevente procura não só se fazer presente como também tornar presente o seu interlocutor. No processo interlocutivo instaurado a partir da abertura do evento, passando pelo desenvolvimento da interação e chegando ao seu fecho, o escrevente, orientando-se por objetivos comunicativos localizados – modelados tanto pela intenção discursiva como pelos próprios momentos/movimentos da interação –, vai selecionando tópicos discursivos e os modos de verbalizá-los, a fim de levar

a efeito a interlocução. Nesse quadro, as etapas pré-fixadas, com uma carga semântica, discursiva e interativa específica, mostram-se como os movimentos se desenrolam no curso da interação.

Dessa perspectiva, este estudo afasta-se dos modelos de análise que privilegiam somente a dimensão estrutural do evento de interação, sobrepondo-se à funcional (ou vice-versa). Tal procedimento metodológico não poderia ser outro, vez que, como já dito, defende-se aqui a visão segundo a qual as dimensões pragmática, discursiva, enunciativa, cognitiva, semântica e gramatical do texto implicam e constituem a organização da atividade verbal. Na materialidade lingüística, elas se refletem nas ações empreendidas pelo produtor, que, por sua vez, orienta-se por um conjunto de regras do jogo de linguagem em pauta.

Passo à apresentação dos dados do *corpus* de modo que se possam descrever e explicar, do ponto vista funcional, as etapas e as seqüências discursivas constitutivas da estrutura composicional do gênero em exame.

4.2.1 Abertura do evento

I Cabeçalho: é um fator contextualizador do evento comunicativo ou, melhor dizendo, ancora o texto na situação comunicativa no que respeita à origem (topológica/geográfica) e à época em que o texto foi produzido.

Exemplo: 1

Campo Grande, 13 de março de 1985.

II Exórdio:

a) **Saudação e vocativo:** são seqüências discursivas que abrigam rotinas comunicativas que se caracterizam como verdadeiras estratégias interativas

introdutórias da atividade de interlocução; visam, ainda, a expressar uma atitude de polidez do remetente para com o destinatário e, como já visto, indicam a natureza do relacionamento dos interlocutores.

- b) **Solicitudes e a acusação do recebimento da carta:** espaço discursivo em que são expressos os votos de saúde e paz, o sentimento de saudade, as desculpas pela demora da correspondência; a indicação do recebimento da carta e, muitas vezes, a explicitação da finalidade da carta enviada. Em resumo, a abertura, na constituição do evento comunicativo, encarna predominantemente uma função de natureza pragmática e interativa, independentemente do volume de informação aí veiculado.

Exemplo: 2

*Oi Rose, tudo bem?
Estou te escrevendo para te contar as novidades e dizer que estou com muitas saudades de você.*

(carta 62)

Exemplo: 3

*Oi amiga!
A saudade é grande! Por isso resolvi escrever mais de uma carta. Claro que o motivo não é apenas a saudade e sim de colocar o meu débito em dia com você. São duas cartas a mais que estou lhe devendo. Rafa para mim isto não é um débito mas um prazer. A única coisa que acho ruim é que nas cartas eu não consigo colocar tudo o que eu quero nas cartas. Eu sempre acho que pessoalmente seria mais diferente. Isto é lógico, não é amiga?*

(carta 38)

Exemplo: 4

*Lilian
Olá, tudo bem aí? Acho que você já deve ter recebido a carta anterior a esta, talvez a sua última tenha sido remetida antes de receber a minha, mas tudo bem.*

(carta 46)

Os três trechos, representativos do formato que assume a etapa de abertura da carta pessoal, revelam, enunciativa e interativamente, a voz do escrevente, ao instaurar, pela escrita, o diálogo com seu interlocutor. Dito de outro modo, o conjunto de estratégias

interativas – saudação⁴³, o uso recorrente de vocativo, as interpelações, os atos de desculpas – são as formas recorrentes nos textos epistolares através das quais se anuncia o encontro dos interlocutores.

Na exploração do *corpus*, verifica-se que, na abertura das cartas, regularmente, figuram as seqüências discursivas constituintes do exórdio. O quadro que segue registra o que os dados do *corpus* apontam.

Abertura	Percentual de cartas
Cabeçalho e o exórdio (saudação e as solitudes)	69%
Somente cabeçalho e saudação	29%
Sem saudação, mas com as solitudes	2%

4.2.2 Corpo do texto

Essa etapa da interação define-se caracteristicamente como o momento em que o escrevente traz para a interlocução os mais variados temas que reportam a cenas do seu cotidiano, nas quais, inclusive, encontram-se as de foro íntimo, como dito anteriormente no capítulo 3. Compreende a parte mais extensa do texto da carta, que, em termos materiais, pode ocupar mais de uma página. Verifica-se que, nesse momento da interação, o escrevente tende a falar de si mesmo e/ou daqueles com quem convive. Essa intenção do escrevente, contudo, como demonstrarei no capítulo 5, não faz da interação um monólogo ou discurso centrado no mundo do escrevente. Estrategicamente, por meio de perguntas e outros recursos lingüísticos, ao longo da interação, o destinatário vai sendo envolvido no que está sendo enunciado, interpelado sobre o que ele vem fazendo na vida, instigado a participar da interação.

Basicamente, a interlocução, nesse momento da interação, é orientada pelo propósito de fazer com que o destinatário partilhe o que está ocorrendo na vida cotidiana do

⁴³ No capítulo que segue procuro desenvolver uma discussão detalhada sobre a função da saudação no evento da carta, sob a luz dos indícios de interatividade inscritos no gênero em exame.

escrevente. Pode-se supor que esse fator justificaria a diversidade de tópicos e subtópicos⁴⁴ presentes em uma mesma carta, propriedade típica desse gênero. Além disso, outros fatores poderiam explicar esse aspecto: por exemplo, o espaçamento que há entre a troca de correspondências, que pode se dar num intervalo de dias, semanas e até meses; os fatos ocorridos nesse ínterim e, por fim, o interesse do escrevente em fazer o outro conhecê-los.

Considere-se o exemplo que segue:

Exemplo 5:

O Gusto está vendendo aqui porque comprou uma chácara pegada no Matadouro. Ele que na data 600.000,000. Se ele vender ele vai pedir prazo de 90 dias para desocupar a casa. Quanto as flores e as couves pode ficar sossegada está cada (vez) dia mais bonita. Já fui fazer rolo 2 vezes com a D. Maria. Agora Mauro que foi P/lo MG.O gordo não foi. A Dalila tá sempre aqui. A ultima vez que fui em Cianorte a Leoni estava com uma carta para mandar. O Jean já voltou da Bahia. O dinheiro do aluguel eu entreguei p/ a Dalila. OK! Eu tou com uma gripe daquelas e a 2ª vez que pego. (A cachorrada minha ta tudo legal. Agora o Duque ta com cada baita duns carrapatos desse tamanho (desenho) Esses dias tinha um bem no quarto da Dalila cada batata que só vendo. O Luiz como já disse na outra carta voltou de Paranacity com um baita saco de roupas sujas.
(carta 24)

Esse trecho pertence a uma carta cujos interlocutores são mãe e filha, esta a remetente. Nessa passagem, basicamente, a função discursiva predominante é a de noticiar/relatar os fatos que vêm ocorrendo com escrevente ou com quem ela convive. Captam-se aí fragmentos de um cotidiano doméstico e familiar, trazidos na forma de um relato, através do qual o escrevente deseja pôr em comum os episódios e as situações que vêm experienciando. Aí também se depreende que a filha parece prestar contas ou dar satisfação à mãe. Isso fica claro nos enunciados: "*Quanto as flores e as couves pode ficar sossegada está cada (vez) dia mais bonita*", "*O dinheiro do aluguel eu entreguei p/a Dalila, OK!*".

É importante observar que, na exploração das 108 cartas analisadas, na etapa da interação em exame, a ação de noticiar é o macroato de fala (Van Dijk, 1992) que

⁴⁴ A noção de tópico e de subtópico aqui adotada reportam às reflexões sobre o tema desenvolvidas por Jubran *et alii* (1991).

basicamente predomina. Conjugadas com essa ação discursiva (e muitas vezes implicada nela), estão, no escopo da interlocução, ações discursivas como confidenciar, aconselhar, lamentar, solicitar, focar e segregar; ações, como visto no capítulo 3, que concorrem para dimensionar o espaço da privacidade da interação.

4.2.3 Encerramento do evento

- a) **Pré-encerramento:** espaço em que o escrevente anuncia para o seu interlocutor que o encontro em curso está findando. Geralmente, são selecionadas fórmulas lingüísticas relativamente estereotipadas, que permitem ao destinatário identificar esse momento da interação verbal. Aí também se caracteriza o momento da revitalização do contrato comunicativo firmado pelos correspondentes: a demanda da contra - resposta
- b) **Despedida:** recurso que formaliza o fecho da interação, por meio de rotinas comunicativas que expressam uma afetividade entre os interlocutores. Vale reiterar que tanto a despedida como a saudação são seqüências discursivas através das quais se pode inferir a qualidade das relações interpessoais entre os correspondentes.
- c) **Assinatura:** unidade que, simbolicamente, pretende deixar clara a autoria do texto, que equivale a assinalar a validação do que foi ali enunciado, escrito.

Exemplo 6:

No mais acho que não tenho mais novidades, fico esperando as suas , tá Queria que você soubesse que estarei sempre com você, torcendo por você, mesmo que se passem anos e anos, você sempre foi a amiga de todos os momentos, a realmente importante, a que sempre vou me lembrar com carinho e muita ternura.

*Te adoro.
Saudades Mil.
Beijos.
kika*

(carta 50)

Exemplo 7:

Roberto, mais ou menos é isto que estou vivendo, espero ter respondido suas perguntas. Desculpe pelo "portunhol". Roberto perseverança na caminhada, que Deus esteja sempre te iluminado, mostrando o melhor caminho. (...) Dê uma abraço no Jonas y nos outros que moram com você. Dê notícias a sua família e um forte abraço a todos eles.

*Amigão, um forte abraço a você. Te curto muito. Te admiro muito.
Você é muito importante para mim.
Obrigado por você existir.*

*Até a próxima com saudade.
Zulian*

(carta 31)

Exemplo 8:

*Querida Lillian, fico por aqui, e aguardo mais notícias suas.
Um abração e um beijo
Ricardo*

(carta 47)

Nos três exemplos, as marcas que formalizam a introdução da seqüência pré-encerramento são claras: "*No mais acho que não tenho mais novidades, fico esperando as suas, tá*"; "*Roberto, mais ou menos é isto que estou vivendo, espero ter respondido suas perguntas*"; "*Querida Lillian fico por aqui, e aguardo mais notícias suas*". O escrevente não encerra de forma abrupta a interação. Ao que parece, ele vai preparando o destinatário para o término do encontro, engajando-o numa espécie de um ritual de separação, para, em seguida, findar o evento comunicativo. Nos exemplos 6 e 7, nota-se que o escrevente se estende na exposição dos seus sentimentos em relação ao interlocutor – "*Te adoro Saudades Mil; Amigão, um forte abraço a você. Te curto muito. Te admiro muito. Você é muito importante*" – para, em seguida, formalizar o fecho da interlocução, mediante a

despedida. Esta rotina comunicativa, como se pode ver, anuncia, por meio de fórmulas lingüísticas prototípicas, a afeição do escrevente pelo seu interlocutor. Para findar essa etapa, registra-se a assinatura⁴⁵, que pode variar, conforme se verifica nos exemplos: ir desde o primeiro nome ao apelido.

Para melhor visualizar, em termos quantitativos, o que registra o *corpus*, o quadro abaixo oferece uma descrição do fenômeno em foco.

Encerramento	Percentual de cartas
Pré-encerramento, despedida e assinatura	65,7%
Somente despedida e assinatura	33,3%
Sem despedida e assinatura	1,0%

4.2.4 *Post scriptum*

É uma etapa da estrutura composicional não obrigatória. Das 108 cartas, 36% apresentam a ocorrência dessa etapa. Como acenei, a função do *post scriptum*, em tese, é a de introduzir algo que deixou de ser abordado no decurso da interação, e o escrevente julga relevante registrar. Diferentemente do *e-mail*, como dito, as cartas pessoais, geralmente escritas à mão, não possuem o recurso de inserir no corpo do texto novas informações, daí o produtor fazê-lo após a etapa que compreende o encerramento da carta. Na exploração do *corpus*, constata-se que, paralela à função primeira, o *post scriptum* presta-se, por exemplo, à retomada de fatos tratados em cartas enviadas pelo destinatário; à exposição de trovas que evocam sentimentos de amizade, de carinho, etc.; à indicação de endereços; à solicitação/cobrança para que o destinatário escreva ou responda às cartas; por fim, à manifestação das costumeiras fórmulas de desculpas pelos supostos erros de grafia que possam ter ocorrido na escrita do texto.

⁴⁵ Confira-se o trabalho de Fraenkel (1995), em que são analisadas as condições sócio-históricas do surgimento da assinatura, tal como hoje entendemos esse termo, e as funções cumpridas no mundo dos gêneros da escrita, sobretudo os relacionados aos documentos públicos.

É interessante assinalar que, ao que se nota, esse momento da interação tende a revestir-se de uma função mais interativa que informacional ou instrumental, visto que aí se abriga um conjunto de estratégias interativas, fórmulas de polidez que expressam os (derradeiros) movimentos através dos quais o escrevente se volta para o seu interlocutor. Vejamos alguns exemplos retirados do *corpus*:

Exemplo 9:

Os: Esqueci de te contar? Quando chegou a conta telefônica que veio a fatura daquelas ligações aí p/ B.H. meu pai ficou louco. Estou sem usar a linha e sem fazer ligações. Que saco!

(carta. 43)

Exemplo 10:

*PS – Na próxima mandarei o endereço do Mário pois não consigo achá-lo.
O endereço do gordo é: Leopoldo Santana, Nova Maringá via São José do Riacho –MT.
O cep mão tenho em mãos, mas é só procurar no guia postal*

(carta 77)

Exemplo 11:

*Ps – Me escreva logo que tiver um tempo, estarei esperando.
Ps- Se já estiver próximo do concurso, Boa Sorte.*

(carta 50)

Exemplo 12:

*Ps: Forgive my mistakes
Dont forget or never forget: you are a **BIG FRIEND**.
Miss you.
And remember: you are special because you know to be a good friend. Kisses*

(carta 35)

Resumindo o que foi exposto, segue um exemplar das cartas do *corpus* que permite melhor visualizar, em seu conjunto, as etapas e as suas seqüências discursivas, que, como dito, são vistas por este estudo como movimentos interativos e discursivos, organizadores da estrutura composicional desse gênero epistolar. Um exemplar que, prototipicamente, ilustra a carta pessoal no aspecto em foco.

Exemplo 13:

Cabeçalho	<i>Januária 01/03/99</i>
Saudação e vocativo	<i>Saudações</i>
Solicitudes	<i>Oi Leila tudo bem? Espero que sim, porque estou bem, não está melhor por que sinto a sua falta. Leila escrevo esta carta para dá minhas notícias.</i>
Corpo da carta	<i>Logo que saí daí, quando entrei no ônibus e vi que só iam nos vê em dezembro me deu um nó na garganta e comecei a chorar. Sinto muito falta das crianças, e aí? Como eles estão? (...) Já estou na escola, sempre peço a Deus pra esse ano passar voando, porque é meu último ano aqui, vou sentir muita falta dos colegas, (...) No carnaval eu, a Ninha e o Gilvânio fomos na rampa porque disseram que uma banda ia tocar lá, quando chegamos, adivinha! Tinha só uma bandinha seca tocando e trez meninas dançando no meio da poeira. (...)</i>
Pré-encerramento	<i>Leila tem tantas coisas pra falar com você, mas se eu for falar tudo vai umas dez folhas de caderno e a caneta acabaria, por isso termino por aqui. Ah! Já ia me esquecendo dá um abraço no Jamanta. Nando, como ele está? E o Genelson te liga muito? Vão se casar? (...) Agora sim termino por aqui com um fortíssimo abraço do fundo do meu coração (desenho), e Deus te ilumine cada vez mais (...)</i>
Despedida	<i>Tchau, não esqueça de me escrever assim que a carta chegar e peça a todos que escrevam para mim.</i> <i>Te amo!</i> <i>"!</i> <i>"!</i> <i>"!</i>
Assinatura	<i>Do fundo do meu coração</i>
Post-scriptum	<i>Ass: Jeane Barboza de Souza</i> <i>Não se esquece de dá meu endereço p/ Liliane escrever para mim.</i> <i>(carta 56)</i>

4.3 A expressão de informalidade nas cartas pessoais

No conjunto das propriedades que promovem o efeito de tipicidade da carta pessoal, uma, vista como proeminente, consiste no caráter de informalidade das relações interpessoais que se manifesta na materialidade lingüística, na forma de edição do texto, no suporte utilizado, no assunto e no ponto de vista como ele é tratado, dentre outros aspectos⁴⁶.

Consensualmente, os critérios adotados para estabelecer a distinção entre eventos comunicativos formais e eventos informais partem de fatores ligados à natureza e à

⁴⁶ Os assuntos presentes na carta bem como o ponto de vista em que são construídos pelo escrevente fogem aos propósitos da investigação deste estudo.

finalidade social do evento do gênero, o que, certamente, implica a atuação dos papéis comunicativo e social dos participantes, o relacionamento interpessoal, o espaço social em que se dão os eventos comunicativos e, por extensão, o propósito comunicativo, as atitudes enunciativas e as normas de polidez, assumidas no curso da interação, que podem promover, em níveis ou graus diferenciados, os efeitos de formalidade e informalidade. A esse respeito, tal como se discutiu sobre as questões de simetria e assimetria, a formalidade e informalidade, de igual modo, não devem ser tratadas como um dado *a priori*. Ambos os traços são fruto de uma série de fatores modelados pela natureza e finalidade social do evento do gênero, inclusive por aqueles que, no curso do evento, por razões diversas, podem emergir, remodelando a conduta dos participantes.

Nos eventos comunicativos do gênero em exame, a privacidade e a informalidade são dois aspectos que se imbricam ou um parece pressupor o outro. Como visto, o relacionamento dos correspondentes sugere ser bastante estreito, fundado no âmbito das relações de parentesco e amizade. Aliada a isso, a troca contínua de cartas, expediente que mantém o contato interpessoal e a relação afetiva, é fator atrelado à própria natureza e à finalidade do gênero que contribui para que os textos, de modo geral, revistam-se de um estilo descontraído e informal.

Quanto a isso, devo reiterar que se tem aí um parâmetro para identificar como se expressa a informalidade nos textos da carta pessoal, mas não se pode perder de vista que é certo que há oscilações individuais, decorrentes do próprio estilo do escrevente (da personalidade, da condição emocional, etc.), que fogem ao alcance deste estudo precisar. O que proponho é descrever os traços mais salientes e recorrentes que revelam uma expressão de informalidade do gênero. Findas essas observações, passo a apresentar, agora, exemplos retirados do *corpus*, que me parecem representativos.

Do ponto de vista da seleção de recursos lingüísticos, dentre as evidências sinalizadoras de informalidade nos eventos da carta, destacam-se as formas de tratamento que incluem o apelido – atribuído ao interlocutor e também ao próprio escrevente, identificado através da assinatura -; as expressões afetivas (amiga, colega, querida), a abundância de vocativo. Inclui-se aí o uso recorrente de pronomes de primeira e segunda pessoas, marcas evidentes das relações dialógicas que, no caso das cartas, asseguram a simetria na interação. Através desses recursos lingüísticos, estratégica e polidamente, o escrevente dirige-se ao seu interlocutor, para interpelá-lo, incitá-lo a envolver-se com o que está sendo anunciado. Recursos dessa natureza, a um só tempo, no contexto das cartas, promovem efeitos de interatividade e informalidade (no capítulo que segue descrevo, com mais vagar, as marcas lingüísticas que atuam como indícios de interatividade na escrita). Para ilustrar essa observação, proponho apenas dois exemplos que se reportam ao uso de apelido, pois, as outras formas de tratamento já foram aqui amplamente ilustradas.

Exemplo 14:

*Oi Rafa,
Tudo bem?
As coisas aqui estão a mil amiga!*

(carta 32)

Exemplo 15:

*De quem te adora demais
Daiane

Lindinha*

(Carta 44)

Nota-se, também, em textos escritos por pessoas que parecem ser mais jovens, o uso constante de gírias, tais como, *legal, bicho, grande barato, saco, chato pra burro, cara, tudo light*. Considerem-se os seguintes exemplos:

Exemplo 16:

Bem acho que vou terminar pois estou escrevendo e atendendo os frequeses e hoje a maré tá brava.(o paquera tá aqui jogando esnuque)

(carta 15)

Exemplo 17:

Oto a nossa ex-casa: A Nena tudo bem é legal a bessa.

(carta 69)

Nessa seqüência outros indicadores de expressão de informalidade são representados por algumas formas gramaticais e lexicais do registro lingüístico coloquial. Por exemplo, a redução da preposição para (*prá, pra*), redução da forma verbal está para *tá*; o léxico constituído de palavras de uso mais corriqueiro.

Exemplo 18:

Aqui como sempre a molecada cada dia mais safada, a Michele esta uma graça sabida como sempre. O Jean esta quase do meu tamanho. Agora chega de piazada, vamos falar de coisas sérias.

(carta1)

Exemplo 19:

Oto à minha amiga, pra dizer a verdade ela não tá sabendo de nada. E o pior, acha que é o máximo. Isso que pode se chamar de babaquices, de mão cheia. Mas acho que tudo que está acontecendo com a ela tá de bom tamanho, ce me entende?

(carta102)

Um componente que, de igual modo, imprime aos textos um efeito de informalidade é abundância das abreviaturas – nomes de cidade e muitos termos gramaticais: BH, SP, Mga (Maringá); pq (porque); p/a, p/ (para); qdo, quando, tb/ tbém (também), etc..

Exemplo 20:

*Não sei quanto tempo vai demorar .Acho que irei pra i em cima da hora do aniversário. A vó está esperando o Gusto para leva-la até o gordo. (...)
Remédios ela nunca mais precisou comprar pque conseguimos amostras grátis.*

(carta23)

Exemplo 21:

*Estou em Mgá para ajudar a Dá a limpar o túmulo hoje é feriado p/ nós.
Em Cte está tudo jóia, o veio cada vez + + veio*

(carta2)

Prosseguindo, quanto à edição do texto, no conjunto de traços que imprimem às cartas pessoais um caráter de informalidade, uma das evidências mais claras é o próprio fato

de os textos serem manuscritos. No contexto das práticas de escrita de uma cultura tipográfica e digital como a nossa, a escrita à mão, a exposição da letra ou, melhor dizendo, da caligrafia é um procedimento que individualiza o texto, revela um traço pessoal do escrevente e preserva as marcas de singularidade do autor e do texto (no sentido pleno das expressões). Nesse caso, a informalidade das cartas decorre da privacidade/intimidade que envolve a relação entre os interlocutores.

Já nas práticas das cartas da esfera pública, exige-se um outro protocolo: os textos são impressos, expediente em que se refletem nuances de um formalismo. Além disso, as cartas oficiais sempre são feitas com cópia, para serem arquivadas, e um mesmo texto pode dirigir-se a várias pessoas. Os textos da carta aberta, carta comercial (publicidade) e carta à redação correspondem a um sem-número de cópias impressas, idênticas, o que lhes imprime um efeito de impessoalidade. Os caracteres padronizados do computador e das máquinas de datilografia promovem tal efeito (cf. Maingueneau, 2001).

Em razão dos textos serem manuscritos bem como das eventuais circunstâncias que possam envolver o momento da produção do texto – por exemplo, pressa, lugar onde o texto está sendo produzido, as pretensas interrupções, entre outras -, ao que parece, como indicam os dados do *corpus*, a edição dos textos é realizada no decurso da produção dos mesmos. Dito de outro modo, os reparos que o escrevente julga necessários fazer – ortográficos, introdução de palavras, corte de palavras, passagens escritas nas margens do papel – são detectados na superfície do texto. Nesse caso, o destinatário tem diante de si o produto da produção lingüística com pequenas marcas da atividade do planejamento textual (cf. Ochs, 1979). Isso sugere que o texto da carta pessoal é fruto de uma única e definitiva versão escrita, gerada ao sabor das circunstâncias da produção.

Exemplo 22:

Januária 01/03/99 (23)
 Saudações
 Oi! Tudo bem? Espero que sim, por
 que estou bem, não está melhor por
 que junto saúdo a sua falta.
 Espero esta carta para da sua
 muitas notícias.
 Espero que vai dar, quando entrar no
 ônibus e por que nos vamos nos ir
 em dezembro me deu um no na gar
 çota e comia a chorar.
 sinto muita falta das crianças e a
 como a que elas estão?
 sempre que lembro de vocês, das irmãs
 saudas do Mar me dá a vontade de
 chorar e ao mesmo tempo fico sorrindo
 quando estou na residência
 estou tão ansiosa, que não me levo
 pra de ter agradado de lá por tudo
 por isso sou a voz que a peça discul
 pa por mim.
 Como está a vida de lá
 que está morando de saudade e que
 me escreva e quando escrever diga lá
 da pra notícias seu endereço pra mim
 escrever também. Beijo na mãe em
 que esteja sendo embora eu não sei
 que tanta que foi com o fôlego e
 estou cheio pra Januária e chegou em 20

(carta 56)

Maringá 5 abril de 1979
 Saudações
 Em primeiro saúdo a felicidade a todos,
 ao qto nos tudo bem graças a Deus.
 So com muitas saudações de vocês.
 Mas você já mudou? Você acha que
 é bom você mudar do barragão da
 D.N. É o prédio de si da frente
 não vai alugar? E vocês não arrumaram
 lote ou casa para comprar e o d
 está indo bem com o caminhão?
 Me conta como vai o comércio sua vida
 e o q. falem se o D. quiser voltar
 dar o caminhão comprar uma combr
 e trabalhar de vender lingüça, mortadela
 etc, está dando esta graça pois tem
 que vender e não vende qto leva
 qto vende, pois o d. podia pegar
 uma linha para vender aqui a
 despeza é menor, e para o caminhão aqui
 tem muito serviço agora. E como vai
 a D. sempre bunitinha, já comprou
 o seu berçulho ou não? E o S. está
 contente na escola? O L. já montou
 uma máquina de arroz em Mato Grosso,
 se, já comprou do alqueires de terra (20)

(carta 72)

Nessa seqüência, assinalam-se mais dois traços que, de igual modo, expressam o caráter informal dos eventos desse gênero. Um diz respeito ao tipo do suporte usado, os papéis de carta, nos quais se incluem os bordados e coloridos, o antigo papel de seda e a simples folha de um caderno, este último expediente é o mais usado pelos produtores das cartas do *corpus* investigado. O segundo reporta-se aos vários recursos ilustrativos de que lançam mão os escreventes na escrita da carta – por exemplo, letras com formatos diferentes, desenhos, decalques, entre outros -, dando ao texto uma ornamentação dedicada aos olhos do leitor.

Exemplo 23:



(carta 36)



(carta 34)



(carta 52)

Para findar esta descrição, destaca-se um traço marcadamente recorrente na carta pessoal que se reporta à ausência de intervalos (ou espaçamentos) na superfície do texto que ocorre entre a abertura do evento e o corpo da carta. Diferentemente do que se afigura nas cartas oficiais – os espaçamentos entre a abertura, o corpo do texto, a despedida e a assinatura são definidos de forma milimétrica -; as cartas pessoais não contam com esse

protocolo, isto é, operam com outro. Sobre isso, pode-se indagar se o expediente adotado pelos escreventes da carta pessoal revela informalidade.

A respeito das cartas oficiais, do ponto de vista histórico, como observa Arabyan (1998), em um estudo sobre recomendações de manuais franceses, elaborados no século XVIII⁴⁷, tal protocolo, antes de ser um recurso meramente estético, expressa, a um só tempo, um grau de formalismo da interação e a relação de hierarquia entre os correspondentes. Comenta também o autor que, quando se tratava de interações entre iguais – correspondências trocadas por autoridades –, as exigências poderiam ser abolidas. Além disso, em resposta a um destinatário de posição social inferior à sua, o remetente, se desejasse parecer solícito ao seu interlocutor, poderia deixar de lado todo o protocolo e abolir os espaçamentos, colocando-se ali numa posição (as)simétrica.

É importante esse dado, pois, reconhece-se que os intervalos entre as etapas da composição da carta oficial – um expediente historicamente datado – não são arbitrários, mas reflexos de práticas comunicativas sedimentadas, que põem à mostra as rotinas comunicativas embutidas no funcionamento de gêneros epistolares, ainda vigentes em nossa cultura.

Para encerrar, com relação às cartas pessoais, parece plausível supor que a regularidade da ausência de espaçamento entre a abertura e o corpo da carta; entre esta e a despedida é uma rotina comunicativa que integra o sistema de normas sociais (e pragmáticas) e expressa a informalidade no evento da carta. Para ilustrar esse fato, segue um exemplar do *corpus* examinado.

⁴⁷ Conforme o autor, o referido manual foi produzido por Desmarest de Siant-Sorlin, intitulado "Traité sur la manière d'écrire des lettres".

Exemplo 24:

COMPO GRANDE 28 DE ABRIL DE 1990

QUERIDA TIA, CONCORDO E SOBREVIVOS.

RECEBI SUA CARTA. KICAMOS MUITO CONPENTE E ACHEMOS A POTEU
LINDAS, BENA QUE TENHO QUE DEVOLVER LAS.

A VIDA POR AQUI, COMO SEMPRE BASTANTE TRABALHO. COMO VOS JA
SABE ESTOU UN PANTO SUPERADA. DANDO NELA DE MANHA E A TARDE E TRABA-
LHANDO NA SECRETARIA ATÉ MEIA NOITE E BASTANTE CANSATIVO.

QUANTO AS ENCOMENDAS, ATÉ AGORA NÃO TIVE OPORTUNIDADE PARA IR
A PANTA FURA.

A MAE ESTA AQUI, CHEGOU NA 22 FEIRA SANTA, O A E A I
PASSARAI A PÁSCOA AQUI E PORAI ENORA NA 22 FEIRA.

VOCÊ MANDOU DIZENDO NA CARTA QUE O D E O J IRAI EN MARIM
NO PROXIMO MEI, BOSTAUA DE SABER SE ELES VIRAO TAMBEM ATÉ CAMPOORA
A L ESTEVE AQUI DURANTE O MES DE JANEIRO/FEBREIRO. FICOU QUASE UM ME
FOMOS CONHECER O PANTANA, ESTAVA UMA DELICIA, FOMOS DE BENE TRON E
VOLTAMOS DE ONLIVE, FOI EMOCIONANTE.

HOJE ESTOU QUASE SEM ASSUNTO. NA PROXIMA PROMETO ESCREVER MAIS.

Abraços e Beijos com Saudades

P.S. SEQUE AS FOTOS

(carta 75)

4.4 À guisa de conclusão

Considerando que no texto convergem e atuam um multissistema de ações lingüística, discursiva, cognitiva e social (cf. Beaugrande, 1997), os traços aqui discutidos trazem à tona, sem dúvida, apenas uma filigrana da complexidade aí envolvida. Não obstante isso, para os propósitos deste estudo, o desenho que procurei delinear da composição textual do gênero em exame permitiu-me realçar duas propriedades fundamentais que, articuladas a outras, concorrem para que esse gênero assuma um funcionamento sociocomunicativo específico.

Quanto à primeira propriedade, salienta-se que, sob a perspectiva de que, nas práticas comunicativas dos gêneros epistolares de nossa cultura, o modelo esboçado no item 4.1, representa uma noção que funciona como um guia para realização de um grande número de gêneros epistolares, tentei mostrar, no item 4.2, como esse fator (socio)cognitivo (saber social) reflete no uso concreto e real dos textos epistolares aqui examinados.

Embora possa soar como um truísmo, vale ressaltar, como indicam os dados, que as três etapas da composição textual da carta – abertura, corpo e encerramento – são imprescindíveis à organização do evento comunicativo. No tocante a esse aspecto, importa

observar a regularidade do emprego de seqüências discursivas que abrem e fecham o evento, além, evidentemente, do próprio corpo da interação. Quando saliento esse aspecto, é preciso dizer que não estou me referindo exclusivamente ao empacotamento lingüístico que essas seqüências encarnam, mas, sim, à dimensão funcional (natureza temática, enunciativa e pragmática) que elas implicam na composição das etapas e no curso do evento, modelando, de uma forma ou de outra, o que vai ser ali anunciado. Isso, no entanto, não equivale a afirmar que ali se prevê o modo como se diz o que se quer dizer.

Em relação isso, sem dúvida, há no processo da elaboração da carta o trabalho subjetivo do escrevente. A despeito de não ter focalizado esse aspecto mais de perto, note-se que, na construção do texto, na própria organização dos enunciados, o agenciamento dos recursos lingüísticos – seleção lexical, estruturação sintática -, a disposição de algumas informações, a escolha de estratégias de polidez ou interativas traduzem singularidade e individualidade do escrevente. É nesse espaço que, na verdade, emerge e se consolida a marca do autor (da autoria), o seu trabalho com a língua, que, mediante determinadas escolhas, procurará promover os efeitos de sentido pretendidos. Dentre tais efeitos, pode-se, por exemplo, buscar imprimir na interação um caráter informal e descontraído, próprio aos encontros com os amigos e com os familiares. Esse dado me leva à segunda propriedade reconhecida na composição textual das cartas pessoais.

Como mostrei são vários os aspectos na construção dos textos epistolares que expressam um caráter de informalidade. Um dos mais evidentes que se anuncia logo na abertura da carta são as fórmulas de tratamento que revelam proximidade, intimidade, afeto, etc.. Nessa seqüência, encontram-se as gírias, que, estrategicamente, assinalam a ausência de formalismo da interação. A abundância das abreviaturas, de igual modo, indicam uma escrita econômica, que prescinde das formalidades esperadas, por exemplo, em eventos das

correspondências oficiais. E, por fim, no processo de edição, os reparos detectados na superfície do texto, os desenhos, a escrita feita na margem do papel, dentre outros traços, põem à mostra que o jogo dialógico que se estabelece nas cartas é constituído por um conjunto de normas que buscam acentuar um contato pautado na descontração, na espontaneidade, na intimidade/proximidade. Assim, nesse jogo, o escrevente, porque conhece o seu interlocutor (ou quer conhecê-lo mais de perto), pela escrita, vai-se mostrando a ele.

Seguindo essa linha de discussão, passo ao próximo capítulo, em que procuro demonstrar traços da carta que revelam os indícios de interatividade.

CAPÍTULO 5

AS MARCAS DE INTERATIVIDADE NA ESCRITA DA CARTA

“Escreves-me com frequência, o que me é grato, pois assim te mostras a mim (te mihi ostendís) pelo o único meio de que dispões. De cada vez que me chega carta tua, eis-me de imediato juntos. Se ficamos felizes por possuir os retratos dos nossos amigos ausentes... quanto mais nos não alegra uma carta, pois traz vivas as marcas do ausente, o cunho autêntico da sua pessoa. O traço de uma mão amiga, impressa nas páginas, proporciona o que há de mais doce na presença: reconhecer”. (carta de Sêneca a um amigo)⁴⁸

Essa epígrafe traduz, com propriedade, o objeto de discussão a que me dedicarei neste capítulo: as expressões lingüísticas presentes nos textos da carta pessoal que consistem em verdadeiros indícios de interatividade. Ou, parafraseando o trecho citado, interessa-me aqui analisar as pistas lingüísticas que trazem viva a voz escrevente, que expressa de forma clara um diálogo entre um “eu” e um “tu”.

Neste momento do trabalho, perseguindo a linha metodológica e analítica eleita para explicar o funcionamento sociocomunicativo da carta, o meu olhar se volta para elementos da microestrutura do texto, os quais, como se observa aqui, são marcas do processo interativo presentes na própria materialidade lingüística do texto escrito. Esse procedimento – que, a rigor, implica uma incursão pelas dimensões do processamento verbal – orienta-se pelo pressuposto de que na superfície textual se projeta o resultado concreto do jogo de atuação interativa, discursiva, cognitiva e enunciativa engendrado num evento comunicativo.

Em relação à proposta que ora faço, é oportuno lembrar que, no capítulo 3, quando procurei demonstrar o movimento dialogal das cartas, promovido pela alternância dos papéis comunicativos, adiantei ali a hipótese de que, na própria escrita da carta, poder-se-iam também flagrar nuances da dimensão dialógica desse gênero, a partir de pistas lingüísticas,

⁴⁸ Trecho retirado do *corpus* do trabalho de Foucault (1992), que se encontra no livro “*O que é um autor?*”.

agenciadas, estrategicamente, pelo escrevente, através das quais ele intenta estabelecer uma relação direta com o interlocutor instigando a participação e o envolvimento deste no evento comunicativo em curso. Ainda, seguindo o pensamento bakhtiniano, procurei igualmente deixar claro que a noção de dialógico está diretamente ligada à de interatividade, isto é, às relações de intersubjetividade e de interlocução, pressupostas nas atividades discursivas.

Orientando-me por esses pressupostos e a fim de acercar-me do propósito aqui em mente, tomo como ponto de partida uma discussão desenvolvida por Marcuschi (2001a), em *"Marcas de interatividade no processo de textualização na escrita"*, a qual oferece a este estudo contribuições tanto conceituais como operacionais para precisar analiticamente os elementos lingüísticos que se apresentam como indícios de interatividade nos textos em exame. O item que segue presta-se à exposição dessa problemática.

5.1 Marcas de interatividade: uma noção

No referido estudo, que, a rigor, é um estímulo a discussões ainda pouco exploradas no contexto das pesquisas, Marcuschi, pautando-se nos princípios do dialogismo, deixa claro que um de seus interesses é o de problematizar a famigerada idéia segundo qual a interatividade seria uma propriedade típica da oralidade, e a escrita não seria dotada desse atributo. Nesse quadro, o autor tem como objetivo central demonstrar que no texto escrito há também traços de interatividade. Mas ressalva, logo de saída, que o que diferencia as marcas de interatividade na fala e na escrita são as estratégias de sua realização e os elementos lingüísticos utilizados, questão, vale reiterar, que vem se definindo como uma grande frente de pesquisa.

Quanto à crença de que a escrita não possui tal traço, Marcuschi comenta que isso provavelmente advém do fato de que, como a interatividade concretamente inscrita na textualidade foi investigada quase que exclusivamente na fala, o seu desconhecimento na escrita acabou contribuindo para que muitos autores postulassem que os textos atualizados nessa modalidade lingüística não apresentavam marcas dessa natureza⁴⁹. Isso, como observa o autor, parecer ter propiciado que a escrita fosse vista como uma atividade de linguagem centrada num distanciamento entre escritor e leitor (tanto do ponto de vista físico como também do funcional), e a atividade da fala concebida como aquela que promove um maior envolvimento do falante com o ouvinte⁵⁰.

Mas a tônica da reflexão do autor reside fundamentalmente no fato de que, no contexto de discussões dessa ordem, é essencial que se tenha presente que, quando se escreve, escreve-se para alguém e este alguém está projetado no horizonte do escrevente. Assim, reafirmando a tese bakhtiniana, Marcuschi (2001: 2) postula que:

a interatividade é uma propriedade geral de todo e qualquer uso da língua e não de uma das modalidades de uso, pois ninguém fala ou escreve sem ter em mente um leitor ou ouvinte, o que se expressa como propriedade dialógica da linguagem, no dizer de Bakhtin.

Partindo desse princípio, o autor esclarece, em termos conceituais e metodológicos, que a interatividade é um movimento que sugere envolvimento interpessoal e vem marcada na superfície textual, sendo parte constitutiva do texto. A passagem abaixo

⁴⁹ Sobre esse assunto, deve-se ressaltar o trabalho de Pires (1999). A autora, sob o enfoque da teoria modular, com base em um conjunto de excertos de textos literários, ressalta que, no plano lingüístico e/ou textual dos discursos escritos, não são raras as marcas que revelam a existência de um espaço interacional vivenciado pelo interagente, construído internamente no próprio texto.

⁵⁰ A esse respeito, na literatura sobre as relações fala/escrita, Chafe (1993) foi um dos estudiosos que assinalou que o envolvimento, que contrasta com o distanciamento da escrita, é promovido pelas estratégias de monitoração (pausas, entonação, heterocorreções, entre outras), pelo uso abundante dos pronomes de primeira e segunda pessoas, pelos modalizadores que expressam avaliação e a reação dos falantes. Esse envolvimento pode refletir tanto na relação entre os interlocutores, como na relação com o próprio tema ou tópico em pauta. Para o autor, dada a ausência (física) do interlocutor no contexto da produção, o produtor, na escrita, tende a envolver-se com o texto, com o plano do conteúdo semântico e informacional nele veiculado, em outras palavras, com a construção formal e semântica do texto.

capta a essência do que Marcuschi entende por interatividade no funcionamento do texto escrito:

interatividade é o movimento típico e explícito do escrevente direcionado a um leitor pretendido. Assim os indícios de interatividade serão constituídos por aquelas expressões ou formas lingüísticas que subentendem a presença de um leitor ao qual o escrevente está se referindo de maneira clara e inambígua, naquele momento. (p: 3).

Em consonância com a posição do autor, pode-se supor que nem todos os gêneros textuais devem possuir marcas de interatividade na mesma intensidade e com evidências tão claras. Em termos heurísticos, dada a multiplicidade dos gêneros textuais, do mundo da escrita, deve-se atentar para o fato de que há provavelmente uma grande variação no tocante a esse aspecto, decorrente de uma série de fatores, nos quais se inclui o próprio trabalho do produtor na construção do seu texto, isto é, as ações discursivas e os recursos lingüísticos dos quais o produtor lança mão para levar a efeito o projeto comunicativo em mente⁵¹.

Quanto a essa observação, para ilustrá-la, seguindo a linha argumentativa do autor, considera-se o seguinte: de um lado, temos a carta pessoal, plena de indícios de interatividade, os quais podem atuar, dentre outros, na forma de vocativo, marcadores discursivos, modalizadores, perguntas diretas, como mostrarei mais adiante; de outro, temos o texto noticioso que, embora nele não se manifestem elementos lingüísticos que explicitamente promovam efeitos de uma interlocução direta com o leitor, pode operar com estratégias na formulação do texto, através das quais o leitor é incitado a partilhar algo que

⁵¹ Em relação ao trabalho do produtor, na elaboração do seu texto, como já acenei no capítulo1, não se pode negligenciar um aspecto que diz respeito ao estilo. Embora fuja aos interesses deste estudo refletir de forma sistemática sobre essa questão, assinalo, com Possenti (1988:158), uma posição que me parece adequada para abordar a noção de estilo, qual seja: *se o produtor (locutor) busca, dentre os possíveis, um dos efeitos que quer produzir em detrimento dos outros, terá que escolher dentre os recursos disponíveis, terá que "trabalhar" a língua para obter o efeito de sentido que intenta*. Resumidamente, estilo está intimamente ligado com o *como* o locutor constitui seu enunciado para obter o efeito de sentido que quer obter. Isso certamente está implicado com as representações em jogo no evento comunicativo. Nessa linha argumentativa, há que ressaltar ainda o viés da individualização do sujeito no trabalho com a linguagem, que somente pode ser dimensionado na relação de interface entre o individual (subjetivo) e o social (coletivo) no uso da língua.

supostamente não lhe é conhecido. Como verifica Marcuschi, na análise de um texto desse gênero, o movimento de interatividade pode ser instaurado, dentre outros mecanismos, mediante atividades de composição textual (como explicar, exemplificar, parafrasear, ilustrar, etc.), as quais, além de proverem o texto de uma organização discursiva e semântica específica, buscam assegurar a compreensão do leitor. Essa estratégia, para Marcuschi e outros estudiosos como Koch (1997) e Hilgert (2001), efetiva simultaneamente uma ação cognitiva (em termos do processamento textual) e uma ação interativa (em termos do jogo da imagem que o escrevente projeta do seu leitor, no que toca ao que este conheça ou não).

Avançando nesta exposição, o trabalho proposto pelo autor, para demonstrar os traços de interatividade na escrita, leva-o a rastrear uma série de mecanismos textuais, agenciados pelo escrevente no processo de textualização, que sinalizam um jogo concreto de atuação interativa. Assim, a partir de uma amostra de diferentes textos, Marcuschi (p: 6 – 12) aponta uma série de tipos de indícios de interatividade, que será, aqui, resumidamente apresentada⁵²:

- I *indícios de orientação diretiva para um interlocutor determinado (promovidos, por exemplo, por diferentes marcadores discursivos; perguntas diretas (de caráter retórico), sugerindo seleção de tópicos;*
- II *indícios de premonição da face a leitores definidos (construção de argumentos, através dos quais o escrevente dialoga com o leitor a fim conquistar a sua adesão);*
- III *indícios de suposição de partilhamento ou convite ao partilhamento de saberes (verbos epistêmicos do tipo – saber, compreender, julgar -, advérbios*

⁵² Os textos analisados pelo autor pertencem a diferentes gêneros textuais: carta pessoal; notícia jornalística; resenha de livro, veiculada em jornal; trechos de textos acadêmicos – tese de doutorado, artigo científico -, textos jurídicos, artigo jornalístico; nota de rodapé. Sobre esse acervo de textos e os indícios apontados pelo autor, como ele mesmo explica, trata-se de uma proposta programática que deverá ser ampliada posteriormente.

característicos de uma modalização epistêmica; ações metalingüísticas – explicação do sentido/significação de um palavra ou conceito);

- IV** *indícios da fala de um interlocutor com o qual se dialoga (seja para endossar ou criticar um ponto de vista de alguém com argumentos que retomam a passagem citada; nesse caso, o interlocutor não está ali apenas como uma informação a mais, mas como um enunciador no debate em andamento);*
- V** *indícios de oferta de orientação e seletividade (uso de dêiticos textuais e fórmulas lingüísticas que explicitamente monitoram a atenção do leitor; em relação a esse último caso, Marcuschi sugere as recorrentes estratégias discursivas presentes em nota de pé de página: ver o livro de Pareto; confira com os dados).*

Numa rápida leitura dos tipos de indícios de interatividade identificados por Marcuschi, fica claro que o tratamento conferido às expressões lingüísticas que expressam atos de interatividade não é aquele que se volta para a eventual função ou relação sintática das mesmas, mas, sim, aquele que incide sobre as funções interativas (interlocutivas) e discursivas por elas desempenhadas no texto. Ainda, reconhece-se que a tomada das expressões lingüísticas como marcas que se afiguram sinalizadores de traços de interatividade implica uma incursão pelo processo de textualização, a fim de aí se flagrar a conjugação de uma série de ações entre as quais está, por exemplo, aquela que envolve a seleção de recursos lingüísticos e as atividades de composição/formulação textual que, estrategicamente, são agenciadas pelo produtor para atuar sobre o interlocutor, de modo que este tenha pistas para construir sentido ao que está em jogo na interação.

Relacionando essa problemática com o objeto de análise deste capítulo, a idéia de movimento do escrevente no processo de textualização da escrita, sugerida por Marcuschi, a meu ver, pode ser interpretada como (i) um movimento que se volta para a dinâmica da

própria organização textual – a relação entre as seqüências textuais e, (ii) um movimento que incide marcadamente sobre o plano pragmático (enunciativo e interativo), que decorre das relações interlocutivas entre o produtor e leitor. Ambos movimentos, constitutivos, a um só tempo, da tessitura de textos, parecem pôr à mostra o trabalho da parte do produtor na construção de seu texto, fundado, cognitiva e interativamente, numa ação cooperativa e estratégica, para levar a efeito a interação.

Para encerrar, no conjunto das observações que compreendem a conclusão apresentada no estudo em questão, conclusão tomada como hipótese geral para uma discussão mais sistemática sobre fala e escrita, é importante destacar que, para Marcuschi,

tudo leva a crer que a interatividade é um aspecto que diz respeito não tanto às modalidades de uso da língua, mas à relação do escrevente/falante com a língua. As marcas de interatividade atuam como operadores de orientação cognitiva sugerindo perspectivas de interpretação preferencial por parte do escrevente/falante. Mais do que simples marcas estilísticas são atos de fala (formas de ação), que fazem propostas, negociações, contratos e definem posicionamentos para uma relação intersubjetiva ou comunicativa mais eficaz. (p: 13 –14)

5.2 Marcas de interatividade e as rotinas de polidez

No contexto dessa discussão, entendo que, de igual modo, muitas marcas lingüísticas, selecionadas para efetivar os atos de interatividade, podem ser vistas como formas através das quais são atualizadas estratégias de polidez, ou seja, procedimentos discursivos e interativos que, estrategicamente, são mobilizados para manter o equilíbrio interpessoal da interação. Particularmente, no conjunto das 108 cartas examinadas, como mostrarei mais adiante, o escrevente é um produtor que sempre está atento ao seu destinatário, mobilizando uma série de estratégias de modo que torne possível e facilite a construção de um diálogo. Na verdade, como me indica o *corpus*, o destinatário, enunciativamente, instala-se no próprio movimento da produção do texto, na medida em que o escrevente o interpela, incita-o, convoca-o, orienta-o, monitora sua atenção, pressupõe um compartilhamento de informações e negocia saberes. Em outros termos, há aí sinalizações

de procedimentos discursivos e interativos que podem afigurar-se fortes estratégias interativas que compreendem rotinas de polidez.

Algumas rotinas são previstas e agenciadas ritualisticamente nas relações interativas dos eventos comunicativos desse gênero em nossa cultura (as saudações, as despedidas, por exemplo); outras, pode-se supor, são geradas na própria condução da interação, cujo efeito, ao que parece, é o de, polida e cooperativamente, assegurar uma interlocução em que as faces dos correspondentes sejam sempre preservadas.

Sobre essa problemática, Brown e Levinson (1978), como já anunciei anteriormente, estudando o fenômeno da polidez no uso da linguagem, ressaltam que o princípio da polidez se funda no propósito de manter o equilíbrio social e as relações cordiais entre os interlocutores. Ser polido, uma máxima normalmente observada pelos interlocutores, que pode variar de cultura para cultura, é um comportamento que pressupõe respeitar as necessidades de aprovação e preservação das faces dos interlocutores engajados na interação.

Valendo-se do estudo de Goffman (1974 b) sobre a auto-imagem pública (face) construída pelos participantes na interação, Brown e Levinson (p:62) distinguem dois aspectos complementares da auto-imagem construída socialmente: a face negativa (FTAs) e a face positiva (FTA). Esta reporta ao desejo, da parte dos participantes, de aprovação social e reconhecimento da face (auto-imagem); aquela reporta ao desejo da não imposição do outro e às reservas do território pessoal (privado).

Para os autores, há um conjunto de estratégias das quais os interlocutores (os participantes) lançam mão para resguardar a sua face e não arranhar a face do outro. Ou seja, na medida em que o falante não ameaça a face do ouvinte, este não ameaça a face daquele. A preservação da própria face implica que se tenha o cuidado de não ameaçar a face do outro e, nesse jogo, ao preservar a face do outro, deve-se atentar para não perder/arranhar a própria face.

Brown e Levinson (*op. cit.* p: 74) ressaltam também que há uma série de fatores de natureza social que podem se caracterizar como um risco potencial dos atos ameaçadores da imagem dos interlocutores, a saber: (i) a distância social entre os interlocutores; (ii) o poder do ouvinte sobre o falante, e vice-versa; e, por fim, (iii) o grau de imposição de um ato sobre a imagem do falante e do ouvinte.

No caso das cartas, considerando-se o relacionamento dos correspondentes e os propósitos que cercam o evento comunicativo, pode-se admitir que a construção das faces, modelada ao longo do evento, parece assentar-se num jogo em que o escrevente, como já acenei, tem uma preocupação de ser solícito; apresentar-se íntimo, sem pretender ameaçar o território privado do parceiro e o seu próprio; envolver o interlocutor com o que está sendo anunciado; solicitar dele uma aprovação discursiva (um apoio); tecer-lhe elogios; e, ainda, como visto, confiar-lhe segredos. Em outras palavras, como me apontam os dados, ao longo da interlocução entre os correspondentes, são efetivadas várias estratégias, linguisticamente materializadas, que revelam que a intenção do escrevente é a de instaurar um espaço interlocutivo em que formas de polidez positiva prevaleçam.

Esboçadas as orientações nas quais me pautei para empreender a análise dos dados em questão, o caminho que agora faço é de o apresentar o resultado da atividade de rastreamento de marcas lingüísticas presentes no texto das cartas, que expressam atos de interatividade.

5.3 Rastreamento as marcas de interatividade na escrita da carta: trabalho de descrição e análise

Na exploração do *corpus*, ficou evidente que carta pessoal constitui um campo fértil de ocorrências de expressões lingüísticas e mecanismos de organização textual que concorrem para promover atos de interatividade. Tais elementos caracterizam-se como

formas concretas para efetivar as estratégias interativas, projetadas pelo escrevente no curso do evento. Assim, conforme as orientações teóricas e metodológicas aqui assumidas, para identificação dos indícios de interatividade na carta, elegi dois critérios: um diz respeito à orientação direta e inequívoca interpessoal; o outro, à ação do produtor sobre o texto e sobre o destinatário, com o propósito de orientá-lo, cooperativa e interativamente, em relação aos movimentos discursivos e textuais gerados na tessitura textual.

Resumidamente, o trabalho de rastreamento de pistas na superfície textual buscou identificar os movimentos que revelam concretamente o jogo de atuação interativa, discursiva e enunciativa engendrado pelo escrevente no evento comunicativo.

No conjunto das cartas examinadas, as pistas lingüísticas identificadas como atos de interatividade no texto são as seguintes: (i) marcadores discursivos, (ii) enunciados interrogativos (saudação, perguntas diretas), (iii) dêiticos textuais, (iv) formulações metadiscursivas, (v) reproduções de diafonia, (vi) vocativo, (vii) fórmulas de despedida e (viii) atos de desculpas.

Quanto aos itens (vi), (vii) e (viii), devo esclarecer que, como esses aspectos foram discutidos no capítulo interior, parece-me desnecessário retomá-los aqui. Findas essas observações, agora procederei à análise dos dados e começo por fazê-lo cuidando dos marcadores discursivos.

5.3.1 Marcadores discursivos

Não pretendo me alongar em uma exposição sobre os marcadores discursivos, vista a ampla e conhecida literatura sobre essa temática. O que faço aqui é tão-somente uma breve explanação para deixar claro como esses elementos são concebidos no corpo das discussões teóricas desta pesquisa.

A grande maioria dos trabalhos sobre marcadores discursivos (também conhecidos por marcadores conversacionais) é construída com base em *corpus* oral. Somente para lembrar, considerem-se as pesquisas elaboradas no âmbito do Projeto Gramática do Português Falado, em cujo conjunto se encontram os estudos de Marcuschi (1991), Risso (1999), Urbano (2001), dentre outros.

Os Marcadores discursivos (MD), de acordo com literatura sobre o tema, do ponto de vista formal, apresentam-se como expressões de natureza lexical e não-lexical (como *bom*, *sabe* e *ah*, *heim*, respectivamente), geralmente vazias ou esvaziadas de conteúdo semântico. E, quanto ao aspecto sintático, costuma-se dizer que eles são sintaticamente independentes. Já, do ponto de vista das funções interativas (comunicativo-interacionais), como explica Urbano, no trabalho já citado, os MD

funcionam como articuladores não só de unidades cognitivo-informativas do texto como também dos seus interlocutores, revelando e marcando, de uma forma ou de outra, as condições de produção do texto, naquilo que ela, a produção, representa de interacional e pragmático; que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação pessoal. (p. 90-91)

Sob a luz dessas considerações, verifica-se no *corpus* em exame uma alta ocorrência dos MD, que, do ponto de vista funcional, podem ser enquadrados em dois grandes blocos: (i) os que são basicamente de natureza interativa, com forte orientação interpessoal e (ii) os que são relativamente interativos, isto é, tanto sinalizam a mudança de tópicos ou seqüência de tópicos⁵³ como sugerem monitorar a atenção do destinatário.

5.3.1.1 Marcadores discursivos interrogativos: entende?; tá?; viu?; lembra?; sabe?; não é ?; ok ? e heim?

⁵³ Somente para recordar, a noção de tópico adotada por este trabalho reporta às reflexões sobre o tema desenvolvidas por Jubran *et alii* (1992).

Não obstante o fato de essas expressões lingüísticas possuírem fontes gramaticais distintas (verbo: tá e viu; interjeição: heim e ok; advérbio de negação + verbo ser: não é – fórmula que lembra as *tgs questions*), julgo que, para os propósitos deste estudo, elas podem ser reunidas em um mesmo conjunto de MD, visto que, do ponto de vista funcional, no *corpus* em exame, todas atuam caracteristicamente como estratégias interativas, por meio das quais o escrevente busca uma aprovação discursiva de seu destinatário para o que está sendo enunciado (cf. Urbano, 1999).

Na exploração do *corpus*, verifica-se que esse grupo de MD é bastante expressivo, em termos de número de ocorrência (90 ocorrências), conforme especifica o quadro que segue.

<i>MD</i>	<i>Não é? e variações</i>	<i>Tá?</i>	<i>Viu já viu, viu né?</i>	<i>Entende?</i>	<i>Sabe?</i>	<i>Ok?</i>	<i>Heim?</i>	<i>Lembra?</i>
Nº de ocorrência	39 x em 32 textos	19 x em 15 textos	17 x em 13 textos	2 x em 2 textos	6 x em 4 textos.	7x em 5 textos	4 x em 4 textos	4 x em 4 textos

Para ilustrar esse quadro, arrolarei alguns exemplos, retirados do *corpus*:

Ex:1 Ct 52	<i>Mas é pra vim ok?</i>
Ex:2 ct 24	<i>Quando você for me avise tá?</i>
Ex:3 ct. 45	<i>Mas vá com calma não se desgaste demais, tá bom?</i>
Ex:4 ct. 56	<i>Esta festa é ótima e vocês não pode perder ainda mais Kakau né?</i>
Ex:5 ct.38	<i>Eu sempre acho que pessoalmente seria diferente. Isto é lógico, não é amiga?</i>
Ex:6 ct 50	<i>As vezes fico triste pois todos os "Amigos" que me acompanharam ficaram para trás, mais aí vem você e isso me conforta muito, viu.</i>
Ex:7 ct. 3	<i>Eu fico com muita pena dele por causa disso, e uma coisa que eu não soube com resolver você entende</i>
Ex:8 ct. 20	<i>O Dito sempre correndo? deve ter muito xodó com a netinha não è? Ela deve estar uma sapequinha, heim? O da Luíza está muito arteiro, acho que vai puxar a ela, lembra?</i>

Para efeito de análise, considerarei o trecho 8, pois ali, numa pequena porção de texto, ocorrem três MD: *não é?*; *heim?* e *lembra?*.

Nesse trecho, depreende-se que, através dos MD, discursiva e interativamente, o escrevente age sobre o seu destinatário, na medida em que, como dito, busca uma aprovação discursiva para o que declara nos enunciados que antecedem o MD. Quando o escrevente afirma que o “Dito *deve ter muito xodó com a neta, não é?*”, pode-se apreender que o tom conferido por ele a esse enunciado não é marcadamente o de uma interrogação ou de uma interpelação, pois a força ilocutória que a ação discursiva aí encarna não é de uma pergunta ou pedido, no seu sentido estrito, mas, sim, a de uma carga argumentativa, cujo efeito é de o confirmar (ou frisar) algo, supostamente, tomado como certo ou possível aos olhos do escrevente, que parece acreditar que o destinatário está em plena anuência. Essa observação atesta, de igual modo, o funcionamento de *heim ? e lembra ?*. Ambos MD também indicam uma direta orientação interpessoal, através dos quais se busca o apoio e a atenção do interlocutor. Em suma, vê-se que, nos textos da carta pessoal, o escrevente, num diálogo construído a distancia, ao mesmo tempo em que se mostra ao seu destinatário, no sentido de (pres)supor uma concordância com que é dito, instiga-o a envolver-se com o que é anunciado, um envolvimento que sugere ser fruto de um compartilhamento de saberes, de posições sobre o que está em jogo, o que pode levar a uma intercompreensão.

Passo agora à descrição de mais quatro MD, em cuja atuação se mesclam efeitos de interatividade bem específicos.

5.3.1.2 Marcadores discursivos: *bom, bem, ah, olha*

- Marcadores: Bom e Bem.

Como se pôde verificar no *corpus*, a frequência regular dos MD *bom* e *bem* fornece uma indicação de que ambos atuam como uma estratégia da organização textual, mas cujos efeitos discursivos são mais de natureza pragmática que semântica. Por essa razão, reúnos aqui em um mesmo grupo, para efeito de análise. No conjunto das 108 cartas, o número de ocorrências de *bom* corresponde a 15, distribuídas em 12 textos; já *bem* figurou 8 vezes em 6 textos.

Em termos funcionais, a atuação discursiva desses MD se mostra como uma forma sinalizadora para a introdução de um novo tópico no curso da interação. Na configuração textual da carta, eles parecem promover uma espécie de demarcação discursiva entre um tópico concluído e outro a ser provido pelo escrevente. Uma demarcação cujo efeito sugere uma orientação que o escrevente imprime ao texto, com o propósito de monitorar o seu interlocutor naquele momento da interação, de modo que este perceba que o tópico está sendo mudado. Sobre essa atuação, considerem-se os exemplos 9, 10, 11, 12 e 13. Há casos que o uso dos MD sinalizam que a prosa, em curso, está se encerrando, considere-se o exemplo 14.

Exemplo 9:

*Não sei nem como te pedir desculpas pela demora de lhe escrever, acho que não há explicação de minha parte. **Bom** colega são tantas novidades para lhe contar que se eu começar a lhe falar todas eu não pararia nunca de lhe escrever*

(carta 52)

Exemplo 10:

*Deus sabe o que faz e como ele é da mesma profissão entende os meus anseios: fazer pós-graduação, crescer como profissional, e assim, é bem mais fácil. **Bom**, chega de falar de mim. E você como está? Onde está morando? Com quem? Como está a saudade?*

(carta 50)

Exemplo 11:

Ah! Pretendo devolver a fita do aniversário quando for aí, mas se vocês tem pressa mando como veio. **Bom**, a reforma do bar começa nesta semana.

(carta 22)

Exemplo 12:

Primeiramente, peço desculpas por não ter escrito antes, mas é que estava à espera de novidades. **Bem**, faz um mês e meio que voltei para Londrina.

(carta 28)

Exemplo 13:

Bem, chega de viajar, vamos ao trabalho: continuo trabalhando no Logos, estou lecionando pois saíram as nomeações e como sou obrigada a lecionar, já viu, vou à noite como nos velhos tempos.

(carta 1)

Exemplo 14:

Bem, amiga queria poder ficar escrevendo mais, porém, o tempo está escasso.

(carta 34)

Para efeito de explicação, considerem-se os trechos 9 e 12 que ilustram abertura do evento, na qual se atualizam os recorrentes atos de desculpas, como já visto, e a entrada no corpo da interação. Nesse caso, uma vez apresentadas as desculpas por que ainda não havia escrito, percebe-se que objetivo dos escreventes é o de avançar na interação, isto é, trazer à cena enunciativa as notícias de seu cotidiano. Assim, na formulação de seus textos, os escreventes lançam mão dos MD em questão, que, estrategicamente, contribuem para promover o efeito de finalizar um tópico para introduzir outro.

Sobre o funcionamento dos MD *bom* e *bem*, nas cartas, comparativamente com o que observa Risso (1999), em seu trabalho sobre marcadores em textos orais, é interessante assinalar um dos traços característicos de *bom* e *bem*: são expressões linguísticas que não imprimem, em termos sintáticos e semânticos, nenhuma articulação com o conteúdo informativo veiculado no segmento tópico que os encabeça. Contudo, como sugere Risso (*op.cit.*: 265), esses MD asseguram uma ancoragem pragmática do conteúdo, ao definirem, entre outros pontos, a força ilocutória com que ele pode ser tomado, se se entende que ali os

MD se prestam também a uma checagem de atenção do destinatário para a mensagem transmitida, ou seja, esses MD contribuem para a orientação discursiva que o escrevente confere à condução da interação.

- **Marcador: AH**

No conjunto desses quatro MD, o *ah* apresentou o maior número de ocorrências nos textos da carta pessoal: 21, distribuídas em 17 cartas. Observa-se, no *corpus*, que *ah* é um MD de natureza sempre exclamativa e com valor fático e sugere exprimir um tom mais evocatório que o de surpresa ou admiração em torno do que está sendo anunciado. Apresenta-se como uma estratégia interativa, através da qual se pode flagrar uma reação espontânea do remetente, isto é, uma nuance de sua expressividade diante do destinatário em relação a uma informação nova trazida à cena enunciativa ou a um tópico já em andamento.

Dito de outro modo, em termos funcionais, o movimento discursivo apreendido na atuação de *ah* aponta para uma ação de envolvimento da parte do escrevente tanto com o que diz como com o seu destinatário em relação ao que está sendo ali anunciado. Sob essas condições, no conjunto dos textos em exame, percebe-se que, na atuação de *ah*, mescla-se, a um só tempo, uma atitude de subjetividade, no sentido do auto-envolvimento do produtor com o que está sendo anunciado, e de intersubjetividade, na medida em que ele busca captar a atenção do destinatário, envolvendo-o no que está sendo exposto e, assim, monitorando a sua atenção.

Sobre o efeito evocatório que esse MD sugere promover, é importante assinalar alguns aspectos. Considerando-se os ambientes de sua ocorrência em relação ao andamento dos tópicos na interação, ao que parece, para o escrevente, é imprescindível,

naquele momento da interação, trazer à cena enunciativa uma informação/comentário porque (i) julga pertinente ao tópico em andamento e, (ii) parece que se lembrou, em tempo, de algo que não poderia deixar de levar ao conhecimento de seu interlocutor. Nesse sentido, a função de **Ah**, no curso da interlocução, que introduz uma informação importante, não necessariamente ao tópico em andamento, sugere que o escrevente pretende alertar o seu interlocutor que está introduzindo uma informação que não deve passar despercebida.

Considerem-se os exemplos:

Exemplo 15:

*Semana passada meu "querido governador" notificou me que meu 13º salário será parcelado em 24 meses. Isso não é ilário? Porém, antes assim do que nada. **Ah! Fiquei rouca por mais de dez dias. Imagine só, eu dando aula rouca! Não consegui! Meus alunos não resistiram a tanta sensualidade! (...)***
Nilson mais bonitinho (o cabelo agora cresceu um pouquinho). Continua jogando peteca como sempre.
Ah! Vou cortar meu cabelo de novo! Acho que qdo nos encontramos você não me reconhecerá. Adorei meu cabelo curto.

(carta 34)

Exemplo 16:

As roupas que você mandou estou usando, menos a blusa de frio, está quente por aqui.
Ah! Pretendo devolver a fita do aniversário quando for aí.

(carta 23)

Exemplo 17:

*Por enquanto, o carro está com o Fábio porque até hoje não saiu a minha carteira. Agora falta pouco. **Ah, diz pro Nilson adivinhar que chaveiro eu estou usando... Itacar.***

(carta 32)

Exemplo 18:

*Vamos ver se eu conseguirei realizar esse desejo. Você sabe como são as designações. "um monte de urubus para uma carniça" **Ah! E as suas aulas de natação como vão? Eu estou ainda na ginástica.***

(carta 38)

Exemplo 19:

*Leila tem tanta coisa pra fala com você, mas se eu for falar tudo vai uma dez folha de caderno e caneta acabaria, por isso termino por aqui. **Ah, já ia me esquecendo dá um abraço no (Jamanta) Nando, como ele está?***

(carta 56)

Nessa seqüência, é interessante assinalar uma única ocorrência de **ah**, no *corpus*, diferente daquelas que se caracterizam como as mais regulares. Considere-se o trecho que segue:

Exemplo 20:

(...) Estou chateada! Ele tem que soltar um novo concurso do estado. Sabe que o último concurso do estado foi em 1985. Um absurdo!
Ah, mas vamos mudar de canal. Esse mês é muito importante para duas pessoas especiais
 (...)

(carta 35)

Nesse trecho, apreende-se que o **ah** não possui um tom evocatório, tal como apresenta nos casos exemplificados. O efeito discursivo que o MD sugere provocar é o de impaciência da parte do escrevente com o tema cuja discussão, para interação, ao que parece, não merece uma atenção. Assim, o movimento que promove esse MD, no seio da interlocução, é o de conferir à interação um avanço em seu curso, mediante a mudança no foco da discussão, quando explicitamente propõe o abandono do tópico em pauta – por razões que fogem de nosso alcance precisar. Não obstante essa singularidade que encerra esse MD, sua atuação, contudo, continua mesclada por uma atitude de subjetividade e intersubjetividade.

- **Marcador: Olha/olhe**

De natureza imperativa e predominantemente fática, com uma pequena variação formal, o MD **olha / olhe**, atua, nos textos examinados, também como uma estratégia interativa, com um forte efeito de orientação interpessoal. Das 108 cartas, o *corpus* registrou 18 ocorrências, distribuídas em 16 cartas. Os trechos que seguem atestam que o escrevente na escrita do seu texto procura fazer presente o seu interlocutor. Ele o convoca, interpela-o, enfim, incita-o a participar da interlocução. Pode-se recuperar o efeito discursivo dessa

intenção na abertura dos enunciados, encabeçado pelo MD *olha, olhe*: o escrevente deseja instigar atenção e o envolvimento do destinatário para o que vai ser anunciado.

Exemplo 21:

*Quem sabe quando eu terminar o curso eu de uma chegada aí, se tudo der certo eu me formo em agosto. **Olha** Marilene acho que desta vez eu esto na profissão certa (...)*
(carta 90)

Exemplo 22:

*Já sei, está muito ocupado, não? Mas pelo menos dê um sinal de vida. Poxa ! **Olha**, o que você faz comigo.*
(carta 39)

Exemplo 23:

*Espero que esteja bem, você e o bebê! Foi tudo certo no parto? Correu tudo bem? **Olhe**, cuidado.*
(carta 85)

Exemplo 24:

*Ficamos de greve, iremos ficar estudando até janeiro, eu continuo a mesma, estudando o necessário e acho muito. **Olha** queria que você soubesse que o fato de não ter respondido a sua carta nem da Dayse, não esqueci da pergunta que me fez sobre a festa do 12 aqui em O.P.*
(carta 52)

Para efeito de explicação, tomo o trecho citado em 21. O escrevente, ao falar do curso que vem fazendo, revela para o seu interlocutor, com entusiasmo, que agora parece ter se acertado em uma profissão. O MD *olha*, seguido do vocativo (Marilene), marca uma forte orientação apelativa do escrevente sobre o seu destinatário, ou seja, parece ser desejo do escrevente motivar o destinatário a atentar para o que vai ser anunciado, o que conseqüentemente requer do destinatário uma atenção. Como dito em passagens anteriores, o escrevente das cartas pessoais parece sempre contar com a compreensão do destinatário, com o seu envolvimento. No trecho em foco, reflexo de um momento da interação, percebe-se que o escrevente busca fazer o destinatário participar de seu entusiasmo.

5.3.2 Os enunciados interrogativos

No conjunto dos 108 textos do gênero em exame, há centenas de enunciados interrogativos, os quais, como se pôde verificar na exploração do *corpus*, são atualizados, pelo escrevente, no curso da interlocução, para atender a propósitos discursivos distintos, quais sejam: efetivar um cumprimento/saudação na abertura do evento (Oi, Marilene, tudo bem?); saber sobre algo, que recorrentemente envolve o destinatário e os seus familiares (E a menina que nasceu?) e, em menor escala, avaliar o conteúdo de uma proposição proferida (Isso não é um absurdo?)⁵⁴. Como se pode notar, são enunciados interrogativos que nem sempre encerram uma pergunta, como nos casos da saudação e da avaliação.

A respeito, particularmente, das saudações e das perguntas acerca de algo, Marcuschi, no estudo sobre marcas de interatividade na escrita, aqui já visto, analisando um exemplar de carta pessoal, sugere que essas construções lembram o estilo de pares adjacentes - seqüência típica da organização do texto da conversação, como propuseram Schegloff e Sacks (1973), dentre outros. Embora não pretenda explorar tal aspecto sob essa perspectiva, é oportuno registrar que a sugestão feita por Marcuschi, ao meu ver, é muito interessante, visto que a dinâmica interlocutiva que o escrevente confere à interação evoca, numa certa medida, os movimentos promovidos por uma das partes de pares adjacentes. Somente para lembrar, regularmente um par adjacente é uma seqüência de dois turnos que co-ocorrem e se prestam a organizar localmente a conversa. Pode assumir a forma de pergunta/reposta; cumprimento/ cumprimento; convite /aceitação (recusa); ordem/execução, dentre outras ações discursivas (cf. Schegloff e Sacks ,1973; Marcuschi,1991).

⁵⁴ Dado o baixo número de ocorrências de perguntas que encerram uma avaliação do escrevente ao que está enunciando, não introduzi esse fenômeno no conjunto dos dados que tomo para efeito de análise. Somente para ilustrar, aponto os raros exemplos encontrados nas cartas: Isso não é ilário?; Já pensou?. Quem diria, Jô, eu uma senhora casada?

Quanto ao gênero em exame, é preciso reconhecer, contudo, que os seus textos não contam com a realização de pares adjacentes que conjugam as duas partes, isto é, na carta, a segunda parte, aquela pretensamente proferida após o cumprimento ou a pergunta ou o pedido, etc., não se atualiza por razões do próprio esquema de produção e recepção do texto. Não obstante esse fato, pode-se dizer que se flagram nas cartas enunciados interrogativos cuja formatação lingüística, força entonacional e valor acional (illocutório e perlocutório) se apresentam relativamente semelhantes às partes introdutórias de pares adjacentes que realizam uma saudação e as perguntas sobre algo, estas explicitamente diretivas. Já as repostas às perguntas e os retornos às saudações na carta, é certo que eles não se enquadram no esquema dialógico da conversação, no qual, em princípio, há sempre um retorno provável, marcadamente pontual, em tempo real (cf. Urbano *et alii*, 1993). As repostas às cartas, como dito, sempre há, mas não equivale a tomá-las no escopo das configurações dos pares adjacentes. Quanto a uma das partes de pares adjacentes – pergunta sobre algo e saudação -, somente para ilustrar considere-se o exemplo, retirado do *corpus*:

Exemplo 25:

Marilene!!	
É com grande alegria que escrevo para você. Como vai? Está boa?] saudação
E o Sidnei? O seu Dito? E a menina que nasceu ? É bonita, heim... Eu vi o rostinho dela na nota de cruzeiro. Bonita e fofinha. Como é. Está bem aí? A vida está boa? (...)	
Quando você vem para São Paulo? E eu quero um dia ir te visitar. Como se faz para chegar aí? É só descer em Belo Horizonte e pegar um ônibus que vai para Cicobe?] perguntas sobre algo
	(carta 59)

Como se pode ver, nesse trecho, os enunciados interrogativos expressam notadamente a voz de um escrevente que saúda o seu interlocutor e o interpela no desenrolar da cena enunciativa. Esses enunciados, que, de fato, lembram parte de um par

adjacente, consistem em verdadeiras estratégias interativas, que, articuladas com outras, no curso da interação, visam a manter uma interlocução viva do escrevente com o parceiro, construída nas bases de uma relação notadamente polida. Vejamos isso mais de perto nos itens que se seguem.

5.3.2.1 As fórmulas de saudação

Nos eventos das cartas, como indiquei, os escreventes abrem a interação utilizando-se de uma interrogação que consiste na realização do ato de saudar. Essa ação discursiva de natureza dialógica configura-se como mais uma das estratégias interativas que integra a rotina comunicativa embutida no evento desse gênero. Como se pode ver nos exemplos que seguem, a ação de saudar, geralmente, assume, em termos lingüísticos, o seguinte formato: **{interjeição + nome do destinatário + expressão interrogativa}**. Verifica-se que as variações dos recursos lingüísticos utilizados para empreender tal ação parecem ocorrer no escopo da fórmula descrita. Retomando os resultados já apresentados, é interessante assinalar que, no conjunto das 108 cartas, somente 2 cartas (3,6%) abrem o evento sem recorrer a essa estratégia; 28 cartas (25,9%) empregam exatamente essa fórmula lingüística; as demais cartas, equivalentes a 72,2 %, operam com as variações previstas pela fórmula. Considerem-se os exemplos retirados do *corpus*:

Ex:26 ct. 43	<i>Olá, como vai você ?</i>
Ex:27 ct. 77	<i>Olá, pessoal! tudo bem?</i>
Ex:28 ct. 3	<i>Olá, Marlene está tudo bem com vocês?</i>
Ex:29 ct. 50	<i>Minha querida amiga, como vai você?</i>
Ex:30 ct. 46	<i>Lílian, Olá, tudo bem aí?</i>

Através das fórmulas de cumprimentos, uma rotina de polidez, ambos os participantes têm sua face preservada, positivamente. Noutros termos, isso equivale a dizer que, através dessa estratégia interativa, o efeito discursivo que o escrevente deseja promover é de o apresentar-se solícito, gentil e próximo ao seu interlocutor. Considere-se o exemplo 29, em que o interlocutor é saudado polidamente, mediante um tratamento carinhoso. Sobre isso, como comenta Mendes (1996: 38-39), a atuação das estratégias de polidez está implicada com a seleção dos recursos lingüísticos empreendida pelos interlocutores; ainda ressalta a autora que esse procedimento reflete os traços do discurso e a competência comunicativa do sujeito.

Aí, nesse momento da interação, ritualisticamente, instaura-se, por assim dizer, o encontro dos dois correspondentes. Mediante o diálogo escrito, o escrevente se faz presente ao seu interlocutor e, enunciativamente, este é envolvido na interação. Noutras palavras, as formas interrogativas, *como vai você?* ou *tudo bem?* dão a impressão de que o escrevente põe-se próximo ao seu destinatário, recriando uma atmosfera de um bate-papo informal e íntimo, no qual o parceiro, pela prática da leitura, vai significando as pistas oferecidas pelo texto e (re)construindo cognitivamente e interativamente o espaço dialógico aí projetado. A esse respeito, ressalta-se mais uma vez que é possível supor que as reações do destinatário ao ato de saudação, embora não se manifestem verbalmente, não seriam diferentes das rotinas de polidez na vida cotidiana.

5.3.2.2 Perguntas: estratégia de envolvimento interpessoal

Conforme indicam os dados do *corpus*, 89 % das cartas examinadas trazem em seus textos enunciados interrogativos que encerram claramente uma interpelação ou uma indagação do escrevente com o propósito de saber sobre como está o seu interlocutor e

seus familiares, quando estes são por ele conhecidos. O conteúdo proposicional das perguntas faz preferencialmente referência a situações que envolvem a vida cotidiana ou, noutros termos, a questões de âmbito privado, como visto no capítulo 3.

Diferentemente da saudação, que, como dito, ritualisticamente abrem o evento das cartas, as perguntas não ocupam um lugar determinado no interior do evento: ora seguem imediatamente a abertura, ora se encontram no corpo do evento, ora dividem o espaço com as seqüências discursivas do encerramento. O outro aspecto que me parece muito curioso é que elas tendem a concentrar-se em blocos: ora se voltam para questões que giram em torno dos familiares, ora em torno apenas do destinatário. Em relação a esse último, nota-se que o escrevente, na verdade, não formula apenas uma pergunta, mas uma constelação de perguntas. E, por fim, as perguntas encerram explicitamente um ato diretivo, cujas expressões interrogativas freqüentemente estão elípticas. Os exemplos que seguem ilustram as perguntas cujo foco incide sobre os familiares ou sobre o universo cotidiano que os envolve.

Exemplo 31:

E os filhotes da Suzi. Puxaram a Suzi ou o Tico? E o Dito o que fez com a cachorrada? E as crianças, estão indo bem na escola? O Renato, este ano passa? E a Simone, tem ido à Missa? Já batizou?

(carta 23)

Exemplo 32:

Como esta o Washington e a noiva dele esqueci o nome dela me desculpe, estou muito empenhado nas minhas coisas que tem hora que esqueço, mas não importa o que importa é eu lembrar. (...)

E o papai continua daquele jeito de sempre preocupado com bobearias, adoro ele.

(carta 64)

Considerando a natureza do relacionamento dos correspondentes e o contrato comunicativo aí subjacente, pode-se supor que o destinatário interpretará as perguntas como aquelas através das quais o interlocutor intenta obter informações para partilhar do universo de coisas de sua vida. A atitude do escrevente, ao querer saber sobre algo, pode ser

entendida como uma manifestação de um engajamento afetivo e pessoal com aqueles que, pela carta, busca consolidar um relacionamento interpessoal. Nos trechos exemplificados, pode-se depreender mais uma vez que o escrevente, mediante atos explicitamente diretivos, faz-se presente ao seu interlocutor, e este, ao mesmo tempo, é incitado a envolver-se no diálogo. Essa estratégia, como venho sinalizando, revela-se como mais um forte indício de interatividade, dada a orientação interpessoal conferida à interlocução.

Passo agora aos trechos cujo objeto interpelado é o próprio destinatário, ou seja, é a respeito dele que se fala, ou melhor, é sobre ele que se quer saber.

Exemplo 33:

E você?? O que tem feito ultimamente? Viajou nesse feriado? Eu fiquei p/aqui, pois tenho parentes para visitar. E o seu serviço, está tranquilo? Aquelas pessoas ainda estão te incomodando? Você está morando em Bh ou voltou p/ Contagem?

(carta 49)

Exemplo 34:

Bom, chega de falar de mim. E você como está? Onde está morando? Com quem? Como está a saudade?

(carta 50)

Exemplo 35:

Mas chega de falar de mim! quero saber de você! quais são as boas novas! (roberto)

(carta 43)

Em relação a esses trechos, além das perguntas, foco aqui de minha atenção, julgo oportuno realçar outro ponto que revela também de modo explícito o movimento do escrevente para o seu interlocutor.

Com base nas pistas dos enunciados “E você???”; “Mas chega de falar de mim”; “Bom, chega de falar de mim”, pode-se inferir que o tópico em pauta parecer girar em torno de algo que não se refere ao destinatário. Através dessas pistas lingüísticas, o escrevente assinala claramente uma mudança no curso da interação, ao interpelar diretamente o seu interlocutor – *E você ??? (O que tem feito ultimamente?); Mas chega de falar de mim!; Bom,*

chega de falar de mim. Nesses dois últimos casos, relativamente semelhantes, o escrevente parece preparar o interlocutor para a mudança de tópico que vai se realizar, enxertando aí uma explicação que fundamente a razão da mudança; no outro caso, no entanto, a introdução do novo tópico parece ocorrer de forma meio brusca. Aliás, pode-se imaginar o efeito que o próprio uso dos três sinais de interrogação busca provocar, se se atentar para a curva entonacional ascendente, marcadamente, acentuada, neles sugerida e combinada com a forma diretiva da pergunta. Saliento mais uma vez que aí se flagra claramente o escrevente incitando o destinatário, interpelando-o como se estivessem ali face a face. Sobre essa estratégia interativa, pode-se pensar que, se a pergunta assumisse esta estrutura – *o que você tem feito ultimamente?* –, talvez o movimento proporcionado pela seleção e disposição dos recursos lingüísticos no enunciado, pudesse ser minimizado, isto é, em “*E você ????*”, fica evidente que o ato de perguntar, explicitamente diretivo (e a sua força acional-ilocutória e perlocutória) incide, num primeiro momento, sobre o sujeito interpelado e não sobre aquilo que se deseja saber: *o que tem feito ultimamente.*

Antes de encerrar, cabe mais uma observação. A mudança de tópico que se vê nesses trechos, com o propósito de trazer à cena explicitamente o interlocutor, poderia ser entendida também como uma estratégia de polidez, através da qual o escrevente procura manter, discursiva e pragmaticamente, o equilíbrio da interação de modo que ela não se transforme em uma (inter)locução, cujo objeto do dizer (tema/assunto) se circunscreva exclusivamente em coisas do mundo do escrevente. Comparativamente, poderíamos aqui supor os eventos conversacionais em que apenas um fala e fala apenas de si próprio, monopolizando a conversa. Em situações como essa, provavelmente pode-se instaurar um constrangimento da parte do ouvinte. No caso das cartas em exame, parece que o escrevente procura evitar tal situação, quando enuncia “*Mas chega de falar de mim! quero*

saber de você "!, "Bom, chega de falar de mim. E você como está?"; "E você????". Sobre isso, voltando a Brown e Levinson, já citados, pode-se admitir que essa forma de polidez expressa a intenção do escrevente em preservar, mutuamente, as faces. Isto é, como comentam os autores, as pessoas, em geral, cooperam (e pressupõem a cooperação mútua) na manutenção da face na interação, sendo essa cooperação baseada na vulnerabilidade mútua da face.

5.3.3 Dêiticos textuais

Outra marca lingüística também identificada como elemento que contribui para promover os indícios de interatividade, na carta, são os chamados dêiticos textuais (DT). A rigor, os DT atuam na organização textual, fazendo referência a algo dentro do texto, seja a uma porção do texto ou a um conteúdo, o que equivale a dizer que a sua referenciação é não pontualizada, ao contrário de muitos casos da anáfora. Como observa Marcuschi (2001a, 1995b: 12), um importante aspecto dos DT diz respeito ao fato de eles porem à mostra como concebemos o texto enquanto objeto no qual e sobre o qual agimos, no processo de sua construção. Isto é, por meio dos DT, o produtor dá ao leitor/ouvinte sinais de como o conteúdo informacional (as proposições) está sendo distribuído e organizado ao longo da tessitura do texto. Dessa perspectiva, como afirma Marcuschi, apreende-se a espacialidade do texto, situando o leitor a respeito do que pode vir mais adiante no texto, relembrando-o do que foi já discutido. Noutros termos, os DT permitem que se coloque em evidência, no curso da interação, a ação do produtor no texto (por exemplo, *mais adiante tratarei desse assunto*) ou do leitor em relação ao texto (*como foi discutido no início deste capítulo*) ou do conteúdo em relação ao texto (*aqui cabe uma observação*). Em suma, os DT caracterizam-se como recursos que indicam uma orientação dos interlocutores (produtor e

leitor) em relação ao texto e um alinhamento recíproco dos interlocutores no curso da interação.

Particularmente, no caso da carta pessoal, os DT ocorrem com regularidade na etapa em que se anuncia o encerramento do evento comunicativo, o que, em termos numéricos, corresponde a 61% de ocorrências nas cartas. A sua função predominantemente é a de sinalizar para o destinatário que a interlocução está encerrando-se ou, melhor dizendo, o evento comunicativo está chegando ao fim. Conforme o *corpus*, os DT, geralmente, atuam em estrutura das seguintes fórmulas lingüísticas: "*Fico por aqui*" ou "*Termino por aqui*", cuja manifestação compreende 58% de ocorrências. Outra fórmula que poder se vista como uma concorrente desta é a expressão "*Sem mais*", (*abraços a todos*), que equivale a 13% das ocorrências. É interessante assinalar que *sem mais (abraços a todos)* parece trazer os resquícios da fórmula, *sem mais nada a tratar, (agradeço ou despeço-me)*, uma rotina comunicativa, ainda em uso, em documentos oficiais. Nas cartas, pode-se dizer que a fórmula em questão traz implícitos elementos que, no co-texto, encarnariam uma carga dêitica, por exemplo, a expressão *nada*, cuja referência não compreenderia uma porção do texto, mas, sim, tudo o que foi anunciado, ou seja, os assuntos tratados ao longo da interação. Em outros termos, através dessa fórmula (e das demais apontadas), flagra-se que a intenção clara do escrevente é a de assinalar que como não há mais nada o que contar/relatar, é hora de despedir-se, finalizar o evento. Esse efeito de sentido é, de igual modo, proposto em "*Fico por aqui*" ou "*Termino por aqui*". Vejamos alguns exemplos, retirados do *corpus*, que ilustram essas observações:

Ex. 36 Ct. 56	<i>Agora sim termino por aqui com um fortíssimo abraço do fundo do meu coração</i>
Ex. 37 ct. 35	<i>Amiga, fico por aqui, deixo mil abraços e prometo escrever mais rápido do que você imagina.</i>
Ex. 38 ct. 46	<i>Vou parando por hoje e aguardo sua resposta, tá? Até mais!</i>
Ex. 39 ct. 92	<i>Olha cunhada poraqi é so ate a próxima (ct do cunhado</i>
Ex. 40 ct. 10	<i>Sem mais, abraços a todos.</i>

Em, por exemplo, "*Agora sim termino por aqui*", o escrevente, através dos DT em destaque, sinaliza para o destinatário que a interação está sendo finalizada. As indicações – temporal (agora) e espacial (aqui) –, simultaneamente, reportam ao tempo da ação do produtor sobre o texto e, em relação ao texto e à enunciação, instauram um envolvimento entre os interlocutores. Em suma, o movimento discursivo apreendido na atuação dos DT, nas cartas, aponta para uma ação de envolvimento da parte do escrevente tanto com o curso da interação como com o seu destinatário em relação ao desenrolar da mesma. Esse movimento é mais uma expressão de uma articulação que se explica, no caso das cartas, por razões de ordem pragmática. Nesse sentido é que entendo que aí se revela mais um indício de interatividade na escrita da carta.

5.3.4 Formulações metadiscursivas

Na literatura sobre as atividades de formulação de texto, desenvolvida basicamente por pesquisa sobre texto oral, a noção de formulação metadiscursiva remete, de modo geral, a ações empreendidas pelo produtor na organização do texto com o fim de avaliar ou comentar expressões ou seqüências de expressões usadas no desenvolvimento do discurso, tendo em vista o fato de essas expressões poderem vir a causar problemas de verbalização ou de comunicação (cf. Hilgert, 1993, 2000). Neste estudo, no entanto, opero com essa

noção de forma mais alargada, não a restringindo a estratégias tomadas, exclusivamente, no escopo das atividades de reparo ou reformulação de seqüências textuais, como se prevê em análise de textos orais. Ou seja, a noção aqui em foco não deve ser compreendida como uma atividade metaformativa, que pressupõe uma ação de corrigir ou reformular uma formulação anterior.

No quadro deste estudo, por formulação metadiscursiva entende-se a ação do produtor sobre a organização do texto, mediante a introdução de novos tópicos na cena enunciativa, a fim de incrementar o desenvolvimento da interação, e, ao fazê-lo, sinaliza explicitamente a operação que está sendo empreendida, por meio de uma expressão lingüística. Para deixar clara a noção que encerra os termos da expressão em pauta, reconheço, com Fávero *et alii* (1998), que formular um texto implica a realização e efetivação de atividades que estruturam e organizam os seus enunciados. No trabalho de produção, em que são pressupostas ações cognitiva, lingüística, textual e pragmática, o esforço que o produtor faz para elaborar os enunciados se manifesta, de uma forma ou de outra, por traços deixados em seu texto; aliás, o que aqui venho fazendo, nesta seção, não é senão pôr à mostra alguns desses traços. A noção de metadiscursiva remete à ação da parte do produtor de refletir ou comentar sobre o processo discursivo que está sendo por ele empreendido, no texto em produção.

Resumidamente, no caso das cartas em exame, as formulações metadiscursivas realizadas pelo escrevente parecem pôr à mostra o seu trabalho na construção do texto em relação à organização do fluxo informacional. Essa atividade, como dito, parece voltar-se para incrementar um avanço no curso da interação, e, ao fazê-lo, o escrevente, deliberadamente, orienta a atenção do destinatário para a mudança em curso. Esses dois movimentos – um dirigido para dinâmica do texto; outro para o interlocutor – refletem a

mobilização de estratégias que pretendem assegurar a interlocução e interação entre os interlocutores. Considerem-se os exemplos que seguem, os quais, em termos de número de ocorrências no *corpus*, representam 16,06%, manifestadas em 18 cartas.

Ex. 41 ct. 56	<i>Karla deixando este assunto irei contar um pouco de mim. Bom ainda estou namorando firme.</i>
Ex. 42 ct. 90	<i>Bom agora vou falar da maim Olha a velha esta o maior barato nada esta certo pra ela.</i>
Ex. 43 ct. 12	<i>Depois dessas narrações todas, como vão as coisas por aí?</i>
Ex. 44 ct. 32	<i>Mudando um pouquinho a direção da nossa "conversa", Vitor e Nilson estão ótimos. Vitor estudando mais esse ano.</i>
Ex. 45 ct. 53	<i>Mudando de assunto, adorei tuas cartas.</i>
Ex. 46 ct. 36	<i>Ah, mas vamos mudar de canal. Esse mês é muito importante para duas pessoas especiais para mim.</i>

Para efeito de análise, considere-se o trecho 41. Em *"deixando esse assunto irei contar um pouco de mim"*, são agenciados vários recursos lingüísticos que concorrem para realizar uma formulação metadiscursiva. Tanto em (i) *deixando esse assunto*, como em (ii) *irei contar um pouco de mim*, vê-se claramente a operação (meta)discursiva empreendida: (i) há sinalização clara de que o tópico será mudado; (ii) o verbo *contar* encerra a própria ação discursiva que pretende efetivar e é seguido do tópico que passará a ser objeto de discussão na cena enunciativa (falar de si). Em suma, na própria atividade de produção do texto, os procedimentos adotados para efetivá-la são explicados. Esse movimento ancora-se tanto no próprio espaço discursivo e semântico (organização textual), como no espaço interativo (sinalização clara de uma negociação para a mudança de tópico).

Passemos agora à ultima marca lingüística, identificada por este estudo, que, de igual modo, revela como, interativamente, nos textos da carta pessoal, o escrevente cria espaços discursivos e enunciativos para trazer à cena enunciativa a voz ao seu interlocutor.

5.3.5 Diafonia

No conjunto dos indícios de interatividade presentes nos textos examinados, constata-se, em 23% das cartas, a atuação de mais um movimento de interlocução direta do escrevente para seu interlocutor que se manifesta quando a voz deste se manifesta na tessitura discursiva do texto. Isto é, o escrevente faz ecoar atos enunciativos de seu parceiro ao retomar (ou fazer menção às) informações veiculadas na carta por ele recebida. Fenômeno dessa natureza, na perspectiva bakhtiniana, é comumente visto como efeito de polifonia, que pode ser também abordado, conforme prevê Authier-Revuz (1982), como uma heterogeneidade mostrada. Não obstante essa concepção, vejo como útil, do ponto de vista conceitual, a sugestão de Roulet (1985), para quem, no discurso do locutor, a retomada de proposições efetivas ou virtuais de seu interlocutor (isto é, a quem de fato se dirige) é tratada como diafonia⁵⁵. Roulet, que examina esse fenômeno também em cartas pessoais, aborda a retomada (ou reativação) de informações do interlocutor pelo locutor como mecanismo puramente instrumental da reconstituição do intercâmbio. Vejamos como esse fenômeno se dá nas cartas do *corpus* investigado.

Exemplo 47:

*Tia a senhora perguntou se mãe já ganhou nenê.
Já ganhou mais infelizmente morreu*

(carta 65)

Nesse trecho pode-se constatar a inserção de uma proposição, oriunda do discurso do interlocutor, no texto (resposta) do escrevente; este retoma o que foi lhe solicitado para então responder à solicitação. Há aí uma menção da fala do corresponde, organizada na forma de um discurso indireto.

⁵⁵ Para Roulet *et alii* (1985), a polifonia propriamente dita pressupõe, dentre outros mecanismos, citações de proposições de outros enunciadores, de terceiros. Já a diafonia implica a retomada no discurso do locutor de proposições efetivas ou virtuais de seu co-enunciador. A respeito dessa temática, confira também Assis (2002), cujo foco incide sobre as reproduções diafônicas no *e-mail*; Monserrat (2001), que se volta para descrever esse mecanismo na conversação.

Sobre isso, Considerando a natureza do relacionamento dos correspondentes, os propósitos comunicativos que cercam o evento da carta, sou levada a entender que as retomadas diafônicas nos textos desse gênero não cumprem apenas a função meramente instrumental de reconstituir o intercâmbio, dada a distância espacial e temporal entre os interlocutores. Sem perder de vista essa função, como sugere Roulet, vejo-as como uma estratégia cujos efeitos discursivos implicam o que Bakhtin chama de atitude responsiva ou a contra-resposta. Noutras palavras, trata-se de uma estratégia utilizada pelo escrevente para sinalizar a sua compreensão e aceitação do ato discursivo do parceiro. Além disso, no escopo dessa função, admite-se que as retomadas diafônicas nas cartas expressam um envolvimento interpessoal dos parceiros e acentuam o compromisso com o contrato comunicativo aí instaurado, o de responder ao interlocutor as demandas por ele impostas. Para ilustrar, proponho outros exemplos que confirmam também esse efeito:

Exemplo 48:

Me parece que você tem mais novidade do que eu, pra começar, não estava sabendo nada disso que você me contou, exceto a sua futura visita aqui em SP., dita na carta anterior. (...) Sabe Lilian, com relação ao seu noivado, cheguei a pensar que seu casamento até já estava marcado, fiquei surpreso com isso. Mas quando a gente percebe que não vai dar certo, o melhor é partir p/ outra.

(carta 47)

Exemplo 49:

A respeito de emprego, não está nada fácil encontrar um que seja bom e ao mesmo tempo com remuneração alta. Em SP. não é diferente dos outros lugares. (...) A média de salário de recepcionista/aux de escritório é de 1 a 2 sm. Eu posso dar uma olhada nos classificados, ok?

(carta 46)

Exemplo 50:

Você mandou dizendo na carta que o Dito e o Sidney irão em Maringá no próximo mês, gostaria de saber se eles virão também em Campo Grande.

(carta 15)

Na esteira dessa argumentação, pode-se, de igual modo, pensar que as retomadas diafônicas, como sugerem os dados, consistem em estratégias de manifestar formas de polidez. Nos trechos 48 e 49, onde se afirma, "*não estava sabendo nada disso que você me contou na carta; sabe Lilian, com relação ao seu noivado*"; "*A respeito de emprego*", as retomadas diafônicas, que parecem ter passado por uma reformulação por parte do escrevente, deixam revelar uma atitude atenciosa do escrevente como um parceiro que compartilha a questão em cena e se mostra envolvido com a situação narrada pelo correspondente. Da mesma forma, em 50, a retomada da informação, veiculada na carta que precede o evento em curso, funciona como uma estratégia interativa através da qual, explícita, ao mesmo tempo, a atenção do escrevente sobre fato em cena e a intenção deste ao buscar saber mais sobre uma possível ida a Campo Grande.

5.4 À guisa de conclusão

Neste capítulo, procurei mostrar que os textos da carta pessoal trazem na sua materialidade lingüística marcas que põem à mostra a construção do processo interativo desenvolvido pelo escrevente no curso da interação. Para a proposição desse recorte, como dito, apoiei-me no pressuposto de que na superfície textual se projeta o resultado concreto do jogo de atuação interativa, pragmática, discursiva, cognitiva e enunciativa engendrado num evento comunicativo.

No tocante a esse aspecto, considerando que na materialidade do texto atuam constelações de traços que expressam os movimentos que o produtor constrói para levar a

efeito a seu projeto comunicativo, certamente, outras tantas marcas lingüísticas que poderiam ser tomadas como indícios de interatividade não foram contempladas por este estudo. Isso, sem dúvida, anuncia que são necessárias outras incursões pelo universo da tessitura dos textos que nos permitam sistematicamente desenhar como a dialogicidade da carta é construída, na singularidade dos eventos, sedimentando a prática comunicativa desse gênero. Aliás, como Marcuschi pondera, uma investigação sistemática e de grande fôlego sobre os traços de interatividade na escrita está ainda por fazer.

Assim, este estudo, sem pretender ser exaustivo, objetivou demonstrar como o escrevente (refletidamente ou não) estabelece uma interlocução viva, mediada pela escrita, com o seu destinatário, agenciando, estrategicamente, uma série de recursos lingüísticos e mecanismos de construção textual que possam levar a efeito tal fim. No trabalho da produção do texto, como procurei mostrar, o escrevente coloca-se, discursiva e enunciativamente, na interlocução como se o seu interlocutor estivesse presente e, assim ao fazê-lo, a carta constitui o espaço em que se efetiva a *inter-atividade* entre os sujeitos. Com o propósito de promover esse efeito, o texto se tece em movimentos – dimensionados na forma da saudação, das perguntas, dos marcadores discursivos, da formulação metadiscursiva, retomadas diafônicas – que serão reconstituídos cooperativamente pelo destinatário, no ato da leitura. Assim imprimindo, com sua interpretação, a sua marca pessoal, o destinatário completa o circuito comunicativo previsto pelo evento da carta e, para abrir um novo, efetivado mediante a troca de cartas, ele se coloca como o potencial escrevente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de compreender de forma sistemática *o que faz da carta pessoal uma produção de linguagem, socialmente situada, que engendra uma forma de interação particular*, este estudo, baseando-se em 108 cartas postadas, procurou responder a essa questão tomando como centro de sua atenção a análise dos fatores pragmáticos, discursivos e sociocognitivos que concorrem para delimitar as propriedades do funcionamento desse gênero, as quais lhes conferem um efeito de tipicidade.

A definição desse recorte metodológico reflete tanto a própria natureza e extensão do objeto de estudo como o pressuposto aqui defendido: *toda e qualquer atividade discursiva se constitui na forma de um gênero textual, contextualmente situada, para atender às necessidades comunicativas, impostas pelas demandas da vida cotidiana, sejam as pessoais, as profissionais, ou as de um cidadão comum, enfim, a de um ator social que vive, “querendo ou não”, imerso até a cabeça em textos, falados e escritos – a produção simbólica de uma sociedade.*

Orientando-se por princípios teóricos e metodológicos advindos do sociointeracionismo e da etnometodologia, este estudo construiu um percurso metodológico que compreende uma articulação entre a micro e a macroanálise do objeto em investigação, o que o motivou a fazer incursões por diferentes dimensões do funcionamento do gênero carta pessoal.

Sobre isso, importa salientar que a própria natureza e extensão do objeto e as implicações de tomar a categoria gênero textual como fio condutor das análises dos dados me levaram à aplicação do modelo analítico que, numa visão processual, me permitisse uma compreensão mais clara do objeto investigado. Assim, o trabalho analítico desenvolvido

partiu da exploração de dados elementares do contexto da situação comunicativa – organização e funcionamento do quadro participativo (produção e recepção) –, focalizando e articulando cada um de seus elementos, para, então, à luz deles, contemplar níveis macro e microestruturais do funcionamento do texto.

Retomando brevemente esse quadro, devo assinalar que, na tentativa de responder à questão norteadora deste trabalho, tomei, como ponto de partida, o mapeamento panorâmico das condições sócio-históricas e culturais da emergência do gênero carta pessoal e a sua relação com alguns gêneros epistolares que integram o conjunto das produções discursivas do tipo correspondência de nossa sociedade. À luz de estudos sobre a temática, foi possível garimpar boas evidências de que a carta pessoal, na sua concepção, surgiu para efetivar as transações sociais entre os homens, construir novos contatos interpessoais e consolidá-los, para, então, fixar-se nas esferas sociais das relações privadas. Desse quadro, pude inferir que, no surgimento desse gênero, atuaram, a um só tempo, movimentos de contenda e estabilidade que modelam o seu uso e função sociais, na medida em que as suas práticas comunicativas são redimensionadas, para responder a demandas sociais do cotidiano das atividades privadas, que nunca se interrompem.

Sob a luz desse cenário, seguindo o percurso metodológico e refinando o trabalho de análise dos dados do *corpus*, verifiquei que a carta pessoal é um gênero essencialmente dialógico. Essa dimensão, como pude precisar, manifesta-se em vários planos do funcionamento do gênero, a saber: (i) no movimento dialogal, gerado pelas idas e vindas das cartas, que fomenta as relações interpessoais; (ii) na atividade de troca de cartas, o destinatário tende a ser sempre o próximo remetente e, assim sucessivamente, e aí se efetiva a alternância de papéis comunicativos; (iii) no contrato comunicativo, instaurado nesse jogo dialógico, pressupõe-se um compromisso ou a chamada *atitude responsiva ativa*

da parte dos correspondentes, aos quais são dados o mesmo direito e dever de escrita; (iv) na estrutura da composição textual, atuam-se etapas cujas seqüências discursivas modelam o movimento e o curso da interação; na expressão da informalidade presente no texto; e, por fim (v) na superfície textual, na qual inúmeras marcas lingüísticas atuam como indícios de interatividade, reveladores do resultado concreto do jogo de atuação interativa, discursiva, cognitiva e enunciativa, engendrado no evento comunicativo das cartas.

Com base nos resultados obtidos na pesquisa, esboço uma conclusão geral que considero adequada para resumir esse quadro, a qual pode ser assim expressa: **o funcionamento do gênero carta pessoal é constituído por movimentos essencialmente dialógicos que atravessam as práticas comunicativas e se refletem no processo de textualização da escrita, o que confere a esse gênero o seu efeito de tipicidade.**

Devo lembrar que, conforme as minhas convicções, quando se trabalha com linguagem como objeto de investigação, dada a sua plasticidade, parece que de fato estamos sempre diante de um *iceberg*. Ao se colocar foco em alguns pontos, corre-se o risco de ter deixado outros à sombra. Daí a necessidade constante de construção de outros gestos de leitura. Convicta disso, posso dizer que há um bom terreno para se explorar no mundo das práticas da carta pessoal, por exemplo, a proposição de uma tipologia dos temas/assuntos veiculados na carta, dada a pluralidade de temas aí tratados, inclusive em um único texto; os atos (e macroatos) de fala e as atitudes enunciativas adotadas pelo escrevente; o funcionamento da pontuação, que tende a seguir um ritmo curioso.

Nessa seqüência, considerando o futuro das cartas pessoais na nossa sociedade, penso que mereceria uma investigação, numa perspectiva etnográfica, sobre as pessoas ou grupos sociais que ainda usam cartas pessoais em nossa sociedade. Sobre isso, pelo que se tem notícia, há espaços sociais como orfanatos, asilos, clubes da 3ª idade, prisões,

hospitais, etc., que lançam mão das cartas pessoais para viabilizar a construção de novas relações interpessoais ou manter o contato com aqueles que se encontram distantes (penso, inclusive, numa distância que transpõe a dimensão geográfica).

Acredito, ainda, que temos um terreno pouco explorado em torno das questões sobre as relações de similitude e diferença entre carta pessoal e *e-mail*; entre carta pessoal e conversa espontânea, vistas no quadro de um *continuum* tipológico, de modo que possa estimular o debate sistemático sobre fala e escrita, que vem sendo empreendido.

São vários os caminhos que estão por fazer, outros em se fazendo; nesse contexto, acredito que esta pesquisa pode contribuir para ampliar as discussões que estão sendo desenvolvidas em torno da problemática dos gêneros textuais, como dito, uma frente de pesquisa que vem consolidando-se no Brasil. A esse respeito, voltando à origem desta investigação, espero que as discussões aqui propostas, inclusive o modelo analítico adotado, possam oferecer subsídios para o trabalho com gêneros textuais nas práticas de ensino e aprendizagem da língua materna, pois, como muitos acreditam – e estou junto com eles nessa empreitada – na escola,

na verdade, o que se aprende (ou se deve ensinar) a escrever são os gêneros discursivos que correspondem a atividades discursivas reais e concretas que o sujeito pratica no universo social em que está inserido. Desse modo, parece evidente que, para se apropriar da linguagem escrita, em seus processos diversos de funcionamento, que ocorrem e se manifestam sob a forma de texto, não basta uma prática escolar de escrita cuja diretriz se dá por meio de um tema qualquer e por indicação de tipos textuais. Escrevem-se, entre outras coisas, cartas, convites, diários, contos, crônicas, procurações, declarações, listas de compra, etc. São essas diferentes práticas de escrita, que figuram na sociedade, com usos e funções sociais diferentes, que devem constituir o objeto de aprendizagem de língua na escola (cf. Silva, 1995: 202).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. Le genres du discours épistolaire: de la rhétorique a analyse pragmatique des pratiques discursives. In: *La Lettre, entre réel e fiction. Approche linguistique de l' échange épistolaire*. Sous la direction de SIESS, Jürgen.Paris. Sedes. 1998, pp. 37- 53.

ARABYAN, Marc. Blanc épistolaires et marques de distinction dans le traité sur la manière d'écrire des lettres de Desmarest de Saint-Sorlin. In: LEEMAN, D. et BOONE, A. (éds.): *Du percevoir au dire* Paris: L' Harmattan, 1998, pp. 411 – 422.

ARNS, Paulo Evaristo. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

ASSIS, Juliana Alves. Explicitação/implicitação no *E-mail* e na Mensagem em Secretária eletrônica: contribuições para o estudo das relações oralidade/escrita. Belo Horizonte: UFMG/ FALE, Tese de Doutorado, 2002.

AUTHIER-REVUZ,J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: Eléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV, Revue delinguistique*, nº 26, 1982, pp. 91-151.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxcismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoievski*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1997.

BARKENKOTTER, Carol & HUCKIN, Thomas N. *Genre Knowledge in disciplinary communication: cognition/culture/power*. New Jersey; Laurent Erlbaum Associates, 1995, pp.1-26.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: Dino Preti (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas – FFLCCH/USP, v. 4, 2000, pp. 57-78.

BARTON, David. & HALL, Nigel. (eds.). *Letter Writing as a Social Practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999.

BASSO, Keith H. The Ethnography of writing. In: (eds.) BAUMAN, R. & SHERZER, J. *Explorations in the Ethnography of speaking*. Cambridge University Press, 1974, pp. 425-432.

BAZERMAN, C. Letters and the Social Grounding of Differentiated Genres. In: BARTON, D & Hall, N. (eds.). *Letter writing as a social practice*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1999, pp.15-29.

BAZERMAN, C. *Shaping Written Knowledge*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of the text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, Alex, 1997.

BERKENKOTTER, Carol & Huckin, Thomas N. *Genre knowledge in disciplinary communication: cognition/culture/power*. New Jersey: Laurent Erlbaum Associates, 1995.

BERGER, Peter & LUCKMANN. *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BEX, Tony. *Variety in Written in English – Texts in society: societies in text*. Canada: Routledge, 1999.

BHATIA, Vilay K. *Genre analysis today*. *Revue Belge de Philologie et Historie*. Bruxelas: 75, 1997, pp. 692-652.

BIBER, Douglas. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BRONCKART, Jean-Paul. Interactions, discours, significations. In: *Langue Française: typologie des discours*. Paris: Larousse, nº 74, 1987, pp. 29-50.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.

BROWN, Penélope & LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

BROWN, Penélope & FRASER, Colin. *Speech as a marker of situation. : Social markers in speech*. Klaus R. Scherer and Howard Giles (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 1979, pp. 33-62.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

CHAFE, W. L. Integration and involvement in speaking and oral literature. In: *Spoken and Written language: exploring orality and literacy*. (ed.) TANNEN, Deborah. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1993, pp. 35-52.

CHARAUDEAU, P. *Langage et Discours. Eléments de Sémiolinguistique. Théorie et Pratique*. Paris, Hachette, 1983.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CLARK, Herbert H. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DARNTON, Robert. *Rede de Intrigas*. Folha de S. Paulo, Caderno Mais, São Paulo, 30 de junho de 2000, pp. 4-13.

DIERKS, Konstantin. The familiar letter and social Refinement in América, 1750 –1800. In: BARTON, David and HALL, Nigel. (eds.). *Letter Writing as a social practice*. Amsterdam: Cambridge University Press, 1999, pp. 31- 42.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ERICKSON Frederik & SHUTZ, Jeffrey. O “quando” de um contexto: questões e métodos na análise da competência social. In: RIBEIRO, Telles Branca & GARCEZ, Pedro M. (Orgs.) *Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Age, 1998, pp. 142-153.

ERICKSON, Thomas. Social Interaction the Net: Virtual Community as participatory Genre. (Publicado no Proceedings of the Thirtieth Hawaii International Conference on Systems Science. January, v.6. pp.13-21,1997, Maui Hawaii).

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London/New York: Longman, 1990.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FÁVERO *et alii*. Discurso e interação: a reformulação nas entrevistas. In: DELTA, vol.14, número especial, São Paulo: EDUC, 1998, pp. 91-103.

FÁVERO, Leonor Lopes, *et alii*. A correção do texto falado: tipos, funções e marcas. In: NEVES, Maria H. de Moura. (Org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESP, vol. 7. Novos Estudos, 1999, pp. 53 – 76.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. Lisboa: Veja, Passagens, 1992.

FRAENKEL, Béatrice. A assinatura contra a corrupção do escrito. In: BOTT'RO, J. e MORRISON, K. *et alii*. (Orgs.). *Cultura, Pensamento e Escrita*. São Paulo: Ática, 1995.

FRANÇA, Vera. Do telégrafo à rede: o trabalho dos modelos e a apreensão da comunicação. In: PRADO, José Luiz Adair (Org.). *Crítica das Práticas Midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas*. São Paulo: Hacker Editores, 2002, pp. 57-77.

GOFFMAN, Erwin. *Les rites d'interactionn*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1974a.

GOFFMAN, Erving. *A frame analysis*. New York: Harper & Row, 1974b.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (Orgs.) *Sociolingüística Interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998a, pp.11-15.

GOFFMAN, Erving. Footing. In: RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (Orgs.) *Sociolingüística Interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998b, pp. 70-97.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópoles, RJ: Editora Vozes, 1999.

GUMPERZ, John & HYMES, Dell. (eds.) *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1974.

GUMPERZ, John. *Discourse strategies*. Cambridge; Cambridge University Press, 1982.

GUMPERZ, John. Contextualization and understanding. In: DURANTI, Alessandro e GOODWIN, Charles (eds.) *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GUMPERZ, John. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, Telles Branca & GARCEZ, Pedro M. (Orgs.) *Sociolingüística interacional: antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Age, 1998, pp. 98-119.

GRILLO, R. *Dominant language*. Cambridge: Cambridge University Press. 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HALL, Nigel. The materiality of letters writing: a nineteenth century perspective. In: BARTON, D. & Hall, N. (eds.). *Letter writing as a social practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999, pp. 83-108.

HALLIDAY, M.A. K. & HASAN, R. *Language, Context and text: Aspects of Language in a Social-semiotic Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HILGERT, Gaston. Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do Português Falado*. Vol III: As abordagens. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo, FAPESP, 1993, pp. 99-118.

HILGERT, Gaston. A construção do texto "falado" por escrito na Internet. In: DINO Preti (Org.). *Fala escrita em questão*. (Projetos paralelos – NURC/SP – Núcleo USP – vol.4) São Paulo: Humanitas, 2000, pp.17- 55.

HILGERT, Gaston. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: Dino Preti (org) *Análise de Textos Orais*. (Projetos paralelos – NURC/SP – Núcleo USP – vol.1) São Paulo: Humanitas, 2001, pp.103-128.

HOLMES, J & Meyerhoff, M. The Community of Practice. In *Theories and methodologies in Language and gender research*. *Language in Society*. 1999, 28: 173-183.

<http://www.icp.pt/>

<http://www.unpi.com/upu.html>

HUDINILSON, Urbano, *et alii*. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, Ingedore V. (Org.). *Gramática do Português Falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPEESP, vol 6, Desenvolvimento, 1996, pp.21-94.

HYMES, Dell. On communicative competence. In: PRIDE, J.B & HOLMES, J. (eds.) *Sociolinguistic*. Baltimore: Peguin Books, 1972, pp. 269-93.

HYMES, Dell. *Foundations in sociolinguistics*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.

ISENBERG, Horst. Cuestiones fundamentales de tipologia textual. In: BERNARDEZ, Enrique (Org.). *Lingüística del texto*. Madrid: Ascolibros, 1987, pp. 97-129.

JUBRAN, Clélia Cândida A. Spinardi *et alii*. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.) *Gramática do Português Falado*. Vol I: A Ordem. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP. 1992, pp.143-184.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les interactions verbales I*. Paris: Armand Colin, 1990.

KERBRAT-ORECCHIONI. L'Interaction épistolaire. In: *La Lettre, entre réel e fiction. Approche linguistique de l' échange épistolaire*. Sous la direction de SIESS, Jürgen. Paris. Sedes. 1998, pp.15 - 36.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto. 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

LEONTIEV, Aléxis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1991.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita*. In: Anais do I Encontro Nacional sobre Língua Falada e Ensino: língua falada e ensino. Maceió: Universidade Federal de Alagoas. 1995a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Fala e escrita: relações vistas num continuum tipológico com especial atenção para os dêiticos discursivos*. Texto digitado, apresentado em mesa-redonda no II Encontro nacional sobre fala e escrita. Maceió, Novembro, 1995 b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: o que são e como se classificam?* Recife, 2000 (texto digitado).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Marcas de interatividade no processo de textualização na escrita*. Texto digitado (inédito), 2001a, pp. 1-14.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: Atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: Marcuschi, Luiz Antônio *et alii* (Orgs.). *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001c, pp.23-50.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Estudo da língua falada e aula de língua materna: uma abordagem processual da interação professor/alunos*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MAYBIN, Janet. Death Row Penfriends: some effects of letter writing on identity and relationships. In: BARTON, David & HALL, Nigel. (eds.) *Letter Writing as a social practice*. Amsterdam: Cambridge University Press, 1999, pp.151-178.

MAYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado, 1999.

MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. Aspectos da recusa (negação) na conversação em português-brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*. Faculdade de Letras da UFMG. Ano 5, nº 4 – V.1. Jan/Jun./1996, pp 31- 42.

MILLER, Carolyn R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*. 70: 1984, pp: 151-167.

MILLER, Carolyn R. Rethorical Community: The cultural Basis of Genre. In: FREEDMAN, Aviva & MEDWAY, Peter (eds.). *Genre and The New Rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994, pp: 67-78.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, W. N. & GOTILIB, N. B. (Orgs). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 41-75.

MONSERRAT, Janina Espuny. El contenido del interlocutor cuando se le toma la palabra y otras funciones de la diafonía en el cara a cara. In: MARI, H. et alii. (Orgs.). *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, pp. 289-312.

OCHS, E. Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, T. (ed.) *Discourse and Syntax*. New York, Academic, 1979, pp. 51-80.

OLSON, David R. *O mundo no papel*. São Paulo: Ática, 1997.

PETITJEAN, André. Les typologies textuelles. In: *Classer les textes*. Paris. Pratiques, nº 62, 1989, pp.86-125.

PEREIRA de SÁ, Simone. Netnografias nas redes digitais. In: PRADO, José Luiz Adair (Org.). *Crítica das Práticas Midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas*. São Paulo: Hacker Editores, 2002, pp.147-165.

PINTO, Edith Pimentel. A língua escrita no Brasil. São Paulo: Ática, 1986.

PIRES, Sueli. 1999. Discurso, interação e modularidade. In: MARI, H. *et alii*.(Orgs.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges; Núcleo de Análise do Discurso, 1999, pp. 349-358.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes Editora. 1988.

RISSO, Mercedes Sanfelice. Aspectos textuais-interativos dos marcadores discursivos de abertura bom, bem, olha, ah, no português culto falado. In: NEVES, Maria Helena de Moura. (Org.) *Gramática do Português Falado*. Vol VII: Novos Estudos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1999, pp. 259-296.

ROULET, E. *et alii* (Org) *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang, 1985.

SACKS, H., SCHEGLOFF, E. & JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversational openings. In: *Language*, 50, 4, 1974, pp. 696-735.

SCHEGLOFF, E. & SACKS, H. 1973. Opening up closings. In: *Sémiotica*, VIII, 4, pp. 289-327.

SCHNEUWLY, B. *Le Langage écrit chez l'enfant: la production des textes informatifs et argumentatifs*. Paris: Delachaux & Niestlé, 1988.

SIGNORINI, Inês. O oral na escrita de sujeitos não ou pouco escolarizados. In: *Leitura: Teoria & Prática*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999, pp.23-42.

SILVA PAREDES, Vera Lúcia Pereira. *Cartas Cariocas: A variação do sujeito na escrita informal*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 1988.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. *As tipologias textuais e a produção de texto na escola*. Belo Horizonte, FAE/UFMG. Dissertação de Mestrado, 1995.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. Gênero discursivo e tipo textual. In: *Scripta*. V. 1., n. 1, 1999, pp. 87-106.

SWALES, J. *Genre Analysis: English in Academic & Research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

TANNEN, Deborah. The oral/literate continuum in discourse. In: TANNEN, Deborah. (ed.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1993, pp. 1-16.

TANNEN, Deborah e WALLAT, Cynthia. Enquadres interativos e esquemas de conhecimentos em interação: exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, Branca Telles e GARCEZ, Pedro. M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional: antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Age, 1998, pp. 120-140.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

URBANO, Hudinilson. Marcadores Conversacionais. In: Dino Preti (Org.). *Análise de Textos Oraís*. (Projetos paralelos – NURC/SP – Núcleo USP – vol.1) São Paulo: Humanitas, 2001.

URBANO, Hudinilson, *et alii*. Perguntas e respostas na conversação. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do Português Falado*. Vol III: As Abordagens. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1993, pp. 75 -98.

VAN DIJK. News Sheamta. In: *Studying Writing: linguist approaches*. Bervely Hills: Sage Publications, 1986, pp. 155-185.

VAN DIJK. *A cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992.

VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991a.

VIGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991b.

VION, Robert. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris: Hachete Supérieur, 1992.

WILSON, Anita. Absolute truly Brill to see from you: visuality and prisoners' letters. In: BARTON, D & Hall, N. (eds.). *Letter writing as a social pratique*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000, pp.179-198.

YATES, J. A. & ORLIKOOWSKI. W. J. 1992. Genres of organizational communication: A structurational approach. *Academy of Managemente Review*, n.17, 1992, pp. 299-366.

YATES, Simeon J. 1999. Computer-mediated communication: the futrue of the letter? In: BARTON, David and HALLI, Niger (eds.). *Letter writing as a social practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999, pp. 233-252.